



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A VINTE E SEIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE

Acta n.º 7/2014

Aprovada em 29/09/2014

No dia vinte e seis de Novembro de dois mil e catorze teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a quinta sessão ordinária de dois mil e catorze da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;

Ponto 2 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, da Câmara Municipal de Coimbra, e anexos:

-Autorização Prévia no âmbito da LCPA;

-Mapa de Pessoal para 2015;

–“Contratos de Delegação de Competências” e “Acordos de Execução” entre a Câmara Municipal de Coimbra e as Uniões e Juntas de Freguesia;

Ponto 3 – Derrama do ano de 2014 a liquidar e cobrar em 2015;

Ponto 4 – Participação variável no IRS para 2015;

Ponto 5 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) 2015;

Ponto 6 – Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) relativo a 2014, a liquidar e cobrar em 2015;

Ponto 7 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e anexo:

-Mapa de Pessoal para 2015;

Ponto 8 – AC, Águas de Coimbra, EM – tomar conhecimento;

Ponto 9 – Iparque, S.A – EM – tomar conhecimento;

Ponto 10 – Prodeso – Ensino Profissional, Lda. – tomar conhecimento;

Ponto 11 – Contrato Interadministrativo/Protocolo Intercalar de Delegação de Competências de 2014-Freguesia de Almalaguês - Proposta de alteração;

Ponto 12 – Contrato Interadministrativo/Protocolo Intercalar de Delegação de Competências de 2014-Freguesia de Santa Clara e Castelo Viegas – Proposta de alteração;

Ponto 13 – Prémio Literário João José Cochofel/Casa da Escrita: Proposta de alteração ao Regulamento;

Ponto 14 – Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra;

Ponto 15 – Atas:7 de Maio e 15 de Julho.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Fernando Luís Torres Marinho, José Manuel Ferreira da Silva, Isabel Maria Nobre Vargues, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Mário António dos Santos Carvalho, Rosa Isabel Cruz, António José Costa Sequeira, Maria Ângela Duarte C. Pinto Correia, André Gonçalo Dias Pereira, Maria Isabel Fernandes de Carvalho Garcia, Horácio José Campos da Paz Santiago, José António de Oliveira Marques Cortesão e Ana Paula Marques Soares Pinto Bravo.

Presidentes de Juntas de Freguesia:

António Ferreira Coelho, João Paulo Nunes Marques, José Fernando dos Santos, José Manuel Seíça Salgado, Paulo Jorge de Almeida Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel Simões, Manuel Veloso da Costa e Jorge Manuel Lebre da Costa Veloso.

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):

António Maló de Abreu, Maria Helena Cavaleiro Costa Brandão Moura Ramos, Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas, Miguel Jorge Pignatelli da Ataíde Queiroz, Alexandre da Conceição Rodrigues de Barros, Rui Armando Dias Gaspar Henriques de Campos, Dino Miguel Alves, Rui António Pires Marques, Cristina Isabel Ferreira Figueiras Faustino Agreira e Júlio da Fonseca Gaudêncio.

Presidentes de Junta de Freguesia:

José Augusto Gomes da Silva Simão, Hélder Rodrigues de Abreu, Manuel Correia de Oliveira e Ricardo Luís Morais Rodrigues.

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Manuel Vaz Pires da Rocha, João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Jorge Freitas Seabra, Paulo Jorge Gaspar Coelho e Alfredo Luís Baptista de Paula Campos.

Presidentes de Juntas de Freguesia:

Vitor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Adelino Almeida Vilão.

Da Bancada Cidadãos Por Coimbra (CpC):

José Joaquim Dinis Reis, José António Oliveira Bandeirinha, Catarina Isabel Caldeira Martins e Rui de Melo Pato.

Da Bancada Partido Popular (CDS/PP):

Maria Helena da Silva dos Santos Mendes.

Da Bancada União de Freguesias de Souselas e Botão (USB)

Rui Manuel Sousa Soares.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Presenças da Câmara Municipal:

Além do Presidente da Câmara, Manuel Augusto Soares Machado estiveram presentes os vereadores Rosa Maria dos Reis Marques Furtado de Oliveira, Carlos Manuel Dias Cidade, Jorge Manuel Maranhas Alves, Carina Gisela Sousa Gomes, João Paulo Lima Barbosa de Melo, José António Raimundo Mendes da Silva, Paulo Jorge Carvalho Leitão, José António Pinto Belo e Pedro Sérgio Bingre do Amaral.

Mesa:

Presidiu a sessão Fernando Luís Torres Marinho que foi secretariado por Maria Helena Cavaleiro Costa Brandão Moura Ramos, como Primeiro Secretário e Vitor Manuel Alves Carvalho, como Segundo Secretário.

O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas e quinze minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do art. 78º, da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

-Deputado municipal **Nuno Filipe Reis da Silva** pelo período de 2 dias com início em 24 de novembro;

-Deputado municipal **Manuel Milagre de Sousa** pelo período de 2 dias com início a 24 de novembro;

-Deputado municipal **André Luís Paiva Serra de Oliveira** pelo período de 3 dias com início em 25 de Novembro;

Nos termos do nº 1, art.º 79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para as respectivas substituições **Horácio José Campos da Paz Santiago, José António de Oliveira Marques Cortesão e Ana Paula Marques Soares Pinto Bravo.**

-Deputada municipal **Joana Margarida Alves Martins** pelo período de 2 dias com início em 25 de Novembro;

-Deputado municipal **Manuel Augusto Lopes Rebanda** pelo período de 2 dias com início em 24 de Novembro;

Deputada municipal **Ana Filipa Janine Simões Martins** apenas para o dia 26 de Novembro;

Nos termos do nº 1, art.º 79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foram eleitos (PPD/PSD/PPM/MPT), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para as respectivas substituições **Rui António Pires Marques, Cristina Isabel Ferreira Figueiras Faustino Agreira e Júlio da Fonseca Gaudêncio.**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

-Deputada municipal **Isabel Margarida Silva Luís Fonseca** pelo período de 2 dias com início em 25 de Novembro;

Nos termos do nº 1, art.º 79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foram eleitos (CDU), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Alfredo Luís Batista de Paula Campos**.

Deputada municipal **Ana Leonor Cruzeiro de Oliveira Barata** para o dia da sessão desta Assembleia;

Nos termos do nº 1, art.º 79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foram eleitos (CpC) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Rui de Melo Pato**.

Deputado municipal **José Joaquim Sampaio e Nora** pelo período de 2 dias com início em 25 de Novembro;

Nos termos do nº 1, art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foram eleitos (CDS/PP) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Maria Helena da Silva dos Santos Mendes**.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da União de Freguesias de Taveiro Ameal e Arzila, **Jorge Espírito Santo Mendes**, fez-se representar na Assembleia Municipal pelo Secretário do Executivo da Junta – **Adelino Almeida Vilão**, nos termos do mesmo diploma.

Período de Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão e deu conhecimento do seguinte:

Património da Assembleia Distrital de Coimbra

“Quero vos dar conhecimento que recebi um documento, supostamente uma acta sobre a transferência do Património da Assembleia Distrital de Coimbra para a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Esse documento será distribuído a cada um dos líderes de bancada, para vosso conhecimento.

Mas gostaria de fazer algumas considerações sobre este assunto:

Como sabem, nós já tomámos uma deliberação, há cerca de um ano, sobre a questão do património, no sentido que, a Assembleia aceitaria aumentar ou acrescentar ao seu património, o património que resultasse da transferência de bens e de direitos que viessem, por força da lei, da Assembleia Distrital de Coimbra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Na altura, esse assunto não correu da forma que nós esperávamos, quando emitimos um juízo de valor e um compromisso jurídico sobre essa transferência.

Finalmente, no mês de junho deste ano, realizou-se uma reunião da Assembleia Distrital em que por maioria, só com votos contra do Município de Coimbra e do Município de Miranda do Corvo, se fez essa transferência para a CIM do património da Assembleia Distrital.

A minha primeira questão é saber se este documento, isso é uma questão que exige alguma apreciação e estudo de carácter jurídico, é saber se este documento que aqui está quer do ponto de vista formal, porque limita-se a dizer, que a Assembleia deliberou, não diz quem deliberou, nem diz quem estava contra. Desde logo aí é algo que é singular sendo matéria especial de sensibilidade dada a transferência de património.

Portanto, do ponto de vista formal penso que é preciso uma avaliação de eficácia formal e dos parâmetros formais com estas características, não sei se isto é uma ata ou se é uma minuta. Se isto for uma minuta teremos que ter uma ata para que todos saibamos o que é que se passou e o que se discutiu e porque é que se chegou àquela conclusão.

Para além disso, do problema formal da ata, não chamo a isto ata mais sim documento, há um problema que tem a ver com o conteúdo, porque o conteúdo delibera transferir um património de bens e de direitos, mas especificando de uma forma relativamente vaga.

Neste momento, não sei se há meios para se saber se este era o património da Assembleia Distrital, e o que é que teria ficado por fora que não é identificável. Há um princípio geral de direito que diz *“que só se pode transferir aquilo que forem coisas certas e determinadas”*...

Este documento não nos diz nada rigorosamente sobre isso.

Portanto, faz uma elencagem de bens, que pertenceriam por tradição, ou a qualquer outro título que também nós não saberemos qual, à Assembleia Distrital ou que pelo menos estavam na sua jurisdição, ou que estavam na sua posse, na sei se na sua propriedade, ninguém sabe.

Portanto, acho que esta questão é uma questão substancial de uma grande relevância, para que nós saibamos o que, é que efectivamente, vai ser transferido, ou não vai?

Portanto, dois problemas, o problema formal da acta, e o problema da lista do Património a transferir. Acho que deve ser feita uma investigação jurídica, cuidada, desde logo pelo Município de Coimbra, através do seu Órgão Executivo da Câmara Municipal que imagino que já está a tratar disso.

Depois também, porque, daquilo que é do conhecimento vulgar, daquilo que se diz, daquilo que se fala, a transferência não incide só sobre bens de carácter material, incide também sobre direitos. Os direitos têm muita natureza, alguns casos é um direito de instituir em estabelecimentos de ensino, mas por exemplo em relação ao direito de instituir um estabelecimento de ensino fala-se só no direito de instituir e não se fala do património que está ligado ao direito de instituir e que decorre dessa faculdade de instituição, não se fala desse património. Mas, esse património existe são *“bens ao luar”* passe a expressão, que a Cidade de Coimbra identifique, e conhece, mas esse património não está aqui, é um património imóvel, cuja propriedade interessa indiscutivelmente conhecer para se saber se foi transferido ou não foi transferido. Coisa que este documento não refere.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Portanto, a última questão que se levanta é a questão da lei que se aplica. Esta deliberação foi feita na decorrência da Lei do Orçamento de Estado de 2013, e depois uma lei especial para regular estas situações apareceu 10 dias depois de ter sido aprovado. Já se sabia que esta lei ia sair, até porque a Câmara de Coimbra através do Sr. Presidente tinha acompanhado a produção da norma legal justamente enquanto a Associação consultada a Associação Nacional de Municípios, a que ele também preside. Essa lei só saiu 10 dias depois. Esta deliberação foi feita antes da entrada em vigor da nova lei, mas os efeitos obviamente se repercutem em função daquilo que é o estatuído na nova lei. Há aqui um problema de aplicação de lei no tempo. O problema que se coloca e que se levanta é saber qual é a lei vigente para regular este tipo de questões.

Não posso deixar de mostrar as minhas preocupações em termos de legalidade de todo este processo, tanto mais o que está em causa é um património que esta Assembleia declarou como seu.

Portanto, solicitava e pedia aos senhores deputados para verem isto com atenção e para fazerem sugestões.”

Intervenção do deputado municipal Rui Marques (PPD/PSD/PPM/MPT):

Protecção Civil – Segurança rodoviária

“Venho aqui deixar uma nota em nome da Coligação “Por Coimbra” no que diz respeito a uma questão de Protecção Civil.

Como é do conhecimento geral, penso eu, são recorrentes os graves acidentes de viação no troço do IC2 compreendida entre a rotunda da variante sul, a ligar ao referido itinerário e o limite do concelho de Coimbra nomeadamente no limite da Freguesia de Cernache.

Todos nós sabemos que são recorrentes, de alguns tempos a esta parte, estamos a falar de há anos, o espaço compreendido entre o limite da Freguesia de Cernache do limite sul do concelho de Coimbra e aquela grande rotunda que nós temos da variante sul que vai dar ao Almedo. Ainda esta semana mais um acidente grave lá aconteceu. Já houve mortes, os danos materiais são elevados. Nós sugeríamos ao Município de Coimbra que encetasse negociações com o Instituto das Estradas de Portugal, para que separadores centrais fossem colocados naquela via de maneira que os acidentes diminuíssem drasticamente.

Quem vem de Condeixa para a Cidade, todos os dias, se torna uma zona muito perigosa, é uma zona negra de rodoviária, e era de todo em todo conveniente tomar uma atitude relativamente a esta questão.

Penso que, não são questões de natureza económica por parte do Instituto Estradas de Portugal que impeçam que isso se possa viabilizar e acontecer. Podemos ver nos estaleiros em Antanhol inúmeros centenas de metros de separadores centrais que estão em armazém.

Também, não significa que seja só separadores centrais, obviamente que haverá, com certeza, outros dispositivos adequados de forma a evitar esta grave situação. Isto é religiosamente verdade, é mesmo assim que as coisas acontecem, nomeadamente há um sítio extremamente perigoso.

Junto à zona do Orelhudo existe uma curva perigosíssima onde já morreram várias pessoas.

Gostaria que o Município fizesse as suas diligências junto do Instituto das Estradas de Portugal.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da deputada municipal Maria do Céu Fialho (PS):

Cultura

“Venho aqui em nome da minha bancada, fazer uma reflexão sobre aquilo que, em 1 ano de mandato desta Presidência de Câmara Municipal, foi feito em matéria de Cultura, e com aquilo que nos permite olhar com satisfação para o que se apurou de eventos e de iniciativas e se esboça como linhas de acção para o futuro.

Assim congratulámo-nos, com o relevo que foi dado no âmbito da cultura à fotografia, com a reabertura da Sala da Cidade, com a exposição de Varela Percuto que faz parte da memória cultural e do património cultural desta Cidade.

Em segundo lugar, fazemos uma reflexão bastante gratificante, sobre o que, em matéria de património foi feito, foi valorizado e promete no futuro trazer novas iniciativas.

Como a organização de uma conferência, sobre Patrimónios Mundiais, preservar e partilhar em Outubro 2014, como ponto de marcação da posição de Coimbra nesta reflexão, passando à prática Coimbra vai acolher até à terceira feira de património num espaço que foi recuperado e que começou com a iniciativa do nosso Presidente em outros mandatos, o Mosteiro de Santa Clara a Velha, nos dias 8, 9 e 10 de Outubro de 2015.

Com a remodelação da Casa da Cultura e a sua beneficiação, como uma infra-estrutura e um espaço onde se pode criar e debater ao vivo cultura.

Faz parte da Cultura desta cidade o património humano e de iniciativa ligado em boa verdade a uma das instituições que está incluída no reconhecimento do Património Mundial.

A festa da juventude, a Queima das Fitas, que a Câmara continua a apoiar, assim como no âmbito da cultura popular, temos a assinalar o “Mecenato”, traduzido em euros cerca de setecentos e vinte e cinco mil euros em apoios a colectividade culturais.

A programação de noites de música, no coração da Cidade.

A Feira Cultural com um número recorde de participantes.

A Feira de Artesanato Urbano, que indirectamente, traduz o incremento à produção de artesanato dos pequenos artesãos, que se efectua em todos os segundos sábados de cada mês;

Assim como uma série de iniciativas incrementadas em matérias de Feiras Populares;

Saliento, a amostra de doçaria, assim como, num outro âmbito de cultura, a Comemoração do dia Internacional dos Museus, e muito vem vinda uma nova etapa de colaboração com a Universidade de Coimbra que se traduz na valorização de espaços que são agora pertencentes da Câmara e que se cruzam a actividade da Câmara com a actividade universitária.

Foço menção dos encontros periódicos “Sabor da Escrita” que se organizou na sexta-feira última o primeiro dos encontros com o palestraste Dr. António Pedro Pita.

Esta iniciativa que se prolongará pelo ano adiante, mensalmente é iniciativa da Câmara Municipal em conjugação com a Universidade de Coimbra, mais propriamente, com um projecto de investigação da Universidade de Coimbra, sobre um outro património, o património imaterial mundial, que representa a dieta mediterrânica. O que significa uma aposta estratégica muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

interessante no momento em que o eixo norte da Europa pretende sistematicamente e em várias frentes minimizar os países do sul.

Também tenho a assinalar, mais voltada para o futuro a abertura da Câmara a estabelecer parceria com um projecto de investigação e de valorização de património riquíssimo que é dos fundos musicais da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Tem um património riquíssimo que se está a deteriorar e está a ser estudado, valorizado, transcritos os musicais para música, portanto, para a escrita moderna de música, por investigadores da Universidade de Coimbra, que com ele fazem um laboratório experimental de música já com vários concertos.

A Câmara entendendo tratar-se de património da Cidade e património material que se está a desmaterializar e que trás à luz uma riqueza do passado em que se cruzaram culturas, daquém e de além-mar do outro lado do atlântico, a Câmara entendeu de para de futuro, estabelecer parceria e dar apoio a este projecto.”

Intervenção da deputada municipal Isabel Garcia (PS):

Convento de S. Francisco

“O que hoje pretendo testemunhar é o que ao longo de um ano deste Executivo foi executado ou se encontra em execução que concerne às obras que considero mais relevantes uma vez que, como compreenderam o limite de tempo não é possível numerar todas.

Assim, entre muitas outras, foi criada uma ligação, “da Alegria à Traição”, pelo Jardim Botânico (obra deve arrancar ainda este ano); ligação dos dois estacionamento do Parque Verde; foi colocada uma estátua na rotunda Prof. Mário Mendes, (oferta do Rotary Club de Coimbra à Cidade com a colocação pela CMC);

Pudemos assistir ao renovado funcionamento do elevador do mercado; à recolocação da estátua de Bissaya Barreto, à obra de recuperação da muralha da Cidade na Couraça, e a tão desejada remodelação da Escola de Santa Cruz encontra-se já quase pronta.

Pudemos ainda referir que os parques de estacionamento da Estação Velha estão em remodelação, há um estudo prévio da linha do museu aborda dos eléctricos antigos, e entre outras pudemos citar também a Ecovia entre a zona da Avenida Navarro e o Vale das Flores que poderá arrancar em 2015 e tantas, tantas outras.

Mas o que me trás hoje aqui, é também a Avenida João das Regras e a Guarda Inglesa que voltaram a ter dois sentidos o que penso foi do agrado e contentamento de todos (uma vez que a cidade parecia estar dividida em duas e havia tanta reclamação na acessibilidade ao outro lado. Esta abertura irá permitir um melhor acesso ao Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco/Coimbra, que é o motivo pelo qual, hoje, me dirijo a vós.

A obra levada a cabo no Convento de S. Francisco é uma obra que dará à cidade a tal almejada dimensão nacional e internacional. Num contexto em que a cidade de Coimbra é património Mundial da Humanidade (Universidade, Alta e Sofia) e que tanto orgulho nos dá, falta-nos uma estrutura como o Convento de S. Francisco que se irá constituir como um equipamento ao serviço da cultura, da produção de conhecimento, que procurará ter um papel interveniente na criação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

artística nacional e internacional (das artes visuais, às performativas) e, também, no acolhimento de ações que promovam o saber e a inovação. Este equipamento responde à estratégia municipal, em matéria de políticas públicas, de se desenvolver como uma plataforma de acolhimento, criação, mediação e programação em estreita ligação com o sistema cultural e criativo, composto por agentes, criadores, instituições e estruturas quer públicas quer privadas.

Mas uma obra com esta dimensão que foi financiada pelo POVT, exactamente por ser uma obra de dimensão nacional e internacional, não se acaba de um momento para o outro quando foi parada a 20% de estar concluída. Penso que nem conseguimos imaginar a complexidade de tal situação.

Minhas senhoras e meus senhores, a posse administrativa da obra foi em Março de 2014. De Abril a Julho procedeu-se à avaliação e levantamento do estado desenvolvimento da obra. De Maio a Julho, preparou-se o concurso de anomalias urgentes. Em Setembro assinou-se o contrato e iniciaram-se as obras das anomalias urgentes. De Agosto a Outubro preparou-se todo o processo para o concurso internacional para a conclusão da obra -Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco/Coimbra. Em Novembro foi lançado o concurso para a conclusão da obra e preparação do concurso para a concha acústica.

Em Dezembro irá fazer-se a preparação da reprogramação da candidatura ao POVT e respectiva actualização do estudo da viabilidade financeira. Que mais podíamos desejar, em tal espaço de tempo e nas condições em que a obra se encontrava?

O Convento de S. Francisco constitui uma oportunidade para criar uma visão estratégica ao nível cultural para a cidade e região, já que integrará no seu projecto meios e ferramentas que permitirão atrair e fixar talento e criatividade e, ainda, gerar redes locais, nacionais e internacionais, contribuindo para afirmar a cidade e a identidade da sua comunidade.

O Convento de S. Francisco objectiva contribuir para reposicionar Coimbra na agenda cultural nacional, e internacional enquanto Cidade do conhecimento, da criatividade e da cultura;

O Convento terá também como missão criar espaços de encontro e convergência entre os principais agentes e instituições culturais da cidade, alavancando uma nova estratégia de comunicação do território, com base numa visão de cidade construída de forma participada.

Pretende-se, deste modo, uma maior transversalidade entre estes sectores, promovendo a inter-relação entre as diferentes áreas de intervenção na sociedade, a educação, os territórios culturais, o património arquitectónico e ambiental.

As mais-valias do espaço, e relação entre a contemporaneidade e o seu património classificado, em termos de edificado, permitirão o desenvolvimento de projectos diferenciados, e a uma outra competitividade do território que por consequência fomentará a economia da cidade e região.

Não nos podemos esquecer que as necessidades de uma área como esta que são os congressos, são totalmente diferentes de uma sala de espectáculos.

Temos que ter a consciência de que esta obra, nesta fase, está ser gerida coordenada pelo Professor João Aidos, uma pessoa, com experiência na área e com trabalho reconhecido a nível nacional e internacional nas suas várias componentes, quer programática, quer física.

Reconheço que hoje em dia há uma crescente desconfiança a nível nacional, nas pessoas e nas instituições. Mas temos de acreditar nas pessoas quando percebemos que são as pessoas certas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Esta obra está a ser gerida pela pessoa certa, e de boa fé. A minha convicção de que melhor não podíamos ter.

Minhas senhoras e meus senhores, esquecendo o partidarismo e outras intenções, vamos deixar trabalhar quem sabe porque a intenção é claramente a de envolver todos neste processo: agentes que operam no sector cultural e criativo, de estruturas públicas/instituições; programadores ou curadores, etc, etc.

E vamos acreditar que o Convento de S. Francisco nos vai dar também um lugar no mapa, porque esta obra não é um projecto da Câmara, ou de uma pessoa, ou da cidade, é uma obra da comunidade e do país que pretendemos que ajude a projectar a cidade porque esta obra é, sobretudo, um desígnio comum para o território.”

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):

“Trazemos aqui um conjunto de preocupações resultantes da nossa actividade política.

A CDU, entende que deve prestar contas às populações, aos seus eleitores daquilo que são as suas iniciativas, mas considera também que deve prestar contas a esta Assembleia daquilo que são as suas iniciativas, consideramos que cada deputado tem o dever de ser porta voz das preocupações dos eleitores, é isso que vimos aqui fazer.

SMTUC

Vimos aqui fazer, através de um conjunto de visitas que temos efectuado de tomadas de consciência daquilo que é a situação de diversos sectores da nossa Cidade nomeadamente neste caso os SMTUC.

Estivemos presentes nos SMTUC, tivemos atentos àquilo que se passa nessa empresa de serviços municipalizados. Aquilo que vamos aqui dizer, foi aquilo que nos foi transmitido pelos trabalhadores dos SMTUC, e as suas preocupações relativamente ao envelhecimento de frota, às instalações que são antigas e não respondem às actuais exigências legais de higiene e segurança no trabalho, a falta de pessoal, uma coisa insuspeita para quem não andar de autocarro que é o sistema de bilhética que não responde às necessidades dos serviços e dos utentes. Quem anda de autocarro sabe de facto que estes problemas existem, que são problemas do dia a dia, e numa cidade que tem os serviços municipalizados, os seus transportes urbanos como uma das suas bandeiras de mobilidade, e não só como suas bandeiras, mas como serviço de cidadania, esta questão preocupa-nos muito.

Portanto, consideramos que relativamente a esta questão, são nossas linhas de força e tem vindo a ser ao longo da nossa participação no Executivo Municipal, hoje e ontem, a valorização do serviço público municipal e contra qualquer tentativa de empresarialização ou fusão. Consideramos ter os serviços municipalizados nas mãos do município é uma garantia de serviços públicos que este serviço deve cumprir.

Devemos também ter em conta que, deve ser nossa linha principal a exigência de um apoio financeiro do Estado aos SMTUC, à semelhança daquilo que acontece em Lisboa e no Porto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

No mundo que aponta, cada vez mais, para a necessidade da mobilidade e da mobilização também, mas neste caso da mobilidade dos cidadãos. A questão dos SMTUC é, uma questão de facto de primeira importância.

Obras de Requalificação na Baixa

Outra visita que efectuámos entre muitas outras mas em particular interesse e relevo da nossa parte, é uma visita que fizemos ao Terreiro da Erva.

Nós estamos numa cidade que têm a Baixa como seu pólo central, na memória de todos nós mais velhos que aqui estão, e tem na memória dos mais novos, memória nenhuma! A Baixa hoje é um sítio abandonado, é um sítio onde fecham lojas, e em que de facto a Cidade cada vez menos expulsa e esta questão do Terreiro da Erva, é também uma questão fundamental.

Fizemos um conjunto de contactos de porta a porta com comerciantes e moradores do Terreiro da Erva.

Portanto existe uma grande vontade por parte de todas as pessoas contactadas, para que haja obras de requalificação, demos conta dessa preocupação com as obras de requalificação, e da vontade em que essas obras sejam realizadas. Mas, foi-nos chamada a atenção pelos moradores e comerciante, centraram-se no facto de haver poucos estacionamento para os residentes, para cargas e descargas e estacionamento com tempo limitado para quem ali se desloca. Alguns comerciantes alertaram para o efeito negativo que tão poucos estacionamento poderão trazer para o negócio e para a vivência naquele espaço.

Foi-nos dado conta, também, na preocupação ao que diz respeito aos problemas sociais que para ali confluem e para a necessidade de haver projectos que salvaguardem para além de haver preocupação com as pessoas, mas também a necessidade de haver projectos que salvaguardem o património histórico do Terreiro da Erva e zonas adjacentes como sabem desde algum tempo foram classificadas e representam hoje uma responsabilidade acrescida do município e de todos os cidadãos. Portanto, a questão da dinamização cultural do futuro espaço é fundamental, não apenas sobre o ponto de vista, que é muito estreito da criação de espectáculo, da criação daquilo que pode ser de alguma forma de criar um calendário de eventos, mas sobre o ponto de vista da intervenção cultural real, sobre o ponto de vista fazer com que este espaço seja um espaço de vivência cultural, de cidadania cultural, mas também espaços referenciais de educação cultural.

Municipalização da Educação

Uma última questão, de carácter mais genérico é a questão da Municipalização da Educação.

Queremos chamar a atenção para que, de facto esta ideia na nossa opinião peregrina, sem querer adjectivar, mas adjectivando esta ideia peregrina da municipalização da educação, comporta um perigo muito grande para a educação dos nossos cidadãos, dos nossos cidadãos mais jovens, mas também dos mais velhos.

Consideramos que o trabalho que tem sido feito a nível de educação desde o 25 de Abril de 1974 é um trabalho de construção de cidadania que é dos mais importantes que foram realizados na história de Portugal.

A sua municipalização poderá significar pura e simplesmente o seu mesquinamente, criando como por exemplos, coisas como esta, isto é, uma espécie de incentivos à produção a redução de professores, segundo palavras dos nossos governantes, pode levar a pagamento de abono digamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

assim, às autarquias o que significa que quanto pior for a educação, melhor as finanças municipais.

Desde logo, a formulação deste princípio é macabra, é uma formulação macabra, com a qual nós não estamos como toda a gente sabe de acordo, mas relativamente à qual é preciso estabelecer aqui uma denúncia vilmente para que não se caía na ideia, ou no logro, de que a municipalização pode significar uma descentralização.

Nós temos um exemplo em ponto pequeno, isto é a educação dos pequeninos, que são as actividades de enriquecimento curricular, e as actividades de enriquecimento curricular por falta de capacidade de realização natural dos municípios, acabaram por ser entregues aos IPSS, num panorama que não é um panorama igual. Um panorama que tem boas experiências e tem más experiências.

Aquilo que nos parece, no entanto, é que, a educação não se compadece com más experiências, ou com a simples possibilidade decorrem más experiências, o que alias também acontece com a saúde.

De facto, a privatização da Educação poderá ser feito através deste suporte que é a municipalização.

Queremos de facto alertar os nossos companheiros da Assembleia Municipal e queremos também anteceder juntos dos vereadores da Câmara Municipal, queremos também anteceder junto dos habitantes de Coimbra do País, para o perigo que existe disfarçado de descentralização.

A Municipalização pode significar de facto a quebra da última trincheira da dignidade do nosso País, trincheira que está ao alcance de toda a gente, trincheira que é utilizada por todas as crianças, num clima de equidade e, de facto, esta questão é um questão que nos parece cadente.

Disse.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

Águas de Coimbra

“Venho aqui apresentar uma Moção relativamente a Estatização das Águas de Coimbra e do Mondego.

Moção, que irei deixar na Mesa da Assembleia, para ser assinada por todos os líderes de bancada representadas nesta Assembleia, porque se pretende que isto seja uma questão de Coimbra e, não apenas, uma questão desta ou daquela força partidária aqui representada.

CONTRA A ESTATIZAÇÃO DAS ÁGUAS DE COIMBRA E DO MONDEGO

O DL n 92/2013, de 11 de Julho definiu o novo regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, para além também do saneamento básico.

O seu artº 1º define que são sistemas multimunicipais os que sirvam pelo menos dois municípios e exijam a intervenção do Estado em função de razões de interesse nacional. Por sua vez, o nº4 do seu artº 5º estipula que os municípios podem deter uma participação maioritária no capital da empresa gestora do sistema.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Em sua concretização o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia enviou para pronúncia dos municípios um projecto de Decreto-lei que cria a empresa Águas do Centro Litoral, S.A. e para ela transfere o património global das sociedades SIMRIA.

-Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S.A., SIMLIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A., e Águas do Mondego — Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Baixo Mondego - Bairrada, S.A., atribuindo aos municípios o capital social que detém nas respectivas sociedades.

Nele prevê-se assim uma participação minoritária dos municípios e uma posição dominante das Águas de Portugal, AdP, verticalizando o sector.

Ou seja, a pretensão preconizada pelo Governo Central e constante do dito projecto de Dec- Lei e da sociedade Águas de Portugal, AdP é concentrar em si mesmo todas as decisões estratégicas, limitando a acção o mega sistema que pretende criar, no caso o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal, nas suas relações com o poder local, a apenas informar os municípios e os munícipes.

Isto não corresponde aos interesses organizados nos municípios. Isto é concentrar e estatizar os serviços públicos locais!

Tenha-se presente que já em quatro de Novembro de 1909 procedeu-se em reunião da Câmara Municipal de Coimbra à apresentação de um relatório sobre o abastecimento de águas surgindo a municipalização como a técnica de gestão.

O serviço de abastecimento de água no Concelho de Coimbra foi desde o início assegurado pela Câmara Municipal de Coimbra pioneira no País, na municipalização deste tipo de serviços.

A água das nossas populações passou a ser captada no rio Mondego e elevada a partir Estação Elevatória da Rua da Alegria e para os reservatórios do Jardim Botânico, hoje desativado, e da Cumeada.

Serviço municipal que se desenvolveu e aperfeiçoou ao longo dos tempos, os quais em 1922 edificou a Estação Elevatória do Parque Dr. Manuel Braga, construiu os novos reservatórios de St^o António dos Olivais e de St^a Clara até entrar em funcionamento, já em 1956 a nova Estação Elevatória da Boavista e o Reservatório da Quinta Nova, infraestruturas que constituíram um passo decisivo e significativo na atualização e no reforço do abastecimento de água concelhio, assumindo para além disso responsabilidades no fornecimento de água “*em alta*” a diversas áreas territoriais dos municípios da Mealhada, Miranda do Corvo, Penacova e Condeixa-a-Nova.

Neste contexto de crescimento e preocupação com as populações dos concelhos vizinhos o Município de Coimbra mandou elaborar o Estudo Hidrogeológico Prévio de Reforço das Captações, com vista ao Abastecimento de Água aos concelhos a Sul de Coimbra (de autoria do microbiólogo J. Lopes de Mendonça), o qual veio à luz em 30 de Dezembro de 1998, nele se concluindo que “...os conhecimentos existentes sobre a hidrogeologia das aluviões da Boavista permite antecipar a possibilidade de captação do caudal pretendido para o projecto”.

E aqui chegados, desenvolveram-se então contactos, reuniões e trabalhos, com vista à criação de um Sistema Regional de Abastecimento de Água que abrangesse os concelhos de Coimbra, Leiria, Pombal, Marinha Grande, Montemor-o-Velho, Soure, Mealhada, Ansião, Lousã, Batalha, Condeixa-a-Nova, Miranda do Corvo, Alvaiázere e Penela, deliberando em 18 de Janeiro de 1999



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

os SMASC aprovar a Carta de Intenções de Adesão a um projecto de criação do *Sistema Regional de Abastecimento de Água* aos ditos concelhos, a qual foi aprovada em reunião de 25 de Janeiro de 1999 da Câmara Municipal de Coimbra. Nela se refere: foram os SMASC encarregados de proceder ao estudo “... *desta hipótese de trabalho com o objectivo de instalar na área do Baixo Mondego e até ao Liz, um sistema regional de abastecimento de água com origem no rio Mondego (captações da Boavista) atendendo à qualidade e quantidade de água que permite estruturar um investimento regional desta natureza* “.

Porém o Estado acabou por transferir para si um serviço público que antes vinha sendo prestado e pertencia aos municípios — por suposta e erradamente se entender que, deste modo, ele era melhor gerido, para depois e imediatamente o concessionar a uma entidade, à sociedade Águas do Mondego S.A., minoritariamente particionada pelos municípios e dominada pela Águas de Portugal, AdP.

Entendemos que os sistemas multimunicipais não foram criados para substituir os sistemas municipais, mas sim para os complementar, suprimindo as suas carências, sobretudo em infraestruturas de captação e de transporte de água.

A Assembleia Municipal de Coimbra preconiza diferentemente do consignado no referido projecto decreto-lei, a criação de sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento básico que leve em conta o histórico e presente interesse público local, e de uma empresa exclusivamente multimunicipal ou uma empresa com participação maioritária dos municípios que a integrem, a operar em alta e em baixa tendo por base os aluviões do Mondego, empresa que proporciona soluções mais vantajosas em termos de custo-eficácia (o que se reflecte no preço da água), como ainda mobiliza iniciativas e energias locais num quadro duma organização racionalmente ordenada e norteada por princípios de qualidade, economia e eficiência, rejeitando a verticalização e por isso;

Delibera:

- 1 — Rejeitar o projeto de Decreto-lei remetido ao município de Coimbra para pronuncia sobre a reorganização do sector da água o qual, o que pretende substancia é o desenvolvimento sob a sua égide estatal e de um projeto com vocação monopolista, retira aos municípios a sua capacidade decisiva de intervenção no sector.
- 2 — Reconhecer o histórico e enraizado interesse público das populações da área geográfica dos aluviões do Mondego em manter um sistema multimunicipal de abastecimento de água orientado na vontade municipal com base no Rio Mondego e até ao Lis.
- 3 — Reconhecer que a capacidade produtiva em termos de qualidade, economia e eficiência, assenta numa empresa com poder de orientação municipal e como tal participada maioritariamente pelos municípios e não noutra de dimensão maior e agrupada, naturalmente dominada nas suas orientações estratégicas pelas Águas de Portugal, AdP, como é preconizada no projecto de decreto-lei.

O Partido Socialista vai assinar, e neste contexto convido todas as forças políticas que assim o desejarem a fazer também, a moção é de todos. “



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O deputado Dino Alves pediu um esclarecimento no sentido de saber se a intervenção do deputado Ferreira da Silva era em representação da bancada do Partido Socialista ou enquanto avançado pelas Águas de Coimbra e Águas do Mondego, porque lhe parecia que havia um conflito de interesses na sua intervenção. Não considera que seja a pessoa mais independente para fazer uma intervenção sobre o assunto.

O Presidente da Mesa da Assembleia disse que não era uma questão de esclarecimento, como todos se aperceberam, e concedia ao deputado Ferreira da Silva o uso da palavra para a defesa da honra, no final das intervenções.

Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC):

“Em primeiro lugar dizer que nos associamos às palavras do senhor Presidente desta Assembleia na discrição que fez e das sugestões que aqui nos deixou logo no início acerca das questões que rodeiam o Património Municipal e as relações com a Comunidade Intermunicipal.

Queria também dizer desde já que nos associamos à moção que o Partido Socialista acabou de apresentar e portanto apoiamos.

A minha intervenção é uma declaração política em nome dos Cidadão Por Coimbra que devo dizer que segue a irrecusável sugestão das senhoras deputadas Maria do Céu Fialho e Isabel Garcia e do deputado Manuel Rocha para avaliarmos e apreciarmos do ponto de vista da Assembleia, o primeiro ano de mandato, que agora está cumprido, na verdade esta é a nossa primeira reunião, cumprido esse primeiro ano de mandato eu também quero fazer aqui em nome dos Cidadãos Por Coimbra, uma declaração que é na verdade um balanço desse mandato, evidentemente um balanço que é certamente diferente do que os dois partidos da maioria já aqui fizeram.

Em primeiro lugar queria notar que da nossa parte da parte do Movimento de Cidadãos Por Coimbra, olhamos para este ano com satisfação pois consideramos que estamos a realizar o objetivo de representar nesta Assembleia, na Câmara e nas Juntas de Freguesia cidadãos que se inquietam com o Governo, da Cidade e do Município, se incomodam com os riscos de desvalorização de Coimbra no plano nacional e se sentem insatisfeitos pela falta de uma estratégia que nos engrandeça. Cidadãos que têm exigências muito precisas em matéria cultural e patrimonial, de solidariedade e emprego, de qualidade de vida, de participação e mobilização coletivas, de requalificação e desenvolvimento urbano, seja através de projetos coerentes e ousados para o centro histórico desertificado, para as periferias degradadas e para as freguesias, seja através de concretizações transformadoras como a do Metro. Em suma, cidadãos que querem uma democracia local de grande qualidade, e uma cidade capaz de enfrentar ambientes tão adversos como os que nos rodeia nos dias que correm.

É, aliás, por isso que vale a pena lembrar que quando Portugal está como está, com um colapso visível e perturbador da economia — bem representados na circunstâncias da decomposição do BES e da PT — e quando o sistema político e democrático conhece riscos tão evidentes, muito importante se torna uma democracia local de grande qualidade e uma governação local sólida e capaz. Grande falta nos faz não podermos estar aqui a congratularmo-nos consensualmente por termos uma estratégia que mobilize a cidade numa relação de abertura com todos, um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

envolvimento do conhecimento de que a cidade dispõe na qualificação dos seus projetos, uma vida democrática intensa e transparente, uma saudável lógica descentralizadora, participativa e dialogante. A cidade, a polis, retomaria então o seu lugar de fundamento, primeiro da cidadania, de fortalecimento da vida da comunidade. Coimbra poderia, nestas condições, ser um lugar exemplar de contraposição a um país empobrecido e em crise institucional profunda. Contudo, infelizmente, o que sobressai é o centralismo, a decisão discricionária, o casuísmo, a falta de estratégia, a gestão sem cuidado. Os golpes numa democracia local que assim se ia tornando de baixa qualidade vieram cedo neste mandato quando se transformou em regra que a presidência da empresa pública mais apetecível do município — a das águas — cabia a quem ocupasse um lugar de poder partidário e continuaram esses golpes com a insensatez de um outro membro partidário com funções políticas a ser consultor da mesma empresa e com a celebração de um contrato com um membro da própria lista maioritária no executivo para organização fora da esfera pública de uma área de atuação essencial. A cidade denunciou oportunamente estes factos e é claro que eles são uma perigosa confusão entre a vida pública e as lógicas partidárias, a que importa continuar a dar muita atenção. Continuaremos a apoiar a consciência crítica de Coimbra quanto a factos deste tipo que são indisfarçáveis no balanço de um primeiro ano de mandato. Bem gostaríamos que essas críticas tivessem sido ouvidas e as situações apontadas revistas. É ainda tempo de corrigir a mão e seria muito saudável que isso acontecesse. Pelo meio ficaram os episódios ilustrativos da falta de estratégia, do casuísmo, da pouca consideração nas relações institucionais, do não cumprimento de deliberações do próprio executivo (como a de 29 de abril sobre as Juntas de Freguesia), para além do reiterado desrespeito pelo estatuto da oposição. Mas agora também ficámos a saber, como veremos adiante nas GOP, que a conhecida aversão a agentes culturais e a sabida inexistência de uma política cultural de qualidade, culmina na eliminação fria, sem justificação nem direito a análise, da relação com instituições culturais relevantes, como a Cena Lusófona e o CAV/Encontros de Fotografia. Este é um episódio grave e bem ilustrativo do tipo de poder que temos. Prelúdio, porventura, do desejo de uma intervenção obscurantista, auto-suficiente e de mando onde deviam estar aqueles que, de forma capaz, têm dado valor à cidade. Dizemos aqui, com a devida veemência, que isso não pode acontecer.

É por isto que o movimento Cidadãos por Coimbra reafirma aqui a sua reforçada condição de oposição à maioria que detém funções executivas na Câmara. Não é uma oposição a pessoas — é uma oposição a princípios, políticas e formas de atuação. E é, sobretudo, uma oposição em nome de muita coisa: em nome de uma cidade que não aguenta mais este estado de coisas e que assim se degradará e perderá valor no país; em nome de uma visão estratégica para a cidade e o município assente nas linhas que temos reiteradamente apresentado e debatido com os cidadãos ao longo deste ano, culminando nas Jornada Autárquicas que realizámos do dia 25 de outubro; em nome de um governo local de abertura democrática, participação e descentralização. É, aliás, por tudo isto que lançamos um apelo à população de Coimbra que não se revê nesta forma de gestão municipal para que dê o devido valor à presença que temos assegurado nas instituições locais (Câmara Municipal Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia) e se junte a ela, acompanhando-a e dando-lhe apoio através da participação, não se limitando a esperar pelas eleições de daqui a três anos. É verdade que nessa altura é preciso mudar o rumo da cidade, não permitindo que a nossa democracia local continue a perder qualidade. Mas tudo o que aqui apontamos de negativo exige que os cidadãos de Coimbra olhem para dentro dos órgãos e das políticas municipais e lhe reforcem a oposição.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, sabe que continua a dispor da nossa confiança e da nossa disponibilidade para fazer desta Assembleia um órgão que funcione bem, que seja o lugar digno da controvérsia e do debate político corajoso, melhorando o seu funcionamento. Que não lhe falte coragem, que apoio terá.

Queria terminar registando devidamente um facto de que só tenho notícia. Vi que para as degradadas instalações da antiga fábrica da cerveja existe um projeto — que me parece de grande qualidade — de instalação de uma empresa da cidade que certamente está em expansão. Isso é motivo de grande alegria, pois aqueles locais da preferia industrial da cidade, nunca deviam ter sido votados ao abandono e devem ser o lugar privilegiado de localização industrial, como defendemos. Saudamos a empresa e desejamos que o projeto se concretize e seja exemplar, para abrir bons caminhos.”

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Gostaria de abordar dois temas e sobre isso tirar conclusões no terceiro tempo.

A apresentação do orçamento e opções do plano é tradicionalmente um tempo em que se faz algum balanço. Não seria repetitivo depois de termos passado na última Assembleia Municipal recente a explicitar os motivos dos quais passado 1 ano de intervenção deste executivo, consideramos haver um tempo perdido, gostaríamos simplesmente de recuperar dois ou três elementos breves sobre esse mesmo tempo perdido e sobre aquilo que nos parece ser mais no contexto nacional em significância política de Coimbra e também olhando ao actual contexto nacional reflectir sobre a prática política.

Em termos práticos o que quero aduzir e relembrar, é que, qualquer deputado municipal, julgo eu na sua fiscalização da actividade do executivo, deve trazer em primeiro lugar, para a discussão política, não só a preocupação dos munícipes, eu diria de baixo para cima da própria discussão política da Assembleia Municipal, mas também a fiscalização dos resultados concretos encontrados dos principais projectos do município. Esses resultados concretos têm de ser, em primeiro lugar, de projectos mobilizadores, dos projectos essenciais da Cidade.

Quero com isto referir-me ao Metro de Superfície, ao Património da Humanidade, quero com isto referir-me a projectos como o Convento de S. Francisco, quero referir-me à Empresa “Águas de Coimbra” um tema relevantíssimo. Quero com isto referir-me a alguns traços principais que fazem da nossa cidade um espaço dinâmico evidentemente e que precisam de um município e de uma democracia local, de um município actuante, executivo aberto, activo, interveniente mas também que consiga mobilizar a cidade.

Sobre estes projectos só quero deixar esta nota.

Até agora não temos nada, quando dizemos um tempo perdido, vale a pena que olhamos para lá do comentário político, da diferença política das diversas forças, sobre isto não temos nada! Passado 1 ano, nós não temos nada de novo em Coimbra, passado 1 ano, nós temos seguramente a festa das latas, ainda bem que há deputados a congratular-se com o apoio da Câmara às festa das latas, seguramente que é bom, termos apoios a festividades das nossas colectividades, seguramente que é bom, termos uma ou outra obra de reparação de passeios, termos uma rotunda nova junto à Ponte de Santa Clara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Mas meus amigos nada de estruturante, de facto têm politicamente de apresentar 1 ano depois. Os resultados concretos passado 1 ano são nada!

Queria chamar a atenção para aspectos como o crescimento económico e emprego no nosso concelho. Que políticas activas de crescimento económico e de emprego? De buscas de novas empresas, de internacionalização da Cidade de Coimbra. Que políticas activas, prometidas obviamente em tempo de campanha eleitoral, mas que políticas activas que de facto que estamos a ter, que promoção estamos a fazer dos nossos os principais actores na área económica, quantos empregos criámos neste ano, quantas famílias há com menos desemprego em Coimbra.

Gostava de ver, desse ponto de vista, uma atitude diferente quando discutirmos o orçamento como hoje vamos discutir e de facto números sobre a nossa realidade económica e social, a serem discutidos no Executivo e na Assembleia Municipal.

Parece-nos evidente que, estes resultados não aparecem porque em bom rigor houve impreparação da própria equipa executiva.

Não deixa de ser para nós, pragmática, o que aconteceu sobre o IMI, estas mudanças sucessivas de posição, com dados que são perfeitamente conhecidos alguns deles que fazem parte da legislação há 3 anos, demonstra bem a impreparação, o oportunismo o estaticismo e uma leitura política que obviamente se faz só à deriva conforme o vento sopra. E é dessa insignificância ao mesmo tempo da cidade, que queremos falar-vos hoje. Nós não queremos esquecer a circunstância e queremos tocar nesse assunto, não queremos esquecer a circunstância de termos uma prática política que está também hoje a ser repensada a nível nacional. Nós temos tantas pessoas hoje a escrever sobre como a política tem que ser diferente.

Nós queremos chamá-lo a atenção hoje que é 26 de Novembro, talvez lembrando o 25 de Novembro de 1975, talvez lembrando a ideia de que tenhamos ter um processo constitucional em curso e que deveríamos ter um Estado de Direito, e que tivemos homens como Ramalho Eanes. Porque não há só na política, gente que usa a política para outros fins, há na política quem use a política para os nobres fins.

Portanto, queremos também trazer hoje, 26 de Novembro de 2014, um aplauso a Ramalho Eanes a todos aqueles que defenderam uma democracia constitucional a todos aqueles que defenderam o Estado de Direito. Que dá direitos para que as pessoas se defendam, mas que também dá meios, para que se acuse aqueles que prevaricam contra o Estado e prevaricam contra o bem público.

Sobre isto nós queremos dizer, à própria Cidade de Coimbra, que Coimbra faz parte dessa discussão política, Coimbra quer pensar nessa outra política, quer propriamente alterar a sua própria política. Nós não conseguimos aqui, como por exemplo, com ideias tão simples, a transmissão da Assembleia Municipal possa ser feita para que os cidadãos o possam conferir se assim o entenderem, talvez possamos vir a discutir como já aqui foi proposto, e “o seu a seu dono” nós também já nos propusemos juntarmo-nos a essa proposta, nós não queremos ser os pais dessa ideia, queremos sim, juntarmo-nos a ela. Mas outros municípios têm utilizado práticas de orçamento participativo, por exemplo Cascais teve 70 mil cidadãos a votar no orçamento participativo. Nós de facto precisamos de uma outra cultura política, que não é centralista nem opaca, porque razão é que, Ferreira da Silva tem toda a razão trazer uma moção sobre a água, nós já temos uma deliberação desta Assembleia Municipal em que nós todos concordámos na defesa da “Água como bem Público”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Porque razão o Senhor Presidente da Câmara não deu a todos os vereadores, os documentos que o próprio Ministério do Ambiente enviou, sobre a questão do “Sistema das Águas do Centro Litoral”. Porque razão nós não poderemos ver os documentos que sustentam o tal decreto-lei que é aludido e que ninguém tem acesso. Porque uma visão opaca, pouco transparente que permite simplesmente arrogâncias no poder, depois é isso que temos posições autocratas, temos posições autoritárias e temos toda uma cultura política que depois vimos, mais tarde, arrependemo-nos e depois vem os Tribunais dizer-nos, bom, de facto, nós poderíamos ter uma outra cultura política, nós poderíamos ter outro processamento político. É sobre isso hoje, e volto a dizer, nesta conjuntura nacional, com tantas pessoas a pedir para que os políticos e nós também teremos de assumir o nosso papel de políticos evidentemente da cidade, para que os políticos pensem na política de outra forma, actuam na política de outra forma.

Quero deixar uma mensagem antes do período da ordem do dia, simplesmente neste sentido, e em três breves finais notas:

Em primeiro lugar, decorre responsabilização, nós não somos elementos exteriores a isso. Nós PSD, MPT, PPM nós “Coligação Por Coimbra”, nós somos um elemento da política da Cidade de Coimbra, da Democracia local de Coimbra e estamos disponíveis para encontrar compromissos com todas as forças políticas que sirvam os nossos munícipes;

Gostaríamos de desafiar o executivo, através dos nossos vereadores, através da Assembleia Municipal, a consensualizar connosco compromissos políticos, na área social, na área económica, na área cultura, nos principais projectos da Cidade.

Estamos disponíveis para o fazer.

O PS propôs na sua campanha eleitoral, que iria devolver o IRS, em metade como o pode fazer aos munícipes de Coimbra, estamos disponíveis para apoiar essa protecção, gostaríamos que assim acontecesse, vamos estudar o modo de o fazer, queremos fazê-lo, porque não preparar o orçamento e o plano de um modo muito mais transparente, mais aberto e talvez mais participado pelos cidadãos, mas também com as forças políticas que estão aqui nesta Assembleia Municipal.

Por isso, queremos dizer que nós não pularemos de fora, somos co-responsáveis na gestão da cidade, nós não concordamos com grande parte das opções, que este executivo tem tido e sobretudo com os resultados pífios que tem apresentado, mas nós estamos cá para sermos co-responsáveis pela decisão política de Coimbra.

Em segundo lugar, nós queremos pensar em Coimbra de facto e promover Coimbra numa significância política nacional e até internacional que nos não temos tido. E nós temos que acordar modos de o fazer. Como é que Coimbra pode vir fazê-lo de forma melhor, como é que nós poderemos ser também em termos internacionais uma cidade mais atrativa para chamar investimento, criar economia, criar riqueza, criar conhecimento, como tudo isto pode servir em favor das nossas populações.

Não há só a questão de cumprirmos politicamente com uma nova atitude, por exemplo, as próprias deliberações da Assembleia Municipal, há 1 ano atrás nos deliberamos aqui que 1% do IM, ia para as Juntas de Freguesia, foi uma deliberação desta Assembleia Municipal, não foi recomendação, mas sim uma deliberação desta Assembleia e passado 1 ano, nós não temos esse 1% para as Juntas de Freguesia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Isto, do ponto de vista de cultura política, demonstra ou não demonstra a nossa impotência, demonstra é o autoritarismo de uma solução o fechamento do poder executivo, a ideia de que, nós não precisamos de facto de viver em democracia, nós não precisamos de facto de respeitar as decisões colectivas, nós simplesmente poderemos irmos gerindo isto assim e talvez um dia um Tribunal vos venha dizer que afinal foi mal gerido.

Portanto, deixar esta segunda nota, um pedido de abertura à sociedade, aos sectores mais dinâmicos, também às restantes forças políticas, também nessa perspectiva internacional de Coimbra e por fim eu diria numa gestão mais partilhada. Nós queremos desafiar o Partido Socialista e o actual Executivo para uma gestão mais partilhada, não cedemos dos nossos princípios mas estamos disponíveis para ver com o Partido Socialista, com os restantes vereadores, com os Cidadãos Por Coimbra, a CDU, formas mais eficientes de gerir a Cidade e hoje nesta apresentação do orçamento e neste contexto político era isto que em primeiro lugar desejaríamos dizer à Assembleia Municipal de Coimbra.

Disse.”

Intervenção da deputada municipal Rosa Cruz (PS):

“Neste primeiro ano de mandato, a autarquia de Coimbra está e bem a caminhar no sentido contrário ao do Governo do País, algumas provas disto são as apostas feitas nas áreas da educação e da ação social.

Apesar da crise em que vivemos a autarquia de Coimbra deposita muito da sua força e energia na educação um dos pilares fundamentais de um país que se diz desenvolvido, e fundamental para o exercício de uma cidadania plena.

Perante um Governo do País que vê a educação como uma despesa, que tenta reduzir ao mínimo possível o seu investimento, deixando de lado o valor e a qualidade pedagógica do ensino. Que o diga o despedimento dos professores, a constituição dos Mega agrupamentos de escolas, o aumento do número de alunos por turma, uma revisão curricular incompetente e desajustada da realidade o encerramento de escolas no nosso concelho, (5 foram as escolas encerradas a escola Básica E. B. Cidreira, Botão, Lordemão, Paço, Vil de Matos), em relação a este encerramento a autarquia e bem, tomou como posição que qualquer reordenamento da rede escolar deveria respeitar o processo em curso da revisão da carta educativa municipal, no sentido de valorizar os projetos educativo locais de cada comunidade e agrupamento, que a transferência de alunos só ocorreria quando estivessem assegurados na integra as vantagens substantivas para os alunos, devidamente consensualizadas com as respetivas comunidades e com a autarquia, posições que não foram levadas em conta.

Pois, para este executivo, a educação é um investimento e não uma despesa, vê-se por exemplo na medida de alteração que houve com a redução, no que diz respeito aos transportes escolares para os alunos do 1 ciclo ao ensino secundário, na distância da casa-escola para os 2 km, no benefício que vão ter ou das condições do passe escolar que vão usufruir. Esta medida de apoio, às famílias que na situação em que vivemos de enormes dificuldades, serve de ajuda e serve muito também para evitar a tendência que temos hoje para o abandono escolar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Há infelizmente muitas famílias que se deparam hoje, com o problema de não terem condições financeiras de manter os seus educandos na escola, assistimos hoje a uma situação impensável, os pais não tem condições de fornecer aos seus filhos uma educação essencial para o seu futuro um passo atrás na nossa democracia.

Enquanto o Governo PSD/CDS continua a promover um aumento brutal de impostos, aumentando as dificuldades das pessoas mais desfavorecidas e a fazer cortes generalizados nas prestações sociais, este executivo mostra o outro caminho, o caminho, certo, o caminho de apoio as famílias e as pessoas com mais necessidades, um dos exemplos é a criação do título de transportes “Passe mensal - Consigo mais”, para os beneficiários do rendimento social de inserção, como incentivo à própria inserção social e à mobilidade destes cidadãos que numa altura de muita dificuldade, vai contribuir, de forma modesta mas útil, para terem melhor acesso às suas deslocações, para as suas actividades ligadas à própria inserção de que estão sujeitos.

Ao fim de um ano de mandato, este executivo, além de arrumar a casa da trapalhada em que encontrou, está a cumprir o que prometeu apoiar as famílias, com as apostas visíveis na educação e ação social, que se podem ver, também com as 18 comissões sociais de freguesia, que com este executivo começaram a funcionar em pleno.

E esta autarquia, que governa uma cidade que respira educação, que inspira o conhecimento, que está a formar muitos os cidadãos que irão contribuir muito para o futuro deste país, tem e bem, um executivo com a plena noção da importância da educação.

Bem hajam por isso.”

Intervenção do deputado municipal Dino Alves PPD/PSD/PPM/MPT):

“Recentemente, Carlos Abreu Amorim classificou os membros das Assembleias Municipais de “eunucos do poder local”, pela falta de poder, pela falta de preparação, pela falta de apoio, pela falta de influência que têm na política dos municípios e das pessoas que os elegeram.

Gostava de não me rever nesta visão, mas reconheço que não consigo ter outro sentimento.

Pertencer a esta Assembleia e assistir com revolta ao desgoverno da cidade é a maior demonstração de impotência que, com 24 anos, tive o azar de experimentar.

Após um ano de exercício, recorro casos e momentos que não nos dignificam como eleitos para este órgão:

Desde a questionável votação do IMI de 2014, as numerosas propostas apresentadas que nunca se viram executadas (como é exemplo a criação das 20 bolsas de estudo aprovada por esta Assembleia há duas reuniões e que hoje não consta sequer do Orçamento).

A mais grave, para mim foi o compromisso do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de trazer à reunião seguinte a votação da minha moção para limitação dos montantes máximos permitidos para ajustes directos em ponto próprio da ordem de trabalhos. São estes sucessivos esquecimentos que, por desrespeitarem a democracia, me fazem questionar a minha permanência neste órgão, que por vezes faz de conta que, passado um ano, ainda nem tempo para aprovar o seu próprio regimento teve.

Enquanto isto, Manuel Machado faz o que quer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Durante o último ano, o despesismo foi tal, desde carros topo de gama, festas, rotundas, adjudicações a amigos e outras promiscuidades que por educação não mencionarei, que o montante gasto até agora em ajustes directos se aproximou dos 4,5 milhões de euros. Repito, 4,5 milhões de euros, dados públicos a consultar no site base.gov.

4,5 Milhões lembram-me a recente novidade vinda diretamente dos anos 80: apercebendo-se de que nunca vai conseguir colar devidamente o Convento de S. Francisco ao seu mandato, todos nos recordamos que o Dr. Manuel Machado queria lá um “Gold Center”, Machado propõe a nova obra do regime — Elétricos! De acordo com o Orçamento que hoje vamos votar, 9 milhões de euros para construir 2 Km de linha, 4,5 milhões de euros ao quilómetro.

E esta falta de rumo, com o qual nós nos mostramos coniventes, é paga com a deterioração da imagem de Coimbra, a cidade que jurámos servir. O ranking municipal da transparência é disso exemplo, entre muitos outros.

Dr. Manuel Machado, ontem, ouvi-o ler Rudyard Kipling num longo poema que sei de cor e que em nada se aplica a si. Hoje termino eu com um clássico de um filósofo que não Sócrates. Depois de no Senado desmontar os esquemas de Catilina, inimigo do povo de Roma, terminou Cícero com a seguinte frase:

“Até quando, Catilina? Até quando abusarás tu da nossa paciência?”

Por quanto tempo a tua loucura há-de zombar de nós?

Oh tempos, oh costumes!”

Intervenção do deputado municipal Paulo Coelho (CDU):

Habitações económicas e sociais

“Trago hoje uma pequena reflexão sobre um assunto que nos deve preocupar a todos, e que também é um assunto previsto na Constituição da República Portuguesa no seu artigo 65.

Estamos a falar de habitação, um direito que a todos diz respeito, que estabelece a Constituição, que compete ao Estado assegurar esse direito, em colaboração com as Autarquias Locais, nomeadamente o que diz respeito à construção de Habitações Económicas e Sociais.

Estamos num País em que o parque habitacional social ronda os 3%.

Caros colegas, falamos cerca de metade, daquilo que é a média Europeia. A nova lei, sobre as rendas apoiadas, vem dar mais uma machadada naquilo que é política habitacional em algumas autarquias e nomeadamente a autarquia de Coimbra. Porquanto o rendimento passa a ser considerado para poder ser atribuído este apoio passa a ser o rendimento bruto e não o rendimento líquido. Isto significa, que, famílias que tenham mais dificuldades, famílias mais idosas, famílias em que da sua parte façam pessoas com deficiência vão ter claramente maiores dificuldades.

Também a renda máxima passa a ser 25 % do rendimento bruto, ao contrário do que acontece actualmente de 15%. Não considera as condições de habitabilidade das próprias habitações. Portanto, considera não a renda técnica, mas apenas a renda que é da habitação, penaliza quem tem menos recursos. Também retira e este para mim será um dos pontos mais graves, autonomia aos municípios, portanto todos aqueles que neste momento tem condições mais favoráveis e que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

conseguem apoiar uma forma mais eficaz os seus munícipes, vão ter dificuldades acrescidas, será feita no fundo “uma tábua rasa” e portanto terão de ser todos tratados por igual não permitindo esta autonomia municipal.

Facilita, por último lugar, os despejos, nomeadamente quando um inquilino recusa ser realojado no prazo de 90 dias mesmo que esse realojamento seja no concelho limítrofe. Também os despejos passam a ser por mera comunicação administrativa ao contrário do que acontecia até agora.

É por isso que da nossa parte, fizemos esta pequeníssima e breve reflexão e que gostaríamos de partilhar convosco, porque grandes dificuldades avizinharam no próximo ano.”

Intervenção do Presidente U/F de Trouxemil e Torre de Vilela:

“Duas ou três notas breves.

Primeiro, queria agradecer a visita que o Senhor Presidente da Câmara e que os senhores vereadores do Desporto e da Acção Social fizeram à minha freguesia. Não sei porquê, tenho tido muitas visitas ultimamente, mas a pretexto de comemoração de primeiro ano de mandato do passado dia 21 de Outubro, incluída num périplo das obras arrancadas do papel, saúdo a atenção que o Dr. Machado tem dado à limpeza do rio dos Fornos e a outras intervenções ali na zona. Infelizmente, elas não foram arrancadas do papel, já estavam a decorrer, havia um concurso aberto mas, saúdo isso.

Lamento somente que tenha sido convidado na véspera às 20 horas, parece que não fui o único houve outros que foram convidados no próprio dia. O título, obras arrancadas do papel não corresponde à verdade! Várias das obras estavam adjudicadas, algumas até consignadas, por isso, o título vale o que vale.

Outra nota também, para agradecer, mais uma vez ao senhor vereador da Acção Social e ao senhor vereador do Desporto, por terem escolhido a minha freguesia para marcarem publicamente o arranque do “Programa Ginástica para Sénior” visitaram uma coletividade local da qual eu sou Presidente da Assembleia Geral com Comunicação Social, só um lamento, não me convidaram, ignoraram-me, experimentaram o dito piso sintético, que existe nessa colectividade pago pela minha junta de freguesia, mas não me convidaram, por isso infelizmente as atitudes ficam com quem as pratica.

Uma terceira nota, relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Antuzede e Vil de Matos na última Assembleia Municipal, sobre a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos de Vil de Matos.

Gostava de questionar o Senhor Presidente, se na sequência dessa mesma intervenção, foi retomado o trabalho de Comissão de Acompanhamento, porque é deplorável a qualidade de vida das pessoas das localidades de Trouxemil na minha freguesia, mas também de Vil de Matos e Rios Frios, porque os cheiros são insuportáveis naquelas zonas e por isso cabe à Câmara tomar o papel de dianteira relativamente a esta questão. Gostava de ter um ponto de situação dessa sua intervenção.

Por último, relativamente à situação dos ditos contratos inter-administrativos, ou também aos acordos de execução da minha freguesia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Muito brevemente, porque depois, aquando do orçamento poderei dar mais algumas notas. Obras dos anos anteriores, decorrido 1 ano, a junta de freguesia de Trouxemil e de Torre de Vilela não receberam 1€. São 192.882 €, não sei como as vamos pagar.

Obras de 2014.

Tive a notícia, hoje mesmo, através de um empreiteiro, que veio hoje à Câmara na parte da manhã, e foi informado que a transferência do valor de uma das obras que já estava concluída em Setembro de 2013, foi feita hoje de manhã. Lamento que eu saiba sempre por pessoas exteriores à Câmara Municipal. Relativamente a 2014, parece que já pagaram uma obra que está pronta quase há 1 ano. Não pagam é o valor da obra que vem de trás, são mais 35 mil euros.

Lamento também que, ontem a Câmara de forma discriminatória tenha recusado a proposta da Junta de Freguesia de alterar as obras do contrato de 2014, aceitaram as propostas de todas as freguesias, a única freguesia a quem foi recusada, essa proposta foi à minha freguesia.

As técnicas da Câmara Municipal erraram, o Chefe de Apoio às Freguesias errou, enganaram-se. Tentei pedir para reaver esse dinheiro e foi-me recusado. Por isso mais uma vez a minha Freguesia irá ficar roubada em mais quase dois mil e quinhentos euros, se não é de uma maneira, levam-no de outra.

Acórdãos de Execução, apoio ao funcionamento, a Junta de Freguesia não recebeu este ano qualquer valor. Isto é, nós da Câmara Municipal até hoje, não recebemos 1 € em 2014.

Escolas, não recebemos qualquer valor da Câmara, já enviamos para a Câmara as ditas certidões, em Outubro estamos a chegar ao Natal, ninguém nos responde, por isso não assinamos qualquer documento, mas é o que temos em Coimbra.

Limpezas.

A nossa Assembleia de Freguesia que tem reunido mensalmente, deliberou, não assinar com a Câmara Municipal o acordo de execução para limpezas, a partir de 2015.

Isto é, à semelhança do que a Câmara adoptou para a União de Freguesias de Coimbra, nós não queremos fazer a manutenção do espaço público na minha freguesia, já temos problemas que cheguem.

Por isso, a partir de 1 de Janeiro a Câmara já foi informada, espero ver uma boa equipa de funcionários, bem vestidos, bem equipados na minha freguesia a fazer a respetiva manutenção. É isso que a lei manda, todos nós sabemos e por isso nós não queremos trabalhar em conjunto com quem não quer trabalhar connosco.

Aguardo que me convidem para assinar o dito acordo, porque nós fizemos manutenção em 2014, fizemos reparações nas escolas em 2014, e não recebemos um único euro.

Chamem a isto o que quiserem, um jornalista que está aqui nesta sala, a alguns meses atrás dizia se isto era discriminação política, eu dizia-lhe que não. Pois hoje eu tenho a certeza, isto é discriminação pura e dura! Chamem-lhe política, chamem o que quiserem. Mas isto fica mal a qualquer concelho, fica mal a quaisquer órgãos autárquico, e fica mal a esta casa, fica mal a estas pessoas que estão aqui sentadas ouvir isto. Há 1 ano, que eu ando a dizer isto, ninguém diz que estou a mentir, também ninguém se sensibiliza para me contrapor e ao fim de 1 ano o pobre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

coitado do Presidente de Junta de Trouxemil e Torre de Vilela que anda aqui com cento e dois mil euros de dívidas de obras contratadas com a Câmara não consegue resolver sítio.

Por isso a partir de 1 de Janeiro, trabalho administrativo, escolinhas, porque as crianças não têm culpa dos erros dos adultos, limpezas não há, obras, estamos a equacionar a não fazermos mais nenhuma obra contratualizada com a Câmara. A Câmara que as faça, tem técnicos habilitados para as acompanhar e a fiscalizar. Nós somos tão incompetentes que não queremos estragar o bom trabalho municipal que está a ser feito, as pessoas têm visto na rua a prova disso.”

Intervenção do Presidente U/F das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas:

“Pouco já alguns minutos nas cortesias, porque eu até sou inerente Presidente de Junta de Freguesia a esta bancada, sem direito a estacionamento nem nada disso. Portanto, como deputado não sou deputado, sou Presidente de Junta de Freguesia.

Ontem a minha freguesia fez 160 anos, 160 anos de tristeza, honestamente, tudo aquilo que trabalhei voltou tudo para trás, hoje nem conheço as fronteiras da minha freguesia, o Executivo dá-me umas, a lei dá-me outras, a Divisão de Solos ainda me dá outra, agora até os carteiros me dividem a freguesia. Isto não parece importante, mas é, estamos a mover uma acção contra o Instituto Geográfico Português, em Tribunal e vamos pedir uma indemnização de verdade.

Estamos agora a receber IMI, queria dizer aqui, esta Câmara que diz que faz e não faz, hoje já aqui ouvi um chorrilho de mentiras mas tudo encomendas que nem quero falar porque até irrita e outras coisas que nem falaram, porque tem sucesso e o sucesso é de Santa Clara e eles não querem falar. Como a Feira Popular, ninguém fala, mas a seguir à Queima das Fitas, é quem mete mais gente e honestamente é quem faz melhor, por isso é que não teve subsídio e nem para o ano vai ter, porque já está ali no plano de actividade, nada é zero.

Querem falar de acção social, a Comissão Social de Freguesia funciona, mas a Câmara não funciona, ainda não vi ninguém beneficiado pela Câmara, até hoje, nem uma criança, nem um adulto, ninguém, tudo isto é conversa da treta.

Sabem quanto é que esta Câmara vai buscar a Santa Clara de IMI, vai buscar setecentos mil euros, sabem quanto é que esta Câmara vai buscar de IRS a Santa Clara perto de trezentos mil euros. E depois dá uma miséria.

Querem falar daquilo que todos vêm para aqui falar, parece que Coimbra não tem mais nada a não ser a Avenida João das Regras, pois está claro que até lá poderiam gastar três ou quatro milhões de euros, não pagou nem sequer um tostão para o Convento de S. Francisco! O dinheiro que era para investir no Convento este ano foi-se.

Acórdãos de Execução

Como é que um acordo de execução, que é assinado em Março/Abril, se é assinado é porque está autorizado, nós apresentamos os projetos, pois a Câmara manda parar todas as obras porque a Câmara tem os projectos da Câmara e apresenta os projetos em Outubro para acabarmos as obras até Novembro senão não as pagam, isto é querer-nos enganar.

Exemplo: Nós apresentamos um projeto a Câmara aceitou vinte mil euros, depois a Câmara faz o projecto para ficar mais bonito, fica em vinte e três mil euros, a Câmara pede a factura tem três mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

euros a mais, a Câmara paga vinte mil e a junta paga os três mil. Outro exemplo, uma obra que custava vinte mil euros, a Junta de Freguesia conseguia fazer por quinze mil mostra-se a factura de quinze e dizem-nos tem que devolver esse dinheiro à Câmara. Mas que coisa é esta? Não estou a perceber, porque se é mais a Junta tem de pagar, se é menos, a junta tem de devolver á Câmara! Como é que pode ser? Mas o que é isto, andamos aqui todos nesta treta.

Li todas as entrevistas que o senhor Presidente deu, onde diz que o Estado não deve intervir na política autárquica, tem muita razão, mas agora pergunto então porque é que se anda a meter na minha Junta, a querer que mostre a factura, depois as datas. Houve obra que fiz em Março agora tem de mudar a data porque foi a primeira adjudicação, são doze documentos para fazer uma obra da treta, agora até querem que eu vá ao IKEA para comprar um banco de jardim para a Junta, então querem que eu peça ao IKEA, a Segurança Social, se não devo nada às Finanças. Por amor de Deus, deixei-me também usufruir das minhas competências. Tenho competências até cinco mil, até cento e cinquenta mil euros de ajustes directos.

Deixem-me trabalhar tal e qual, o Senhor Presidente da Câmara. Só não tenho ajustes directos simplificados são aqueles dos setenta e cinco mil euros. Pois isso não tenho nem sequer levo isso em conta, porque também o poderia fazer, porque a mesma lei que é para a Câmara também é para mim, só que eu não tenho infelizmente dinheiro para andar a pagar a Advogados, que as Juntas não tem, nem há arquitectos para fazerem os projectos.

Obras na via pública.

Agora falando de obras na via pública, não sei quem as faz!

A Câmara autoriza mas nem sabe a quem as autoriza porque nunca foi fiscalizar uma obra, posso dizer que quando foi o saneamento em Santa Clara, no executivo quando era as obras do pelouro do Pina Prata, a Câmara ainda alcatroava as estradas, agora nem um lance alcatroam, estão as estradas todas escavacadas pelas “Águas de Coimbra”, mandasse para lá ofícios e mais ofícios, e sabem o que é que respondem, que a obra tem garantia de 5 anos, estou à espera de 5 anos para repararem as estradas? Nada é feito.

Convento de S. Francisco

Eu penso que o Convento de S. Francisco só depois de 2017 é que vai ser inaugurado, eu esperava que fosse antes.”

Intervenção do deputado municipal Alexandre Barros:

“Eu considero a política deste Executivo um bocado como o “*Pistacho*”, a parte de dentro é o centro de Coimbra, as obrinhas, as promessas, todo o resto.

Depois tem aquela casca mais mole, que considero já a zona de Eiras, zonas urbanas onde ainda se faz qualquer coisa, mas mesmo assim muito pouco.

Depois a zona mais rija o Dianteiro, Rocha Velha, estou a falar da União da Freguesia de Eiras e S. Paulo de Frades.

Escola EB1 do Loreto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Um dos assunto que me trás aqui é sobre a escola EB1 do Loreto, é uma escola que tem umas instalações horríveis, a intervenção está para ser feita, e nunca mais arranca. Gostava de saber qual é a perspectiva do senhor Presidente, visto que essa obra já poderia estar com verba do QREN, no segundo trimestre de 2014. Esteve no terceiro trimestre de 2014 para fazer um centro educativo, gostava de saber então qual é, vamos perder essa verba, por inacção do executivo, ou vamos ter umas obras e um centro educativo no Loreto?

Sede da Freguesia de Eiras S. Paulo de Frades

No mandato anterior comprou-se três edifícios para se fazer uma sede nova e condigna, inclusivamente a sede de S. Paulo de Frades, que se veio a juntar á nossa freguesia de Eiras e fez a união das freguesias. Inclusivamente tem melhores instalações que as de Eiras, as instalações da Freguesia de Eiras são tão boas, tem a Caixa multibanco dentro do gabinete do presidente do executivo onde se fazem as reuniões, passaram-se vários episódios naquela sala como por exemplo, quando a máquina estava a ser abastecida um cidadão a gritar para lhe darem o multibanco que éramos uns ladrões, outra vez o tinteiro que marca as notas arrebeitou ficamos todos pintados, os papeis inutilizados e outras coisas mais.

Por isso senhor Presidente agradecia que fizesse algo, para não considerar a política do “*pistacho*”.

Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Estamos com quase 30% do mandato cumprido pela gestão Socialista, quase 1/3 e constatamos a estagnação da Cidade de Coimbra e do Concelho, apesar de actividades correntes de gestão municipal e inerentes a funções mínimas e não mais do Executivo.

Finalmente, começamos a verificar que o senhor Presidente da Câmara enganou os conimbricenses quando fez promessas na sua campanha eleitoral e no seu programa com o objectivo de caçar voto aos eleitores mais encaños e consegui, que se deixaram enganar pois deram-lhe os votos suficientes para governar. Muitos já estão hoje arrependidos por terem acreditado nessas promessas, mas agora só lhes serve de vacina, os eleitores vão apreendendo com as falsas promessas do PS. Reafirmo o que já disse em intervenções nesta Assembleia, o senhor Presidente da Câmara tinha todas as condições para ter excito neste mandato e não deveria arranjar desculpas para não prosseguir políticas mobilizadoras que levassem Coimbra a uma Cidade mais atrativa e moderna. Mas neste 1/3 de mandato constatamos o atraso na execução de projectos muito importantes para o desenvolvimento de Coimbra. Apesar de todas as intervenções que o Partido Socialista fez hoje nesta Assembleia, não é verdade tudo aquilo que foi dito, porque efectivamente muitas coisas vinham do executivo anterior e muitas outras continuam no papel.

Mais uma vez o senhor Presidente da Câmara, projectos como o Convento de S. Francisco, a instalação do IKEA, o subjacente à reabilitação urbana nas áreas classificadas de Coimbra como Património da Humanidade, o I° Parque entre outros que são estruturantes para Coimbra e do concelho continuam a marcar passo, ou mesmo, não andam mesmo.

Curiosa a sua gestão de prioridade, e do PS, os projectos que estavam em execução, e desenvolvimento não lhes dá continuidade devida e necessária, mas veio anunciar na última Assembleia, os projectos da Estação-Velha., do Metro-Mondego, do metro mondeguiño cujo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

financiamento são maioritariamente externos à Câmara e que e os quais V. Exa. não pode ou pouco pode decidir.

Foi interessante até ouvir a Sra. deputada do PS, enumerar as vantagens e o significado para Coimbra do importante equipamento do convento, quer do ponto de vista cultural, quer do ponto de vista mesmo financeiro, económico e social e cultural para a Cidade de Coimbra. Mas o que é certo o convento continua lá e não é tão brevemente que o vamos ter a funcionar com todos os prejuízos para Coimbra e para a Câmara Municipal, porque nós não nos poderemos esquecer que o projecto terminava no início deste ano, neste momento poderia estar já em desenvolvimento as actividades que estavam previstas para lá, neste momento o projecto continua a marcar passo e no fim vamos ver quais vão os cursos inerentes à decisão que foi tomada no início do ano.

Por outro lado continua a não cumprir completamente os protocolos assumidos com as Juntas de Freguesia de 2013/2014, dando um sinal muito negativo, à continuidade das decisões tomadas pelo Executivo anterior muitas vezes por unanimidade, dando imagem de uma Câmara que não cumpre essas decisões, só porque mudou de cor política. É lamentável esta falta de confiança nos Presidentes de Junta na gestão dos recursos que lhes são colocados à disposição, da nossa parte sempre confiámos nas suas capacidades, e na sua gestão rigorosa e transparente, independente da cor política por quem foram eleitos. Era importante saber, qual o valor transferido para as juntas de freguesia correspondente à promessa que o senhor Presidente fez nesta Assembleia sobre 1% do IMI. Que eu saiba nenhum Presidente de Junta recebeu qualquer verba relativamente a este 1%.

A revitalização do Comércio Tradicional da Baixa continua tal como estava há um ano atrás, continua por fazer e era importante saber quantos novos estabelecimentos abriram e quantos postos de trabalho foram criados, Senhor Presidente. O que sabemos é que continuam a fechar lojas, e os estabelecimentos com a consequente perda de emprego. E como prometeu a criação de centenas de postos de trabalho, era importante que informar-se esta Assembleia da pergunta que lhe foi feita, há um mês atrás nesta Assembleia, quantos postos de trabalho já criou neste 1/3 de mandato, e que não é, suficiente abrir e tapar buracos para ocupar desempregados como defende o que é fundamental e prioritário é captar projectos, investimentos de empreendedores para que crie um emprego que seja permanente.

A qualidade de vida dos conimbricenses, foi a grande preocupação dos executivos do PSD/CDS/PPM, envolvendo todos os sectores sociais e entidades institucionais que muito contribuíram para atingir esse objectivo, isto obriga-nos na oposição a trabalhar para que esse desidrato tenha continuidade e seja desenvolvido.

Disse”

O deputado Ferreira da Silva usou da palavra para fazer a defesa da honra a qual, Presidente a Mesa da Assembleia já tinha concedido.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Há pouco quando pedi o uso da palavra era o momento próprio para a defesa da honra. Para tanto, não vou, não preciso de citar filósofo “*Sócrates*”, gosto mais de citar sabedoria popular:

“A ignorância é atrevida, mas é que, é mesmo, a ignorância é mesmo atrevida”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Se assim não fosse o senhor deputado teria o cuidado, ao menos, junto do gestor que, aliás, era o seu líder distrital, questioná-lo, eventualmente sobre as suas dúvidas e não a mim próprio.

Quero a si, principalmente esclarecê-lo, porque penso que até já me referi a isso nesta Assembleia, e é conhecido do Dr. Barbosa de Melo. Mas quero dizer-lhe que tinha o legado Dr. Marcelo Nuno e que, legado era esse? Era descobrir uma bomba atómica, chamamo-lo assim, para quando o Governo quisesse estatizar a água no nosso concelho.

Elaborou um trabalho e disse-me, você é o homem ideal para fazer isso e contratou-me para o efeito. E eu escrevi algumas palavras e alguns textos, onde fui beber o texto para esta moção. Como ando, porque tenho o cuidado de ir ao Diário da República, ler as leis, li o decreto-lei que criou os novos sistemas.

Portanto, quero-lhe dizer, que estava aqui a falar na qualidade, e só nessa, de cidadão de Coimbra e deputado da Assembleia Municipal. O senhor quer saber se avença o trabalho foi-me contratado pela vossa administração, a administração do PSD, e quer saber mais foi-me pago. Mas não volte a ter dúvidas. Já lho disse que o conhecimento remonta do anterior mandato.

Se ainda tiver dúvidas, pode inclusive, perguntar ao seu ex-presidente, camarada, companheiro e amigo Barbosa de Melo e dissipar essas dúvidas.

Estou convencido senhor deputado com a idade, isso passa, tem de crescer mais um bocadinho que isso passa-lhe.”

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Se bem se lembra o Senhor Presidente da Câmara, há mais de 1 ano atrás, lembrei-lhe com a delicadeza que foi possível três questões fundamentais.

A primeira, era de que nós nunca interviríamos em termos pessoais, as questões nunca se poriam em termos pessoais, seriam sempre postas em termos políticos. Portanto, que nunca se elevasse nenhuma questão, como uma questão pessoal.

A segunda, era que poríamos sempre os interesses da Cidade, acima dos interesses do partido necessariamente e dos interesses pessoais.

Para nós os interesses da Polis, os interesses da Cidade, os interesses de cada pessoa desta Cidade estariam muito para além dos interesses partidários.

A terceira questão, era de que nós todos, no Executivo e na Assembleia Municipal estávamos disponíveis para colaborar com V. Exa.

Estávamos disponíveis para em conjunto ajudar a construir a Cidade num projeto e que pudéssemos todos participar.

Chegados aqui, votado que foi o primeiro orçamento, chegados ao segundo plano e orçamento, chegados depois de tão pouco tempo, queria dizer-lhe, pessoalmente, e perante esta Assembleia, que é chegado o momento que nós relativamente ao terceiro ponto, dizemos que não!

Não estamos dispostos mais a caminhar-mos consigo, não estamos mais dispostos a fazer consigo o percurso por esta Cidade. Mas permite-me que explique o porquê, porque isso é que é importante.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Não nos diferenciam questões pessoais necessariamente, o que nos deferência é a forma de estar na Cidade. V. Exa. está com os seus assuntos, V. Exa. não confia nos vereadores que tem, disse-o em entrevista, eu pensava que hoje eventualmente iria aqui fazer o discurso do estado da nação 1 ano depois. Fê-lo a um jornal em vez de o fazer aqui. V. Exa. não trata com a lisura elementar que devem ser tratados os autarcas, os seus e os da oposição. Isto deve ser dito não só à Cidade mas ao País. Porque isto diz respeito não só ao Presidente da Câmara como também ao Presidente da Associação Nacional de Municípios. V. Exa. não respeita os autarcas, sejam os de freguesia, sejam os autarcas que consigo estão na Câmara Municipal no Executivo, sejam os autarcas desta Assembleia Municipal.

Nós pensávamos que apesar das diferenças políticas que pudéssemos ter, nós comungávamos dos mesmos ideais de respeito pela democracia e do respeito pelos autarcas quaisquer que eles fossem. A noção que hoje temos, é que V. Exa. não o faz, como nós entendemos que deve ser feito.

Mais do que isso, há diferenças políticas substanciais na forma como gere a autarquia e basta-nos um exemplo. No momento de enormes dificuldades, em que nós devíamos ser os primeiros, os da linha da frente V. Exa. deu o mau exemplo, de pouca transparência na forma como passou a adjudicar directamente de cinco mil euros para setenta e cinco mil euros transformando as adjudicações directas, em quase cinco milhões de euros, este ano. Sabe, não preciso de o dizer aqui, que, não ponho em causa necessariamente a sua honorabilidade nem nunca o porei, mas *quem não deve não teme*, e o que nós faríamos, pode estar certo disso, é que levávamos ao Executivo todas essas adjudicações, quem não teme pelas adjudicações que faz pequenas ou grandes leva ao executivo porque ninguém está lá para reprovar aquilo que não deve ser reprovado, ninguém o vai fazer politicamente, só o faremos se acharmos que não há cabimento numa adjudicação que queira fazer.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, permita-me também, no pouco tempo que já me resta, que me dirija a si com todo o respeito mas, eu não entendo que um documento aprovado ontem, venha a esta Assembleia Municipal.

Permita-me que lhe diga, aqui e publicamente, porque V. Exa. sabe, o respeito pessoal e político que tenho por si. Nós não merecemos, mas V. Exa. merece muito menos que no dia da Cidade esta Assembleia não tenha voz. É profundamente lamentável a forma como esta Assembleia tem sido tratada, nós temos uma proposta que é daqui a 1 ano quase, no dia 4 de Julho todos os Grupos Parlamentares tenham voz no dia da Cidade. No dia da Cidade todos temos o direito a ser ouvidos.

Senhor Presidente e essa proposta, faremos hoje, e pedia-lhe que não pusesse na ordem de trabalhos da Assembleia com 24 horas ou menos de antecedência um assunto para ser debatido, não merece esta Assembleia, e não merece V. Exa. como Presidente da Assembleia que queremos respeitar ter a obrigação de o trazer aqui. Creia, que é o respeito que temos por si, que é só o respeito que temos por si, que vamos aqui discutir hoje esse assunto, de outra forma nos rejeitaríamos discuti-lo.

Queria portanto, resumir da seguinte forma.

Chegados aqui 1 ano e pouco depois, Senhor Presidente da Câmara com todo o respeito político que me merece estamos separados pelo um espaço infinito, iniciamos um combate que é um combate político, um combate político pelas diferenças, pela a afirmação das diferenças e vamos até ao fim e encontrar-nos-emos no dia justamente marcado para nos encontrarmos novamente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

faça V. Exa. o seu serviço que nós faremos o nosso em defesa da Cidade, das populações da gente de Coimbra.”

O Presidente da Assembleia deu por terminado o período antes da ordem do dia, e colocou à votação a moção apresentada pelo Partido Socialista.

O deputado municipal Pinto Ângelo referiu que, na sequência do apelo que o deputado Ferreira da Silva fez, quando apresentou a moção, e tendo em conta as conclusões que propôs, a CDU não só iria votar a favor, como não tinham problemas absolutamente nenhuns em considerar-se também como subscritor.

O deputado municipal Nuno Freitas disse que queria chamar a atenção, para o facto, da informação não ter sido veiculada aos deputados municipais e poderia ter sido.

Gostaria de perceber o racional quer o que está por trás do ante projeto do decreto-lei, quer a posição das “Águas de Coimbra” e convinha a própria Assembleia Municipal que, poderia ter chamado o Presidente das “Águas de Coimbra” para vir aqui à Assembleia Municipal explicitar a posição da Administração.

Portanto, votar a moção, só servia, obviamente, a lógica do ataque gratuito ao Governo, se assim fosse evidentemente que não podiam contar com a essa cobertura política.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

O deputado Ferreira da Silva esclareceu que já por duas vezes, a primeira sensivelmente há 4 anos, a segunda, há 2 anos que o PS trouxe a esta Assembleia, uma proposta no sentido de se apurar e trazer aqui os técnicos para esclarecer esta Assembleia da forma como se chegava ao preço da água, que os conimbricenses consomem, está portanto nas actas desta Assembleia Municipal.

Essas propostas do Partido Socialista foram ambas aprovadas, foi ainda no tempo do Dr. Carlos de Encarnação, nunca o executivo anterior pese embora essas duas deliberações, nunca o executivo anterior trouxe a esta Assembleia a discussão ou forneceu dados ou documentos como lhe foram solicitados e requeridos através desta Assembleia, essa discussão e esse apuramento.

O Governo fez publicar, no jornal oficial deste País de Portugal o decreto-lei que a moção identifica, e lá diz que concebe 45 dias aos municípios para se pronunciarem o projecto-lei que iria elaborar e remetia para tanto aos Executivos Municipais.

Eu como está legado, que, há pouco me referi andei sempre atento a essa matéria, ninguém me falou no decurso desse prazo desses 45 dias. Tomei a iniciativa mal soube que esse projecto decreto-lei tinha sido enviado para os Municípios, não para o Município de Coimbra mas sim para os Municípios, pelo que, tomei conhecimento e entendi que deveria defender os conimbricenses e vim aqui dar conhecimento aos representantes nesta Assembleia dos conimbricenses, não vim para aqui cego defender nenhuma política de nenhum governo, já assim foi quando foi do Metro Mondego, soube eu e os meus colegas e todos mais deputados despir a camisola partidária e vestir a camisola de Coimbra, foi assim na anterior gestão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Portanto, o que essa moção aqui trás é exactamente as suas conclusões, é uma vontade municipal porque nela, já vimos assumindo dois séculos atrás, da nossa experiência na vocação da captação e distribuição de água em Coimbra na nossa região e não em Lisboa.

É só esse o sentido dessa moção e não qualquer outra. Disse.

Votação de Moções

Deliberação nº 56/2014 (26/11/2014)

De imediato, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a moção sobre **Estatilização das Águas de Coimbra e do Mondego** atrás transcrita, apresentada pelo grupo municipal do PS, a qual foi a mesma aprovada com 35 votos a favor, 14 votos contra e 2 abstenções.

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento da moção que acabou de receber do deputado municipal Maló de Abreu a qual passou a ler:

Moção

Deliberação nº 57/2014 (26/11/2014)

Considerando que todos os Grupos Políticos devem intervir no **dia da Cidade-4 de Julho,**

Vimos por este meio propor que as comemorações devem ser assumidas pela Assembleia Municipal nesta participação onde tomarão parte todos os Partidos integrantes da Assembleia Municipal, em igualdade de circunstâncias.

De imediato a moção foi posta à votação, sendo a mesma aprovada, por maioria, com 1 abstenção.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

“Já agora que estamos a terminar, duas notas. Uma que responderei no momento oportuno quando chegarmos a esse ponto da ordem de trabalhos.

Relativamente ao meu papel, foram-me feitas algumas referências elogiosas, mas como sempre quando se começa a fazer referências elogiosas há sempre alguma coisa que vem no bojo.

Temos umas belíssimas relações pessoais, acho que não foi por mal, foi uma tentativa que o senhor deputado Maló de Abreu fez, e bem, legitimamente de puxar um pouco pelos galões do Presidente para que, ele puxe pelos galões da Assembleia, tudo isso é normal em política. Aceito o desafio, aceito o repto, mas também devo dizer que até hoje, até este momento, não tenho nenhum problema de consciência, nem tenho na minha consciência de que alguma vez tenha ultrapassado o limite da minha lealdade para com a minha independência com a Câmara Municipal. Não sou homem de serviço, não estou ao serviço e nunca estive ao serviço de ninguém, respeito mas, não sirvo ninguém.”

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“Vou tentar alargar o leque para que fique completa a resolução anterior que não posso deixar de comentar que classifico como acto de usurpação de funções gratuito e desnecessário.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Eu não me esqueço de quantos aqui estávamos na sala, na celebração do dia 25 de Abril, mesmo com essa apresentação estimule à presença mais massiva e representativa nestes atos solenes da Cidade. Eu recorro quando estávamos no dia 5 de Outubro, que também celebramos e em que todos podem intervir e em que são todos convidados. Obviamente que no dia da Cidade, com medalhas ou sem medalhas.

Portanto, registada a caracterização, obviamente quanto ao demais, a Câmara Municipal de Coimbra e o Presidente, eu próprio, imperar-me-ei em que todos sejam convidados, que todos possam participar e mesmo intervir é só uma questão de organização, aliás é o que tem sido feito.

Nem sempre correspondido os convites também é verdade, mas paciência. Essa é uma função da Câmara e do Executivo, não da Assembleia com o devido respeito, para com a Assembleia.

Senhor Presidente

Senhores deputados

Dado ao adiantado da hora, eu vou procurar ser muito breve, e do ponto de vista institucional, penso que foi distribuída por cópia a informação escrita que enviei ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal com o resumo dos dados mais relevantes, e hoje, como já se falou em poesia e outras coisas, eu vou apenas lembrar que no sábado, vai-se realizar a 3ª Conferência Política em Coimbra sobre um tema muito interessante e importante e que desta feita se enquadra na evocação do “*Atentado Sarajevo*” que despoletou a I Guerra Mundial, e o tema específico é “*O Povo e a Dor*”, com um painel de oradores, uma moderação feita com qualidade, divulgo novamente o convite e apelo à participação dos que poderem.

É no próximo sábado às 16 horas e todos estão obviamente convidados.

Dando como presente nesta intervenção a informação que foi distribuída para poupar-mos tempo eu dispensei de a ler, e dou-a por conhecida e registem em ata se me permitem essa formalidade de não a ler, só no caso que isso em seja pedido.

Das intervenções que aqui ouvimos, o que eu posso já responder.

Sobre a questão dos acidentes que tem havido no IC2, é uma questão altamente preocupante.

Como sabemos todos é um projecto imperfeito e mal feito. É certo que foi aprovado pela Câmara Municipal de Coimbra, mas é imperfeito e muito mal feito, incluindo aquele entroncamento, aquela linha junto ao Almêgue tem provocado diversos acidentes, os viadutos a montante, idem, aspas. O Instituto Estradas de Portugal está notificado para corrigir aquele trabalho. A informação que dispomos é que o empreiteiro no âmbito das garantias da empreitada está em instado em resolver aquele problema. Mas, é efectivamente muito perigoso e os números de acidentes que ali ocorrem é significativamente elevado e muito preocupante.

Mas, a Instituto Estradas de Portugal que é a entidade gestora daquela infra-estrutura está notificada para esse efeito.

Não perfilho a ideia de que, possa dar golpes na democracia. Incluo-me naqueles que se preocupam, com a vida e democracia e que luta como sempre lutou pela democracia e pela liberdade. Na primeira conferência política tive, aliás, a oportunidade de referenciar-me nisso com veemência e preocupação. O tema é o que levou à primeira “*Guerra Mundial*,” a ter claudicado a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

primeira República em Portugal e, ao facto de hoje se sentirem aspectos que são preocupantes. Preocupa-me mas, não dou golpes em democracia. Quem afirmou isto, aqui durante a nossa reunião, eu sugiro, que seja pessoa democrática, sugiro, que se retire essa expressão.

A contratação pública na Câmara segue a regra estabelecida no Código dos Contratos Públicos.

São os procedimentos determinados que são seguidos.

Eu entendo que não devemos viver numa democracia de inimputáveis, nem fazer uma governação de inimputáveis, eu assumo as minhas responsabilidades por inteiro, não me refugio em decisões de outros órgãos para agregar quando é do meu poder próprio para decidir. Assumo, para o bem e para o mal. Não sou de me refugiar noutrem para ir fazendo o que me aprouver, o que faço, assino seja qual for o número de assinaturas que se mostre necessário para que, um procedimento administrativo, ou outro, tenha execução. Fica um nome e uma responsabilidade, é assim que gosto de ser autarca e respeito todos os autarcas.

Aqui permita-me que se diga, somos lutadores pela valorização do Poder Local Democrático e pela dignificação do trabalho dos autarcas, que inclui naturalmente debate, que inclui naturalmente diferenças, que inclui naturalmente pontos de vista. Não inclui conversa mole, evidente que não. Eu compreendo, por exemplo, aquelas afirmações, aqui produzidas pelo senhor deputado Maló de Abreu enquanto estava a intervir eu estava a consultar o vosso programa manifesto eleitoral de 2009 e das últimas eleições, e mesmo as pessoas que invocam, 20% do tempo de mandato eu percebo a demagogia que aí anda.

Eu estou a coordenar a atividade municipal há 1 ano, a seu tempo direi o que está feito, e vamos divulgar porque é um direito que tenho, dar entrevista também, prestar contas ao povo é a minha obrigação. Eu sou dos que gosta de cumprir o dever, corresponde aliás, a um juramento que eu faço, fiz, faço e mantenho. Portanto, estamos a fazer o nosso trabalho, nas dificuldades que são conhecidas. Não venho queixar-me à Assembleia Municipal, nem dou entrevistas a queixar-me das dificuldades nas costas de outrem, procuro construir soluções no Município de Coimbra e no País. Tem sido muito trabalho, é verdade. Mas tem sido feito com afinco. Nem sempre com êxito. Por exemplo, num dos assuntos que hoje vai ser debatido, nós só poderemos tomar uma resolução sobre ele, ontem na Câmara Municipal na reunião extraordinária que é a questão do IMI, porque tentamos até ao limite instar os Grupos Parlamentares da Assembleia da República a renovar uma clausula de salvaguarda que tem estado nas leis do Orçamento do Estado e que, era importante renovar essa cláusula de salvaguarda de um aumento de 75€, no máximo, de um ano civil para o outro da colecta do imposto do IMI.

Até ao limite do tempo, isto é, até à meia-noite de anteontem decorreram diligências, contactos, reuniões a todos os níveis. Não se conseguiu, não foi aceite pela Assembleia é um órgão de soberania a votação foi diferente, a solução que achei pertinente foi tentar desencadear uma resolução extraordinária, obviamente, para minorarmos até aquilo que é razoável, minorar o efeito negativo que vai resultar, de facto, de não ser adoptada a causa de salvaguarda. Há quem diga que já sabia disso, bom, mas isso é do governo, eu não sou, não sabia, só me foi dito, anteontem já bem perto da meia-noite que não iria passar, porque a perspectiva até era de passar. E havia gente em todos os Grupos Parlamentares numas mais, noutras menos, incluindo do PSD, incluindo do CDS/PP, que entendiam os senhores deputados que entendiam que deveria ser renovada a cláusula de salvaguarda, mas depois decidiram não o fazer. Respeita-se.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Sobre a questão da Fábrica da Cerveja e outras que o Dr. José Reis referiu aqui, é verdade que há para dois daqueles sítios dois processos em curso e aprovados com condições decorrentes da proximidade da linha ferroviária, os dois, um foi acabado de ser aprovado em Outubro e o outro em Junho e espera-se que tenha bom resultado e há outros investimentos que serão tornados públicos na altura própria. Porque a Câmara Municipal não deve perturbar, ou proteger indevidamente ou ilegítimamente, legítimos interesses privados que se desenvolvem na cidade. Não quero influenciar na valorização ou na desvalorização terrenos, inibo-me de fazer esses aspectos, as empresas, as pessoas tem direito de fazer os seus negócios onde cumprem as regras legais estabelecidas, e não mais, depois a Câmara Municipal dá o estímulo ou o apoio.

METRO-MONDEGO

Para poupar tempo, foi afirmado que nada há estruturante para Coimbra, ou para a Cidade. Não vou elencar aqui ainda, teremos a oportunidade de equacionar a acção, já houve coisas que se fizeram de grande importância que para mim é estruturante. Desde o arranjo do passeio, até à construção do Centro de Cultura e Congressos, são todas importantes, são todas estruturantes, umas são mais preponderantes e mais rentáveis socialmente do que outras mas são todas estruturantes. E como não fui eu que começou a construir a nossa Cidade, não fui eu! Respeito o trabalho, já o disse aqui, aliás, o trabalho de todos os que me antecederam, e procuro empenhar-me no aperfeiçoamento da actividade quotidiana da vida municipal e da cidade.

E fazêmo-lo com determinação, não haja dúvidas. Mas, obviamente que compreendo que os meus adversários políticos digam outras coisas, o que, eu não compreendo é que haja uma certa permitam-me uma expressão desfaçatez, política de se plagiar discursos da Assembleia da República relativamente ao Governo e venha aqui fazer o contrário. Essa incoerência política parece estranhíssima. O que acontece é que o Governo não permite, por exemplo, que a Assembleia Geral da Metro-Mondego aprove o seu plano de actividades para o ano de 2014. É o Governo, representado na Metro-Mondego e tem a maioria do capital, e portanto não permite, chegou à Assembleia Geral usou dos seus direitos legais que tem pelo Código das Sociedades, e acabou a reunião, suspende-se reunião e está bloqueado. O que não se admite que por via disto, esteja este Centro da Cidade esventrado e impossibilitados todos os investimentos confinantes com este território, isto é, que não pode ser, e não basta dizer que estão disponíveis para ajudar. Senhores deputados, vamos a isto!

O senhor Secretário de Estado dos Transportes penso que é visitante, frequente de Coimbra, falemos com ele todos, é uma pessoa com quem se possa falar, mas ele tem que decidir e ajudar a desbloquear a Metro-Mondego da Empresa da Sociedade e garantidamente dotar fundos comunitários, ou melhor arranjar condições de dotações de fundos comunitários para fazer a obra na parte que falta, é só isto. É o Governo a entidade que tutela a CP e a REFER, e nós temos o apeadeiro velho, mas é o que temos? Mas é o Governo e a Câmara não pode fazer nada! Note-se que isto é tão delicado, como estamos a tentar fazer um arranjo uma coisa muito simbólica, mas é tal modo evidente e necessário que dei luz verde ao serviço para avançar, num espaço confinante com a Ponte de Açude, uma hora depois já estava a ser interceptada a equipa que estava nas obras para limpar os arbustos, as canas entre o rio velho, o leito periférico e a “Avenida Cidade Aeminum” e estavam logo a ser interceptados no sentido de autuação por parte da Administração do Governo. Bom! É assim, mas vai continuar.

SMTUC



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Claro que é estruturante, neste momento por exemplo, a renovação da frota dos SMTUC, foi aprovada a solução possível do dinheiro disponível, foi aprovado um reforço da frota adquirindo autocarros, tem de ser usados, não há dinheiro para comprar em segunda mão, e ter sempre o ajuste directo, mas é preciso renovar a frota. Ela está parada, está bloqueada, ainda anda um autocarro pintado de cor de laranja em Condeixa e as autoridades não o deixam utilizá-lo, ainda não está recuperado.

SANEAMENTO

Do saneamento por exemplo, é a Administração Central responsável pelo não cumprimento do contrato que foi celebrado em mandatos anteriores 2003/2004, aquando da alienação de parte dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra, foi alienados pela Câmara Municipal, e alienados pela mesma expressão porque vamos pagá-lo caro, e já o estamos a pagar quatro milhões de metros cúbicos de água que não consumimos por causa do contrato leonino celebrado, e foi aprovado pelos órgãos autárquicos e estamos a pagá-lo que está a influenciar a factura da água, e nesse contrato obrigações de construção por exemplo, do colector de saneamento e de água aqui nesta zona central.

Mas as “Águas do Mondego” não o fazem, porquê, porque a Administração Central o Governo tutela directa das Águas de Portugal que é acionista, na Assembleia Geral bloqueou tudo e está em incumprimento, e só naquela adutora que costuma arrebentar junto ao Pavilhão Centro de Portugal de dois em dois meses há um rebentamento que a fibra cimento esta envelhecida só isso estamos a falar em dois milhões e meio de euros. E a Empresa “Águas do Mondego” decidiu distribuir dividendos em vez de fazer os investimentos necessários distribuiu dividendos aos acionistas, mas isso tem responsáveis. Nós votamos contra na Assembleia Geral, não tínhamos era peso suficiente para esse efeito.

Financiamento do IHRU Reabilitação Urbana

A Assembleia Municipal, penso que, já interveio no processo três vezes, no contrato. Não está assinado! Mesmo telefonando-se, mesmo contactando-se os responsáveis do IHRU dia sim, dia não, não está assinado, eles não querem, não assinam. Mas, Portugal corre o risco de perder a dotação disponibilizada pelo Banco Europeu de Investimentos, porque não vai ter tempo de realizar os investimentos com que se comprometeu com o Financiamento do Banco Central Europeu. Apesar disso, o Governo não quer! Está criado um fundo “Fundo BOX” que temos que saber como é que se pode ultrapassar e resolver e por a funcionar aqui nesta área central. A entidade por onde isto tem de decorrer, é uma entidade que foi criada por decreto-lei, com poderes próprios, a Câmara e a Assembleia delegaram-lhes poderes para intervir, chama-se Sociedade de Reabilitação Urbana, neste momento, a SRU está com salários em atrasos. Na reunião havida com o Governo, comprometi-me a disponibilizar a parte correspondente aos prejuízos transitados, na parte correspondente ao capital social do Município de Coimbra, na condição de vir na mesma semana, ainda não foi tratado, mas este convénio foi acertado há 3 meses, e a Sociedade de Reabilitação Urbana está parada, está bloqueada, o Governo tem 51% de capital, e só admite a hipótese de negociar com a Câmara Municipal se a Câmara lhe pagar os nove milhões de euros, que eles acham que querem de Coimbra. Não fazem nada, bloqueiam, param, e ainda querem uma compensação de nove milhões de euros, isto tem um nome, eu não iria dizê-lo agora.

Houve aqui, pelo menos uma intervenção, que eu por educação cívica não vou comentar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Informação importante, senhor Presidente, senhores deputados.

Neste ano, e não digo que seja apenas, pela acção da Câmara Municipal mas a Câmara trabalhou neste sentido, também, no que estava ao seu alcance, e era legítimo. O desemprego em Coimbra baixou, e é mais baixo do que a média nacional, relativamente à média nacional o desemprego em Coimbra baixou felizmente, neste momento está em 12,3%, a média nacional é 13,1%. Mas isto preocupa-nos, enquanto houver um desempregado, tem de nos preocupar e estamos preocupados. Mas estamos preocupados nisto, no desemprego, como estamos preocupados no salário correspondente às 35 horas semanais, que não podem passar para as 40 horas semanais, é uma redução de salários. Contestámos! Fizemos um acordo com os sindicatos representativos dos trabalhadores da Câmara de Coimbra. Assumi ser uma das Câmaras a assumir esse risco.

Estamos a trabalhar para cumprir o nosso manifesto eleitoral, que é aberto, e eu estou aberto a poder alarga-lo a outros meios exequíveis e haja outros meios para o conseguir.

Para isso, temos algumas restrições com algumas condicionantes. Neste momento, no caso das Águas, o senhor deputado Ferreira da Silva, referiu aqui uma moção, um documento que eu conheço, partilho que me foi entregue e que foi apresentado publicamente pelo Senhor Ministro do Ambiente no auditório do CEFA, a partir de um *powerpoint* é na sequência desses *powerpoint* quando lhe disse Senhor Ministro isto é muito importante, está muito bem feito, mas os documentos? Ele disse eu mando-lhos, e mandou-os e estivemos a analisa-los, e é difícil perceber como é que nós podemos aceitar a fusão da “Águas do Mondego” com a SIMILS e a SIMRIA, sítios onde nem sempre se deu atenção ao saneamento, enquanto em Coimbra se deu, eu fui responsável pela adjudicação de catorze estações de tratamento das águas residuais de Coimbra, pela construção de rede de saneamento, investimos nisso, noutros sítios investiram em outras coisas de fundos comunitários, é legítimo mas, a nossa opção foi essa, estratégica. Não posso aceitar que a Empresa “Águas do Mondego” que era rentável seja submetida ou sugada pelos prejuízos quer rentável, pelos prejuízos que dá a empresa SIMILS e a empresa SIMRIA, não posso acompanhar ninguém, que possa do lado do Município obviamente, que não compreenda que com a fusão destas três entidades, a entidade “Águas de Portugal” fica com a maioria absolutíssima do capital. A Assembleia Geral fica com poder nulo, é aquilo que as “Águas de Portugal” quiserem mandar a partir dos 75% do capital, sou accionista de 51% das “Águas do Mondego” 51% da SIMILIS e 51% da SIMRIA, bom, ficamos lá absolutamente trucidados. Se as “Águas de Portugal” fosse uma empresa que cumprisse, ainda se poderia conversar, se a ERSAR fosse eficaz na fiscalização e no controlo mesmo e no tarifário, poderíamos descansar, mas, não temos a certeza disso. Não é por em causa a honradez da unidade técnica dos responsáveis da ERSAR mas, o que se percebe, o que está em causa e desencadeado já, é um processo de alienação destes sectores públicos essenciais com vista a usufruto privado apesar de termos feito um acordo com o Governo, e que o Governo se comprometeu a não privatizar a água, mas o caminho que está a levar é esse! O aumento das tarifas, que andam por aí a falar-se é no litoral uma questão desastrosa. Temos defendido que em alternativa a isso, deve ser criado um fundo de compensação tarifária, para o equilíbrio entre do interior e o litoral e é por aí que deve investir-se, a meu ver. Mas a opção que está tomada pelo Governo é ao contrário desta. Acontece ainda mais, é que as “Águas do Mondego” trabalham para a água para o consumo humano e tratamento de esgotos, a SIMILIS trabalha apenas no saneamento do esgoto e a SIMRIA a mesma coisa. Portanto, a fusão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

das três entidades, é absolutamente nefasta para Coimbra, Município, para Coimbra cidadãos de Coimbra, isso teremos obviamente de contestar.

Senhor Presidente, senhores deputados, outros assuntos a tratar, dada a vasta agenda, serão abordados no decurso da nossa intervenção nesse âmbito.

Mas gostaria de deixar já uma nota breve, sobre dois pontos que são importantes.

Relativamente à afirmação que foi feita acerca de determinadas, c por exemplo, a “Escola da Noite” não ter uma dotação no orçamento da Câmara, nas POC ou a “Cena Lusófona”, temos aí duas coisas essas e outras, a organização do documento, inclui a agregação das dotações orçamentais que são atribuídas na sequência de apresentação de candidaturas e de projectos, e da análise mérito aos projectos, conforme se encontra estipulado no regulamento, as fases das candidaturas, serão analisados, as actividade envolvidas e o que se propõem fazer, e é em função disso que é atribuída a dotação financeira. Anteriormente punha-se para cada uma dessas entidades uma dotação específica e portanto era uma consignação directa de financiamento, entendesse que é melhor seguir esse caminho, é a proposta que é feita.

No que caso da “Cena Lusófona” instalações, a obra não esta concluída, está em trabalho de verificação de auditoria, logo que seja concluída será visitada e será disponibilizada para acolher a “Cena Lusófona” no âmbito de um contrato a celebrar. É preciso celebrar esse contrato para evitar equívocos, por exemplo, com outras entidades designadamente da electricidade, levou a diversos mal entendidos ao longo dos anos e queremos evita-lo.

Relativamente às Juntas de Freguesia, aqui foi referido, merecem-me não estou a dizer isto só por dizer, merecem-me todo o respeito, eu sinto o que sente qualquer autarca, nós temos a ambição legítima de fazer mais, e fazer melhor e em geral isso, praticamos.

Neste momento, os documentos estão a ser apreciados, foram começados em Julho, o Orçamento do Estado foi aprovado ontem, os dados técnicos de suporte para a organização do Orçamento Municipal eram desconhecidos e consegui pelas funções que desempenho na Associação Nacional de Municípios, mais alguns dados do que outros e os que consegui partilhei com eles, obviamente.

No final do ano, teremos o encerramento do actual ano económico, será apurado o saldo de gerência, deveremos fazer no mês de Março uma revisão orçamental, este é o tempo que para uma vez por todas, passarmos a uma nova fase cooperação activa solidária e de confiança recíproca com todos, com todos os que trabalham, são a bandeira do meu partido tenho a honra de pertencer. Os que trabalham são a bandeira de outro partido nem que não seja o meu, mais feroz antagonista, eu fiz esse juramento, e mantenho-o garantidamente. Neste período até à revisão orçamental, vamo-nos centrar, analisar processo a processo caso a caso e resolver.

Meu caro, Ricardo Rodrigues, nós não temos nenhuma questão pessoal. Mas, temos que analisar a documentação que está presente, nos serviços municipais para evitar um mal entendido e feito isso, as coisas resolvem-se.

Fui ontem à Rua do Talho analisar o trabalho que está a ser feito, olhar para as coisas com sentido construtivo, que é isso que é a minha postura e penso que é o que é melhor para a nossa cidade e para os nossos concidadãos, para resolver.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O tempo é a única coisa que, nós não conseguimos dispor com essa vantagem, porque para fazer bem este trabalho, eu preparo as reuniões, os serviços preparam a documentação para mim e é assim que faço as reuniões, não é de outra forma.

Senhor Presidente

Neste ponto da ordem do dia, penso que é o que posso acrescentar, há a comunicação escrita que fiz a V. Exa.”

O deputado Municipal Nuno Freitas pediu a palavra para fazer uma pequena intervenção, a qual o Presidente da Mesa da Assembleia concedeu.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Só tomo a palavra no seguimento aliás das várias vezes que já o fiz nesta Assembleia Municipal, que considero que o ponto da informação do Senhor Presidente da Câmara, é de relevantíssima importância, é mais importante do que o período antes da ordem do dia, muito mais importante!

Portanto, entendo que deve haver um período em que o Senhor Presidente apresente no tempo que entender oportuno, seguramente a estabelecer esse tempo, e os diversos agrupamentos deverão poder fazer questões, eventualmente até comentários políticos, exactamente no ponto de fiscalização da actividade do executivo, e é só nesse sentido que tomo a palavra, evidentemente acho que é de boa norma democrática ...

Nesse sentido, eu vou fazer três perguntas telegráficas ao Senhor Presidente da Câmara.

Agradecendo a explicação que deu, acho que foi totalmente esclarecedora, sobre a questão da água, e que veio totalmente em favor daquilo que tínhamos dito, repare-se que nós estamos tão à vontade quanto é, conhecimento público, que não só os nossos dirigentes, autarcas municipais, incluindo Presidentes de Câmaras, vereadores anteriores e actuais como a própria Administração das “Águas de Coimbra”, em posições públicas como o nosso próprio partido político, caso PSD, assumiu uma posição totalmente clara, contrária à posição actual do Governo, sobre a manutenção e a posição das “Águas de Coimbra” no contexto multimunicipal.

Agora, acho que, foi muito mais importante do que a moção, ouvir exactamente as razões positivas e até a solução que eventualmente poderíamos apresentar, para a matéria que o Senhor Presidente acabou por aqui aduzir. É mais importante ver o Senhor Presidente da Câmara tomar uma posição, sobre esta matéria em que todos possamos fazê-lo, e já agora com o conhecimento que tem, evidentemente dos dados todos, nós não os temos, chamámos a atenção para isso. O primeiro ponto da nossa deliberação, da moção foi rejeitar o ante-projecto que não conhecemos. Nós não conhecemos o ante-projecto, o Senhor Presidente conhece, evidentemente, mas nós não o conhecemos, os senhores vereadores não o conhecem. Nós o único dado que dissemos foi atenção, que nesta deliberação estamos a votar um documento, uma rejeição de um documento que nós nem sequer foi presente à Assembleia Municipal. Claro que foi muito importante Senhor Presidente ver a sua posição, perceber que isto é, importante do ponto de vista, de facto, de defesa dos interesses das “Águas de Coimbra” agora também, é verdade que importa conciliar isso com interesses que são interesses nacionais, há aí um racional não só económico mas também social que importa rever, e era bom ter isso, digamos num documento límpido eventualmente quanto à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

sugestão que até demos do próprio Presidente das “Águas de Coimbra” poder vir a esta Assembleia Municipal explicitar melhor nos termos que assim se fazia.

Mas para nós, foi importante, que o Senhor Presidente tivesse explicitado, e perceber também que o Senhor Presidente tem outra ideia que seguramente um dia destes nos irá apresentar, sobre qual é então a integração que poderemos fazer, com outros sistemas se é que devemos fazer, para que então sim, poderemos ter todos, uma discussão não só de moções, mas de fundo sobre a posição das “Águas de Coimbra”. Isso parece-me de facto muito saudável e quero cumprimenta-lo por isso.

Quero deixar unicamente duas perguntas:

Vamos portanto ter segundo percebi, cumprido a deliberação da Assembleia Municipal, que 1% do IMI irá para as Juntas de Freguesia no momento da revisão orçamental.

Compreendo o caso a caso dos protocolos etc., mas, há uma deliberação da Assembleia Municipal, e isso é importante até numa altura de votação do orçamento, estou a levantar esta questão porque isso é matéria também importante para nós, numa altura em que vamos fazer a votação do orçamento.

Há um compromisso, reiterado do Senhor Presidente, e agora aqui assumido, só quero pedir ao Senhor Presidente que o diga, se sim, ou não. Sim, vamos ter a devolução às Juntas de Freguesia de 1% do IMI conforme deliberação que tínhamos feito do ano passado na altura da votação do orçamento. Isso para nós é um elemento essencial.

Por fim, e último peço-lhe um comentário se quiser, a sua posição como Presidente do Executivo, como Presidente de Câmara sobre a questão do IRS.

Percebo o que está nos documentos orçamentais, é não haver devolução do IRS aos municípios, essa posição é ainda consertável connosco no âmbito das atribuições da Assembleia Municipal que de facto a lei prevê que a Assembleia Municipal pode alterar essa matéria, essa matéria de IRS é ainda possível de alterar, ou o Senhor Presidente entende que não e de facto não se pode alterar a questão do IRS, para as famílias de Coimbra na parte que importa, ou que poderia haver devolução aos municípios.

Nesta matéria também gostaríamos de ter a sua posição.”

O deputado Maló de Abreu pediu a palavra para fazer a defesa da honra.

“Senhor Presidente da Câmara entre nós não pode ficar meias palavras, as coisas tem de ser absolutamente claras.

Quando V. Exa. diz que não comentava uma intervenção, V. Exa. tem o direito de dizer a quem não se refere, mas eu tenho o dever de honra de lhe perguntar se, se refere a mim.

E V. Exa. tem o dever de honra também de lhe dizer obviamente, mas não vale apenas ficarmos por meias palavras.

Como não vale a pena, nós ficarmos com coisas no ar no género, autocarro laranja, as coisas tem de ser claras, se houver alguma coisa para ser dita, que seja dita olhos nos olhos, aqui, e agora. Que não fique nada por dizer, ou que não fiquem coisas no ar, V. Exa. eu conheço, V. Exa. conhece-me não vale apenas deixar-mos nada no ar, eu sei a quem se refere obviamente, mas que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

fique claro, que fique claro, que nós sabemos do que estamos a falar e que nós falamos olhos nos olhos. E que isso fique claro!”

Intervenção do deputado municipal Jorge Seabra (CDU):

“No seguimento destas questões de honra, porque me pareceu que, embora possa parecer, um pouco significativa a intervenção, faz-me lembrar situações passadas e também presentes daquilo que se chama, às vezes, batalhas geracionais, erradamente invocadas batalhas geracionais.

Eu não ficaria bem com a minha própria consciência se não fizesse aqui uma observação do seguinte:

Houve uma intervenção com a qual, aliás tenho muitas divergências feita por um jovem deputado.

Por ser jovem, não tem qualquer limitação, nem tem qualquer menoridade. No entanto as respostas a essa intervenção, foram feitas baseadas num paternalismo e numa discriminação etária que eu penso injustificável.

Os deputados são iguais, e a juventude tem os mesmos direitos que a geração grisalha a que eu pertenço.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Quero sublinhar de forma muito singela, a forma lúcida, esclarecida e concreta que o Senhor Presidente da Câmara informou os vários assuntos a esta Assembleia, coisa que não estávamos habituados, que assim fosse há já, pelo menos, 12 anos.”

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, senhores deputados, devo confessar que não sei se captei todas as perguntas que me foram feitas, mas se não conseguir peço o favor que me recordem.

Sobre a participação do IRS, o importante mantêm-se na página 53 do orçamento, o equilíbrio e as contas que foram feitas, dá para assumir o risco de receitas com a redução do IMI, de propostas de 0,35 mas é um risco acrescido que acho que não deveremos correr relativamente ao IRS. Não estamos em condições de o conseguir.

Do ponto de vista financeiro.

No quadro que estamos a viver estes meses, aquilo que qualquer autarca responsável que já não esteja e que ainda tenha a possibilidade, é fazer tudo, tudo, o que lhe seja possível para não cair em situação de insolvência ou nas garras do Fundo de Apoio Municipal (FAM). Porque se isso acontece, a Autarquia que cair nesse problema, as taxas dos impostos, disparam todas para o máximo, todas. E eu conheço o sofrimento de colegas meus autarcas que estando nessas circunstâncias, lutam desesperadamente para sair delas porque é uma captura total, quer de autonomia municipal, quer dos poderes e é um ónus agravado sobre os munícipes desses municípios.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Portanto, a gestão das contas, a previsão das receitas, na altura do IMI darei uma perspectiva que temos sobre isso, mas portanto mexer na questão do IRS não. Está na pág 53.

O1% comprometido às freguesias a minha afirmação, foi e lembro-a, eu sou de honrar os compromissos estabelecidos e portanto, sou de honrar os compromissos estabelecidos assim logo que tenha meios é essa a questão.

Parceria 2020

A questão do compromisso Metro-Mondego, está no ponto que informei a Assembleia Municipal, a saber:

Necessita-se que ele arranque rapidamente, necessitamos que seja desbloqueada a Assembleia Geral da Metro-Mondego, porque é uma empresa que tem missões a cumprir e necessitamos de financiamento para que a obra se faça.

Nesse sentido, disponibilizámo-nos a integrar na Metro-Mondego, ou no Sistema de Mobilidade Mondego, os Serviços Municipalizados Transportes Urbanos (SMTUC).

Nesse sentido, disponibilizámos e acolhemos em sede de Revisão do Plano Director Municipal a valorização razoável na medida em que é possível, da valorização dos terrenos sobrantes de que são propriedades da Empresa Metro Mondego.

E também com a área da governação responsável pelos financiamentos, eu tive o compromisso que a obra seria financiada no âmbito da parceria 2020.

Neste momento, a dúvida que me parece que têm, não eu, é qual dos programas operacionais é que vai acolher a grande fatia do financiamento.

O que se está a trabalhar para haver uma componente, de Programa Operacional Regional, e outra componente do sucedâneo do POVT. O compromisso que tenho dos governantes, e não tenho nada que me leve a pôr em crise a afirmação ou compromisso assumido que não é formal, é que a obra será colhida nos financiamentos comunitários no âmbito da Parceria Portugal 2020 e que a obra seria assumida com urgência. Ultimamente tem aparecido mensagens no sentido de haver mais estudos e, a isso já foi respondido publicamente pelos Presidentes da Câmara de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo, que estudos já há mais do que bastantes. Já há estudos e anti estudos, não é necessário perder mais tempo aí.

A questão que eu compreendo que leva algum tempo a elucidar tem a ver com o facto dos programas dos regulamentos específicos dos programas operacionais ainda não estarem validados em Bruxelas, e aí tenho reclamado quem participou na conferência do Jornal das Beiras, nos termos em que tenho referido que acho que é lamentável que ao menos a Associação Nacional de Municípios Portugueses não seja até agora consultada sobre os projectos de regulamento específico. Já depois disso tive a informação que iríamos ter acesso a esses documentos. Portanto, veremos tanto quanto possível atempadamente para influir e fazer arrancar do papel a questão do Metro-Mondego ou o Sistema de Mobilidade Mondego, com as linhas urbanas, porque fazer apenas a linha periférica, de Ceira a Serpins, isso tornará imediatamente insolvente todo o sistema, põe em causa até pela lei nº50/2013, é um conjunto de leis famigeradas que podem criar problemas graves. É o facto de uma empresa se ela criar uma de três condições negativas ter de ser liquidada é o que eu estou notificado relativamente ao ITAP ou à PRODESO, que é injusto, uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

escola pública, ou gerida por uma entidade pública não deve dar lucro, tem lucro especial, é importante, aliás, um mais do que o outro.

Mas no caso da linha do Metro-Mondego, ser feita apenas da periferia até Serpins, a partir de Ceira, obviamente que a empresa ao fim de 3 anos tem de fechar e seria uma armadilha. Para haver sustentabilidade é indefensável que ligue de Serpins ao apeadeiro velho, que ligue da Baixa até ao Hospital. Isso é o mínimo que se pode exigir para haver exequibilidade.

Põem-se uma questão, sobre a qual eu tenho evitado, e não vou pronunciar-me enquanto não souber mais coisas, se é com bitola, ou sem bitola isso é para nos atrair a uma discussão que não interessa. Isso é uma discussão de técnicos, eles é que sabem o que é uma bitola, até hoje ainda não percebi o que era. Portanto, nesses debates técnicos tenho evitado envolver-me porque sinto que isso é um alçapão para ver se nós perdemos tempo a discutir a última moda.

Estão criadas todas as condições, potenciais para que a obra seja realizada. Avançamos e não há unanimidade mesmo no Executivo sobre esta metodologia de integrar o Sistema de Mobilidade Mondego, os transportes urbanos, mas sendo necessário nós estamos disponíveis para avançar no projecto com esta determinação.

Primeiro sinal para as coisas seguir, confirmando o compromisso político para que tiveram comigo.

O primeiro sinal, é ser desbloqueada a Assembleia Geral da Empresa Metro Mondego, sem isso a acontecer, o primeiro sinal não custa dinheiro, eu pelo menos vou às reuniões e não recebo senhas de presença, mas o sinal teria de ser esse, desbloquear a Assembleia Geral do Metro Mondego para que o Conselho de Administração tenha um plano de actividades e possa desenvolver o trabalho que cumpre desenvolver e que até, no essencial está feito.

Senhor Presidente, penso que não esqueci de referir nenhum detalhe. A questão do senhor deputado Maló de Abreu, dizer que não era a ele que me estava a dirigir obviamente.

Já agora, como paternalismo eu gosto mesmo do meu neto. “

Período da Ordem do Dia

Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara

Nos termos da al. c) do nº2 do artº75º da Lei nº75/2013 de 12 de Setembro foi previamente apresentada a informação escrita acerca da actividade da Câmara, bem como a situação financeira e distribuída aos membros da Assembleia.

Ponto 2 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, da Câmara Municipal de Coimbra, e anexos:

-Autorização Prévia no âmbito da LCPA;

-Mapa de Pessoal para 2015;

-“Contratos de Delegação de Competências” e “Acordos de Execução” entre a Câmara Municipal de Coimbra e as Uniãos e Juntas de Freguesia;

Intervenção do Presidente da Freguesias de Cernache:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“Gostaria muito, de em nome da CDU e como Presidente de Junta, vir aqui hoje, a esta Tribuna da Assembleia Municipal, congratular-me com aumento de verbas nas transferências da Câmara para as Freguesias e União de Freguesias.

Mas ao contrário, o que se constata é que os problemas vão continuar em 2015, em virtude de os aumentos de verbas agora propostos, a transferir nos Contratos Inter-administrativos para 2015, não cobrirem os cortes sofridos pela maioria das Freguesias e União de Freguesias em 2014.

Na prática, os valores globais que se propõem para votação nas Grandes Opções do Plano para 2015 (2.704,500 €), estão ainda abaixo dos valores transferidos em 2013 (2.825,073), 120.573€ a menos.

Senhor Presidente da Câmara, perante esta situação, impõem-se:

- 1) Que o aumento das verbas a transferir nos Acordos Inter-administrativos para as Freguesias e União de Freguesias, seja feito com base nos montantes de 2013 e não de 2014 (para todos). Isto é, quando digo “para todos”, quero dizer que há Freguesias, como é o caso da minha, que não sofreu cortes em 2014, e portanto continua a não ser penalizada em 2015, ao contrário de outras.
- 2) Que sejam pagas às Freguesias e União de Freguesias, todas as dívidas de obras de Protocolo com a Câmara, referentes a 2013, que até ao momento não foram liquidadas.
- 3) Que seja efectuado o pagamento de 1% do IMI a todas as Freguesias e União de Freguesias, prometido nesta Assembleia, no ano passado, pelo Senhor Presidente da Câmara.

No que toca às Freguesias e União de Freguesias, estas são 3 condições de princípio para a CDU, que têm que estar reunidas para que possamos votar favoravelmente as Grandes Opções do Plano para 2015. Os montantes que reclamamos não ultrapassariam cerca de setecentos mil euros, em números redondos.

Penso que isto, e ouvimos com agrado o senhor Presidente da Câmara, dizer que alguns destes problemas vai resolver até Março, contamos com isso Senhor Presidente, votar favoravelmente Grandes Opções do Plano no que toca às Freguesias e União de Freguesias.”

Intervenção do deputado municipal Rui Campos (PPD/PSD/PPM/MPT):

“A posição do Partido da Terra face a este orçamento é a seguinte: nós queremos muito viabilizar este orçamento e dar todas as condições para o Dr. Manuel Machado fazer o seu trabalho. Pedimos apenas que o Dr. Manuel Machado se sente, converse connosco e nos respeite.

Pode parecer estranho o que estou a pedir mas garanto que não é nada de inédito nem de extraordinário na história da democracia. Aliás, isso mesmo está consagrado no Estatuto do Direito de Oposição (Lei nº 24/98, de 26 de Maio) no artigo 5º: “Os partidos políticos minoritários representados nas Assembleias Municipais têm o direito de ser previamente consultados e ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade”. “As informações devem ser prestadas directamente e em prazo razoável.”

Portugal vive um dos momentos mais difíceis da sua história, ao qual os habitantes de Coimbra não são alheios. Só construindo consensos alargados poderemos superar os inúmeros desafios que se colocam.

Os conimbricenses, na sua sabedoria, decidiram não passar um cheque em branco ao Dr. Manuel Machado e não lhe confiaram uma maioria absoluta. Assim, não entendo como um experiente político, líder da Associação Nacional de Municípios, não tenta conciliar posições com a oposição e opta por ignorar por completo os partidos não representados no Executivo Camarário. São apenas 3 votos nesta Assembleia mas podem ser decisivos. Esperar-se-ia talvez uma atitude mais democrática e pedagógica.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Partido da Terra mantém contudo a porta aberta ao diálogo e votará favoravelmente este orçamento se o executivo das seguintes 3 propostas aceitar pelo menos 1:

- 1) Fixar a taxa de IMI para os prédios urbanos em 0,33%.
- 2) Reduzir a percentagem de participação no IRS dos sujeitos passivos com residência fiscal no Município para 3%.
- 3) Reduzir em 10% o valor dos tarifários em vigor nos SMTUC aumentando na mesma proporção o subsídio à exploração atribuído pela Câmara Municipal.”

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (CpC):

“O orçamento e as grandes opções do plano constituem, provavelmente, o documento mais importante que anualmente é submetido a esta Assembleia para apreciação. E a sua aprovação ou reprovação o acto mais importante deste órgão, uma vez que se trata de avaliar o que será a gestão municipal no ano subsequente.

No ano transacto, o Executivo Municipal, recém-empossado, apresentou a esta Assembleia um documento miserável, que nos desagradou pela incompetência técnica da sua formulação, mas sobretudo por revelar uma falta de estratégia e de políticas municipais que resultaram, como previmos, na paralisia da Câmara e do concelho de Coimbra, numa degradação das condições de vida dos seus habitantes, em questões tão fundamentais como a qualidade do espaço público, a limpeza, os transportes, os apoios sociais, o direito à habitação, o bom funcionamento das escolas, a promoção da cultura.

Ora, se o Movimento Cidadãos por Coimbra deu, há um ano, o benefício da dúvida a um Executivo que acabava de chegar ao poder, perante um documento que herdava do Executivo anterior, o mesmo não podemos fazer perante o orçamento e as GOP que agora são submetidas e que conseguem ser piores que os anteriores.

Trata-se, de facto, de mais um documento não somente de uma assinalável incompetência técnica, como mistificador, dada a ausência de informação sobre a execução de verbas cabimentadas que transitam de ano para ano e, sobretudo, o ridículo se “não fosse trágico” número infindo de rubricas corridas a 10 euros. Estas denotam que não se sabe o que se vai fazer ou então servem o poder discricionário do Presidente da Câmara que, ao longo do ano, proporá alterações ao orçamento sobre as quais esta Assembleia não poderá pronunciar-se. Ou seja, trata-se de um contornar do devido funcionamento da democracia municipal, com o qual não podemos concordar.

Para além disso, trata-se de um orçamento de todos os cortes, o qual, mais uma vez e com maior gravidade, denota a falta de políticas deste executivo em todos os domínios e aponta, novamente, para uma ausência de rumo do concelho no próximo ano.

Os principais problemas de Coimbra estão identificados e não haverá grandes dúvidas quanto ao essencial: a requalificação urbana, nomeadamente do Centro Histórico; o desenvolvimento económico e a promoção do emprego; as políticas sociais num período de especiais dificuldades dos munícipes; os transportes e uma estratégia ambiental e de mobilidade; a promoção da cultura como direito e alavanca para o desenvolvimento.

Ora, ao invés de intervir decisivamente nestas áreas, a Câmara propõe-nos, com este orçamento, um profundo desinvestimento em todas elas, garantia à priori de que em Coimbra se viverá ainda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

pior em 2015; de que os habitantes do concelho atravessarão carências mais profundas; de que não haverá nem o germe de iniciativas que conduzam, a médio prazo, a crescimento económico; de que os serviços públicos e os equipamentos municipais terão pior qualidade, se funcionarem; de que a cultura que ainda se produz na cidade será mais uma vez desprezada e aqueles e aquelas que a produzem entregues à própria sorte. Para além disso, não temos ainda informação sobre situações pendentes que poderão ter impacto sobre o erário municipal, como a possível perda e necessidade de reposição de fundos europeus, se não forem resolvidas questões como a do I'Parque ou acabado a tempo o Convento de S. Francisco.

Assim, no domínio da reabilitação e qualificação urbana, assistimos a um corte muito pronunciado de 22.505. 388 euros para apenas 14.462.500, ou seja, de 38, 25 % do orçamento de 2014 para apenas 28,96% do orçamento de 2015, que já de si é, no total, menor que o anterior. Não vale de nada encher a boca com a classificação de Património Mundial da UNESCO se, manifestamente, esta Câmara não tem nem capacidade nem vontade de preservar, reabilitar e qualificar este património e as zonas envolventes, o centro histórico na sua definição estreita, travando a sua acentuada degradação e o abandono.

Em clara contradição com as promessas eleitorais do Presidente da Câmara, o desenvolvimento económico e a promoção de emprego não surgem nas grandes opções do plano deste executivo. De resto, é neste domínio que surgem mais rubricas corridas a 10 euros. Nenhuma ideia, nenhum projeto. Ao mesmo tempo, a Cultura regista um corte de 700 mil euros, passando de 3,31% para 2,5%. Ou seja, haverá menos apoios a produtores culturais e serão abandonados projetos decisivos, que encheram a boca de Manuel Machado antes de ser eleito, como os Encontros de Fotografia. Numa cidade que tem na cultura, no conhecimento e no património a mais-valia que a diferencia e o potencial maior que poderia usar no sentido do desenvolvimento, esta opção política é manifestamente errada e constitui uma regressão face a um estado de coisas já precário. Acresce que, segundo o Presidente da Câmara, em entrevista o Convento de S. Francisco inaugurará em 2015. A ser verdade, gostaríamos de saber como e com que verbas vai ser gerido e mantido, face a este orçamento para a cultura.

Finalmente, ficamos a saber detalhes que, podendo ser menores, são chocantes em si e reveladores de um orçamento de miséria. Num período de austeridade, em que os habitantes do concelho atravessam dificuldades acentuadas, a verba afetada à Acção Social e Família é reduzida para um quarto da de 2014, passando de 1,38% o que já é ridículo, para 0,41 % do orçamento. Vemos coisas estranhíssimas, como a ideia de que a rede pré-escolar do concelho poderá funcionar com pouco mais de seis mil euros. Isto significa que a Câmara simplesmente anula a intervenção social, já de si insignificante e reduzida a iniciativas de pouco impacto. Ao mesmo tempo, as freguesias não poderão realizar o trabalho social de proximidade, já que as transferências para as respetivas juntas não são aumentadas de modo a fazer face às pendências de toda a ordem. Se, ao longo deste mandato, temos assistido a uma conflitualidade marcante entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, esta não poderá deixar de se acentuar.

Trata-se, pois, de um orçamento péssimo, desprovido de rigor, sem orientação política, sem uma resposta, mesmo que mínima, aos principais problemas do concelho e dos seus munícipes. Não poderemos deixar de nos opor assertivamente a ele."

Intervenção do deputado municipal Alfredo Campos (CDU):

Assembleia Municipal de Coimbra

Ata nº 7 de 26 de novembro de 2014

Página 46



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“Ainda que se abstenha na globalidade, a CDU reprova em absoluto a opção de secundarização de áreas importantes da vida municipal, como inevitavelmente ocorrerá ainda mais acentuadamente com a redução de verbas para a Cultura, 2,5% das GOP, um corte de 30% relativamente a 2014.

É manifesta a redução do Orçamento Municipal para a Cultura, bem como a redução de montantes orçamentados para diversos espaços e entidades culturais.

Ainda agora já no passado justificou o Dr. Manuel Machado este facto com a necessidade de maior rigor e transparência, sendo os apoios doravante concedidos através de concursos dos Apoios Correntes às Actividades Culturais, Musicais, Teatrais e Recreativas.

Mas para que isto não seja “*papas e bolos para enganar tolos*,” questiona a CDU:

Se ainda que tendo estes apoios aumentado muito substancialmente, considerando simultaneamente um corte de 29% na Valorização e Promoção Cultural, de 54% na Promoção dos Produtos Culturais, de 35% nos Espaços Culturais, de 29% na Animação, de 49% nas Iniciativas Culturais Relevantes e de 13% no Apoio ao Associativismo, se a Câmara Municipal de Coimbra se compromete com que tal apoio permitirá manter, para não dizer aprofundar, a actividade e funcionamento dos espaços e entidades culturais da cidade?

Compromete-se também a que seja utilizado na totalidade?

Justificando estes cortes com a necessidade de transparência e rigor, o facto é que o Orçamento Municipal deixa muito por responder:

A CDU há muito que exige a revisão do Regulamento de Apoio à Cultura que a Câmara Municipal chegou a anunciar. Por que motivo não chegou este até hoje a avançar?

Pior, apesar do discurso de transparência de rigor, e regulamento, se uma vez mais não se trata de “*papas e bolos*” então considerando que há bastante tempo que expirou o prazo para candidaturas, por que motivo então não figuram no Orçamento Municipal os espaços e entidades a apoiar, em grande parte sendo remetidos para a nebulosa destes Apoios Correntes? Será todo o montante orçamentado destinado às candidaturas, ou será destinado a outros fins? Se sim, qual o montante destinado às candidaturas?

Sem questionar o mérito dos agentes culturais, se é exigido rigor e transparência, certo é que se torna difícil entender algumas desproporções evidentes entre entidades com planificação e programação conhecidas, enquanto simultaneamente nada se sabe sobre os resultados das candidaturas. Mais, grande parte do orçamento 75% encontra rubricado como não definido. Compromete-se a Câmara Municipal com a execução desta parcela?

Resumindo, comparando o Orçamento Municipal de 2014 e de 2015 constata-se que o total de apoios concedidos, entre Animação, Iniciativas Culturais Relevantes e Apoio ao Associativismo, sofre uma redução global de 36%. De entre um discurso de rigor e transparência, salta uma realidade de austeridade. Nega a Câmara Municipal a efetiva redução dos apoios à cultura?

A CDU chama, de novo, a atenção para a urgente discussão pública e definição do modelo de funcionamento do Convento de São Francisco, tanto mais dado o seu peso orçamental evitando que venha a tornar num “*elefante branco*” Por que motivo continua a nada se saber sobre que forma de funcionamento de facto pretende a Câmara Municipal implementar neste espaço?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A CDU apresentou propostas, nomeadamente, para a criação de um Centro de Recursos, para um Museu da Música (onde poderia ser alojada a Colecção Louzã Henriques, à qual a Câmara Municipal continua a não dar resposta), para um instituto de incubação de agentes culturais, entre outros para oferta de espaços de ensaios e projetos pontuais, para o Centro de Técnicas e Tecnologias Tradicionais, para um Arquivo de Figurinos e Cenários, para um Centro de Produção de Cenografia, entre outros. Entende a Câmara Municipal que estas propostas não são urgentes para a cultura em Coimbra? Pode o oculto projeto para o Convento de São Francisco contemplar estas propostas, ou será somente obra para encher o olho?

O que se constata da análise deste Orçamento Municipal, tal como em 2014, é uma política cultural sem qualquer visão estratégica e de longo prazo. Uma política assente em eventos e atividades pontuais. Uma política sem estratégia. Uma política que não o é.

A CDU sempre defendeu a existência de um Gabinete de Coordenação da Programação Cultural, envolvendo os agentes da Cidade, capaz de criar política cultural. Considera a Câmara Municipal tal medida desnecessária? Face aos fracassos que acumula, como a extravagante e dispendiosa Festa da Cidade, ou a malograda Feira Cultural, criticada por artistas, editores e visitantes, continua a Câmara Municipal a considerar-se capaz de criar uma política até agora inexistente?

Para além destes aspetos, muitos são os agentes culturais da cidade que têm contactado a CDU, apresentando os seus problemas e necessidades, aos quais a Câmara Municipal não dá resposta. Independentemente do orçamentado e fantasias sobre os regulamentos urge questionar, portanto:

O que justifica a falta de manutenção de facto de um espaço como o Teatro da Cerca de S. Bernardo?

Por que motivo foi a “Cena Lusófona” alvo do corte no seu financiamento?

Por que motivo é cortado praticamente todo o apoio ao Centro de Artes Visuais?

Por que não são asseguradas as necessidades logísticas de espaços como a Oficina Municipal de Teatro e o Centro de Arte Plásticas de Coimbra?

A própria Casa Municipal da Cultura, e a Cooperativa Bonifrates aí instalada, têm infiltrações, chovendo no seu interior. A Câmara Municipal não considera tais espaços dignos de intervenção?

A generalidade dos agentes municipais refere a falta de vistorias efetivas aos seus espaços. Que justificação tem a Câmara Municipal para tal facto?

Face aos cortes e constrangimentos que lhes são colocados, é de equacionar a possível tentativa de, a prazo, centralizar os espaços culturais na gestão da Câmara Municipal, eventualmente como solução para o Convento de São Francisco, colocando os demais a funcionar em função deste. Nega a Câmara Municipal tal intenção?

Finalmente, e de grande gravidade, que justificação tem a Câmara Municipal para os inúmeros pedidos de reunião de múltiplos agentes culturais, aos quais nem sequer responde? Bem se sabe que nada é decidido na Câmara Municipal sem a aprovação do Presidente da Câmara, mas como justificar o puro e simples ignorar dos agentes da cidade?

Mais, sendo os agentes da cidade os verdadeiros criadores e promotores da cultura em Coimbra, como justifica a Câmara Municipal as suas atitudes relativamente aos agentes culturais, face a pedidos que façam, as ameaças de cortes, as ameaças de multas, até em plena reunião da Câmara Municipal tantas vezes na mais flagrante ilegalidade?

O que urge não é nada disto, o que urge é uma política cultural construída e programada junto com os agentes culturais, ao lado destes e não de costas voltadas para estes.

Tendo Dito”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Há quase 1 ano discutimos aqui o primeiro orçamento, apresentado pelo Executivo que tinha tomado posse dois meses antes.

Na altura o senhor Presidente alegou que o documento que trazia à Câmara não era ainda o seu orçamento, por um lado não tinha havido tempo para fazer alterações, na construção e legalização que entendia, e serem consonantes com o programa eleitoral sufragado, pelos conimbricenses e ao PS. Por outro lado, muitos compromissos de 2014 transitavam do Executivo anterior e foi dito à época e vão ser respeitados pela nova Câmara.

Como sabemos muitos destes compromissos não foram respeitados, e no atual orçamento para 2015, mais uma vez muitos desses compromissos continuam por não serem respeitados. E cito apenas a questão das freguesias que se mantém e os Presidentes de Junta continuam a queixar-se do não cumprimento dos compromissos assumidos anteriormente e outros projectos que estavam em execução ou que pararam ou deixaram de se concretizar. É importante lembrar que, o Senhor Presidente no orçamento para 2014, com essas desculpas conseguiu que a oposição fizesse passar este orçamento. No entanto é importante referir que o orçamento para 2015, já é inteiramente da responsabilidade do Partido Socialista e do seu Executivo Municipal e como tal deveria ter já projectos e estratégias que nos dessem a ideia de que, efectivamente, temos um modelo de desenvolvimento para Coimbra coerente, próprio da Cidade e do Concelho, até da Região o que efectivamente não se verifica.

E curiosamente desde os impostos que já falamos, não vale a pena estar a repetir, quer a outros aspectos de estratégica quanto a projectos de desenvolvimento para a Cidade, continuamos neste orçamento parados e não sabendo exatamente aquilo que vamos fazer. É curioso verificar quer na requalificação urbana, quer na cultura, quer no turismo, não vou citar porque ainda agora a deputada Catarina Martins fez referência pormenorizada a muitas destas situações, quer o espaço público, as empresas o emprego, as actividades produtivas e os serviços, são implementados projectos para que isso se venha a concretizar no curto prazo do orçamento como é evidente, mas curiosamente nada disto é apontado e proposto para que Coimbra venha a ter um modelo de desenvolvimento que efectivamente esteja de acordo com os seus objectivos e com aquilo que pretendemos para os conimbricenses. O curioso também, é que este orçamento apesar de ter receitas correntes que são praticamente iguais às do ano passado 2014, oitenta milhões de euros, seiscentos e oitenta e cinco já quanto às despesas correntes tem uma redução de vinte milhões de euros, menos 26% do que aquilo que efectivamente no ano passado se concretizou ou que está a ser concretizado.

Por outro lado, também temos na área de receitas de capital, uma redução de dezassete milhões de euros para menos o valor significativo em relação ao ano passado e quanto às despesas de capital temos um aumento de três milhões, mas curiosamente quatro milhões de euros destinam-se a habitações, e catorze milhões à compra de edifícios. Deduzo que sejam para compra de edifícios.

E parece que um dos designos para Coimbra, desta Câmara Municipal e deste Executivo, agora é comprar edifícios em Coimbra. É na Baixa, é na média Alta, percebo que quer ser digamos um mediador imobiliário, ou um patrocinador imobiliário para estes edifícios. Até aqui a Câmara sempre funcionou com as instalações que tinha, parece que agora há necessidades de mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

instalações, não sei se é para criar mais postos de trabalho, se para dar melhores condições aos funcionários da Câmara e aos serviços da Câmara.

Importante realçar também, que apesar destes oitenta milhões que efectivamente estão previstos na receita tem em conta obviamente um saldo que neste momento se cifra em termos de disponibilidade em dezassete milhões de euros, e que provavelmente vai haver uma rectificação no primeiro trimestre de 2015 com o saldo que efectivamente se vai verificar de gerência e que poderá estar entre os quinze milhões e os vinte milhões de euros) e muitas das rubricas que estão a dez euros no orçamento, normalmente é para de forma discricionária ou objectiva do Senhor Presidente da Câmara poder afectar verbas a esta rubrica conforme muito bem possa entender.

Daí que a importância deste orçamento é efectivamente não nos dar um designo para Coimbra, nem um modelo de desenvolvimento para Coimbra.

Tenho dito”

Intervenção do Presidente U/F de Trouxemil e Torre de Vilela:

“A primeira intervenção que fiz, coloquei duas ou três questões simples de resposta rápida e não obtive qualquer resposta., não me inclui naquele grupo que o deputado Maló referiu, que tinha sido visado pela falta de nível da intervenção, mas agora eu gostava que me ouvisse.

Orçamento

Permita-me que faça uma pequena intervenção sobre à questão das freguesias, e relativamente à minha freguesia em particular é nessa pele que aqui estou, se estivesse noutra certamente falaria de outras coisas. Alguém antes do período da ordem do dia referia e o senhor Presidente também reforçou que estamos perante uma postura que pretende envolver todos, o senhor Presidente hoje, referiu mesmo, quer trabalhar com todos numa parceria nomeadamente com as Juntas de Freguesias, pois bem este documento é antítese daquilo que ouvimos aqui hoje.

Ao contrário da boa prática da Câmara Municipal de Coimbra, durante pelo menos 12 anos, reuniões de trabalho para preparar este documento estratégico para o nosso concelho para cada uma das freguesias, não houve qualquer reunião que se tratasse. O que nos foi prometido o ano passado que não era possível devido ao início de mandato o que temos aqui é um documento que não teve qualquer contributo da nossa parte.

A mim custa-me, que, dezoito homens adultos que foram eleitos, alguns por maioria absoluta, eu fui eleito, há uma coisa que eu nunca disse aqui, mas, quero dizê-lo hoje. Eu fui eleito pela minha freguesia maioria absoluta, o Senhor Presidente da Câmara perdeu na minha freguesia, a eleição para a Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia perdeu na minha Freguesia para a Assembleia, é caso único, foi na única freguesia que isto aconteceu, se calhar é isso que justifica o martírio que tenho passado durante este último ano. Por isso, com esta nota de fundo, falemos um bocado de valores, o meu colega Vítor é um Presidente de Junta atento, informado, trabalhador, já referiu a questão dos valores. Os valores que estão no orçamento na dita página 35, são valores que não repõe o corte que foi feito às freguesias em 2014, há aqui até uma questão técnica, aproveito a presença do Dr. Júlio Gonçalves, não sei se também está presente o Director Municipal, há uma falta de rigor técnico na apresentação daquele quadro. Porque aquele quadro é um quadro com valores orçamentados, previsto em orçamentos deve ter por comparação, valor do orçamento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

2014 orçamentados, pois bem a dita percentagem de aumento que está lá para os Acórdãos de Execução, para limpezas e a dita percentagem é a comparação com o valor comprometido, com o valor contratado com as freguesias não com o orçamentado. Porque se formos pelos tais 10,45% que estão lá de aumento é relativamente ao contratado. Se formos ver o orçamentado em 2014 o que temos é um corte de 11,93% relativamente às freguesias.

E agora caros colegas, vocês não tem coragem de vir aqui dizer, que vos estão a ir ao bolso, eu digo, o meu caro colega de Eiras e S. Paulo de Frades em relação a 2014, leva um corte de 32,80%, o meu caro colega de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades, o único que teve a coragem de vir aqui falar no dia 18 de Março, teve um corte de 20.47%, mas há outros que estão aí caladinhos, andam aqui um ano inteiro a olhar para o chão para ver se não falam deles, também tiveram cortes, O meu colega de S. Silvestre teve um corte de 36.89%, ninguém fala disto, lá na terra ninguém deve saber. Porque se souberem ele passa um mau bocado. Tinha mais exemplos mas não vale a pena.

Obras

Toda a gente diz que aumentou a percentagem. Não aumentou nada!

Mas esquecem-se dizer que em 2014, deram-nos um corte a sério e se formos a comparar os valores, orçamentados agora, com os valores de 2013, esses sim, o último ano aprovado pelo anterior Executivo e pela última Assembleia Municipal. E assim vou falar de outras Juntas. S. João do Campo, o meu colega de S. João do Campo é lesado em relação a 2014, 20.71%, vamos para outros Lamarosa e S. Martinho de Árvore, 16.23%, Taveiro, Ameal e Arzila 18.18%, S. Silvestre passa despercebido 33.93%, e andamos aqui a brincar com os números.

A confusão que se passou no ano passado vai passar-se este ano, porque no ano passado, isto ainda é pior, porque os valores que estavam orçamentados foram cabimentar o pagamento das obras dos anos anteriores, estes valores estão aquém daquilo que foi o corte efectivo.

Eu gostaria que o senhor Presidente que visse hoje aquilo que eu já tinha a certeza, não há nenhum caso pessoal entre nós, pelo contrário! Assumisse de uma vez por todas, se vai propor à Câmara, porque a Câmara já opinou relativamente a isso, a Câmara já requereu que o executivo deliberar-se sobre a reposição das verbas contratadas em anos anteriores com as Juntas de Freguesias, na sequência de uma moção aprovada aqui por larga maioria sem votos contra, no dia 29 de Abril de 2014. Fomos nós que votamos aqui, e por isso eu gostaria que esse orçamento reflectisse isso, coisa que não acontece que é, a reposição desses compromissos assumidos. Na minha quota-parte, são cento e noventa mil euros. Mas, noutros também são valores significativos em todos vocês. Caros colegas, autarcas de freguesia, isso é, uma condição importantíssima, que determinará o meu sentido de voto enquanto representante da minha freguesia.

Sobre as acções, a Dra. Catarina Martins teve uma intervenção que eu subscrevo na totalidade, o orçamento dos dez euros, estes se a crítica era perfeita no passado aos orçamentos da anterior maioria, então hoje a crítica tem de ser duplicada. Por isso, é o orçamento dos dez euros, não há a mínima dúvida, e é o orçamento em que, Trouxemil não existe, eu faço pesquisa no PDF, para procurar a palavra Trouxemil, se calhar alguma ausência de dinamismo do meu anterior, do Presidente de Junta, que era Presidente da Junta de Freguesia de Trouxemil não há nenhuma acção nem com (dez euros) na área geográfica da freguesia de Trouxemil, Torre de Vilela há algumas, mas todas com (dez euros), Trouxemil não existe. Aquele quadradinho, aqueles milhares de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

peessoas, estão a pensar que o senhor Presidente da Câmara que até visitou duas vezes ver a obra da limpeza do rio, se preocupam com elas, mas nem ele nem os seus vereadores criaram uma única acção relativamente àquele território. Só pode ser por incompetência! Não acredito que haja maldade aqui, é só meramente incompetência.

Depois permitam-me que fale de uma coisa que nunca falei aqui, sobre uma acção que está no orçamento com dez euros foi aprovada pelo Executivo anterior, que veio quatro vezes à Câmara Municipal, na qual o senhor vereador do desporto Carlos Cidade que era vereador do anterior executivo votou sempre favoravelmente, aprovada por unanimidade, a primeira vez em 2010, outra vez em 2012, duas em 2013, que é o projecto Centro Desportivo Norte.

No último orçamento na introdução era um projecto estratégico, para o futuro do concelho na área do desporto. Recordo-me que a frase que estava lá era esta. Pois bem, o contrato de programa assinado para com a Junta de Freguesia de Trouxemil, a Freguesia de Torre de Vilela cumpriu já parte do contrato e não cumpriu mais porque a Câmara durante este ano não respondeu a nenhum ofício que a Junta mandou para cá, não autorizou nenhum técnico a pertencer ao júri, nunca nos recebeu, nunca falou comigo para, ao menos, dizer que há aqui um problema, ou há uma dificuldade, há uma questão técnica, temos que fazer aqui alguma coisa, nunca! Passou 1 ano e o Centro Desportivo Coimbra Norte, e agora levanto aqui outra questão que é a questão da legalidade deste orçamento. A Câmara Municipal de Coimbra é a mesma, mudaram só os eleitos, as pessoas que desempenham os cargos, que eu saiba, só se isto começa tudo do zero, se querem que isto comece tudo do zero eu também começo do zero. Portanto, havia um contrato assinado no dia 8 de Setembro de 2013, veio à Câmara quatro vezes, há despesa feita e hoje passado 1 ano, este orçamento (revoga uma deliberação do executivo municipal) é possível? Dr. Júlio Gonçalves que está aqui nesta sala não sei se está o Director Municipal, eu gostava de ser esclarecido tecnicamente, se é possível em sede de orçamento não dotar um projecto que têm deliberações, e tem contratos de programa assinados, e ainda essa mesma obra tinha um concurso a decorrer aqui nesta Câmara, aberto, devidamente cabimentado, tudo devidamente tratado e esse concurso também está com dez euros e agora questiono, isso é legal? Uma vez por todas, eu não sei, se é regras é que se houver regras então saibamos as regras.

Área Social

O senhor vereador Jorge Alves, pelos vistos, gosta de ir à minha freguesia, mas sempre sozinho não sei o porquê?

Queria aqui relevar dois projectos que decorrem na área geográfica da minha freguesia que são importantíssimos, a construção de um lar de idosos na Cioga do Monte. Um projecto que não tem fundos comunitários, um projecto resulta do apoio de alguns mecenas a nível local e de uma pequena localidade, eu gostava à semelhança que se passava no passado, não há projecto nenhum de centro social que não tenha sido aprovado pela Câmara nos últimos anos. Eu gostava de ver ali inscrito um pequeno apoio para essa instituição. Não estou a trazer nenhum recado, isto é uma ideia minha, é uma exigência que nós deveremos ter para esse tipo de pessoas.

Outro projecto o novo edifício do lar de idosos da obra social de Torre de Vilela que o senhor vereador deu a notícia quando da ida a Torre de Vilela, aprovado a arquitectura do projecto, parece que vai começar em 2015, é omisso não há aqui nenhum apoio. Penso que nem para o craque, nem para o centro de apoio social de Brasfemes há. Está a li o meu colega Presidente de Junta é altura de ele ver se está lá alguma coisa! Se não tens de esperar mais 3 anos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Por último uma nota relativamente à limpeza do Rio dos Fornos.

Fui aqui criticado porque a Administração Central não queria pagar a dita limpeza. Pois bem, se a dita Administração Central não quer pagar e há documentos que dizem isso, porque é que o raio da receita do Fundo de Protecção de Recursos Hídricos está como receita prevista neste orçamento. Se já há a certeza que não pagam, tirem-na, não a coloquem lá “O seu a seu dono”.

Por isso, senhor Presidente resumindo, se há disponibilidade da Câmara em resolver uma vez por todas a questão das obras relativas e comprometidas em anos anteriores, eu peço imensa desculpas mas as minhas limitações, não me permitem ver neste orçamento essa vontade. Se existe essa vontade, eu não consigo vê-la explique-me, poderá lá estar num sítio que não consigo ver.

Penso que, o Senhor já deve ter conhecimento, as nossas certidões já vieram em Outubro as primeiras, em Novembro vieram as segundas e são claras. A partir de 1 de Janeiro nós seremos autónomos e não vamos para a Mealhada como alguns tentaram pensar que era verdade, não vamos, mas vamos exigir à Câmara que execute as suas competências, isto é, que faça a manutenção da limpeza dos espaços públicos porque nós já demos o que tínhamos e não tínhamos.

Só uma nota para ficarem todos a saber. Se ele não recebe dinheiro como é que ele conseguiu fazer limpeza, este ano. Sabem como. Alguma boa herança da Junta de Freguesia de Trouxemil e as compensações dos membros do executivo nunca foram pagas. Isto é os nossos três membros do executivo, a qual eu me incluo, dedicam o seu dinheiro, pagam para trabalhar naquela junta, para vocês deve ser uma ofensa, mas para mim é a verdade. “

Intervenção do deputado municipal Dino Alves (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Sobre este orçamento quero deixar duas palavras.

A primeira como economista.

Do ponto de vista técnico este Orçamento parte de um princípio fatal. É um desequilíbrio entre receita e despesa. Dizem vocês: os valores são exatamente iguais. É verdade! Mas o pressuposto orçamento é que o IMI se fixa em 0,3%, e esse pressuposto leva a uma previsão de receita de impostos diretos de 43 milhões de euros.

É a parte mais significativa da parte das receitas do orçamento municipal.

No entanto, no seguimento das duas reuniões em que numa diminuiu para 0,36 e numa segunda que diminuiu para 0,35% a taxa do IMI, acabamos por ter uma redução que no mínimo de 1 milhão de euros de corte nas receitas.

Eu gostava de saber onde o Executivo vai acomodar este corte. Será no orçamento da Cultura que já sobre um corte de 41,8%. Será no orçamento da ação social e família que sofre este ano um quarto do ano anterior? Talvez no desporto que leva um corte de 50%, ou talvez seja nas juntas de freguesia, não sei. Eu não sei, os senhores não sabem e até duvido que o Sr. Presidente da Câmara saiba.

Portanto, nós diminuimos a taxa de imposto, mas a receita prevista, fica exatamente igual. Bom! Isto não é sério e muito menos democrático.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A segunda palavra tenho-a como jovem, condição que acredito que não me diminuiu, vejo-a como uma qualidade.

Como jovem quero deixar aqui uma palavra em nome da minha geração. O orçamento da juventude foi o ano passado em 90% e este ano é cortado mais de 60%. Fixa-se este ano em pouco mais de 1.300 euros por mês, equivalente a um salário, ao fim do ano 16.000 euros. Tenho dúvidas do que se faz com isto.

Em nome da minha geração lamento que não haja espaço ao Orçamento Participativo, já tantas vezes discutido; que não haja lugar a política de emprego, para fixar jovens no nosso concelho.

Em nome da minha geração, lamento que o Conselho Municipal da Juventude, continue por ativar.

Sr. Presidente da Câmara em 2001, o Senhor disse nos jornais que estava a respeitar o passado e a preparar o futuro.

O passado é seguramente a sua praia, e preparar o futuro seguramente o senhor não está a fazer.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“O Orçamento que aqui nos é trazido caracteriza-se pelo rigor, transparência, o mesmo é dizer: um orçamento credível.

Um orçamento que em tudo observa a lei, o POCAL, a lei do Orçamento Geral do Estado de 2014 e as condicionantes da receita do FEF, que são já possíveis conhecer da proposta do OGE para 2015.

E daqui temos de saudar os funcionários municipais, nomeadamente o Dr. Júlio Gonçalves (aqui já visado), pela competência técnica que colocaram na elaboração deste orçamento.

Exemplo flagrante do que se acaba de dizer e que logo nos salta aos olhos é a comparação do orçamento municipal de 2013 que foi de cerca de 140ME e o agora apresentado para 2015 que agora é de apenas de cerca de 90ME, ou seja, menos de um terço, menos 50ME.

Enquanto ilusoriamente nas gestões anteriores do PSD/CDS se previa uma receita e correspondente despesa de 140Me, que depois não realizava nem concretizava minimamente, agora o orçamento fala a verdade. A receita previsível é de apenas de cerca de 90ME.

Uma referência especial ao Sr. Ricardo Rodrigues, na questão das transferências para as freguesias.

Eu compreendo que a Câmara, hoje, tenha de respeitar o artigo 135º da lei nº75/2013, com as atribuições e competências da Câmara, ou seja, que quer nos acordos de execução, quer na delegação de competências, têm de respeitar o princípio da igualdade e não da discriminação, e não fazer um tratamento mais favorável ao ex-chefe de gabinete dum presidente da Câmara, mesmo quando se trate de um presidente eleito pelo PSD.

E se me refiro a este pormenor é porque teve a veleidade de se referir aos demais presidentes de junta.

Eles sabem que hoje têm o tratamento igual e em conformidade com a lei e de acordo com o princípio da igualdade.

E como prevê a Câmara a Câmara, como pensa ela gastar tal quantia previsional?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Se há ciência exata é a matemática. Dois e dois são quatro. Mais do que isso é erro, hipocrisia e demagogia política.

.Julga, o PS, que todas as forças políticas querem concluir o Centro dos Congressos, o Convento de S. Francisco. Alguém não quer? Todos queremos. Então são precisos 9,1ME.

.Julga o PS que todas as forças políticas querem que os Transportes Coletivos continuem a cumprir a sua função social. Alguém não quer? Então são precisos mais 9,0ME.

.Julga o PS que todas as forças políticas querem o apoio às freguesias. Então são precisos mais, pelo menos, 3,2ME.

.Julga o PS que todas as forças políticas querem a recolha e tratamento de resíduos sólidos, a limpeza e higiene. Então são precisos mais 2ME.

.Julga o PS que todas as forças políticas querem assumir os compromissos que já anteriormente registados, seja com a REFER, com as expropriações de terrenos, com a recuperação de edifícios, com a recuperação das habitações de Celas, com o arrendamento de habitações, com a reabilitação urbana no Centro Histórico, incluindo o Terreiro da Erva. Então são precisos 6,8ME.

.Julga o PS que todas as forças políticas querem assumir as dívidas anteriormente contraídas. Então são precisos, para o serviço mais 4,6ME.

.Julga o PS que todas as forças políticas querem assumir os compromissos com pagamento de salários aos funcionários. Então são precisos, para o serviço da dívida mais 27ME.

Meus caros deputados, do PS, do PSD, da CDU, do Movimento de Cidadãos, do CDS, Senhores Presidentes das Juntas, tudo somado atinge cerca de 67ME. E de quem 91ME retira 67ME, restam apenas 24ME.

Sr. Deputado Dino Alves, quero-lhe dizer que não sou licenciado em economia, mas compreendi muito bem que a eventual diminuição da receita proveniente da diminuição da taxa do IMI para 0,35%, a mais baixa de sempre em Coimbra, é compensada, ou do fim da cláusula de 75€ que o Governo PSD/CDS se recusou prolongar no tempo.

E é esta verba a única que não está comprometida. É com esta verba residual de 24ME que se terá de financiar o Desporto, a Cultura, os Espaços Verdes e Jardins, o Planeamento e Gestão Urbanística, a Rede Viária principal e complementar, a despesa com a administração geral e o apoio a investidores, etc.

Da oposição já ouvimos de alguns deputados, algumas críticas ao orçamento, não ouvimos porém uma única proposta sequer de solução ou alteração. Nem uma!

E sejamos realistas e mais do que isso: sinceros!

Os senhores deputados sabem, estão bem cientes que a manta é curta. Se, a puxam para a cabeça, destapam os pés. Se a puxam para os pés destapam a cabeça. Para se reforçar a verba de uma rubrica, por exemplo da cultura, então tem que se diminuir a verba de transferências para as freguesias, ou para a reabilitação urbana.

SE se aumenta a dotação da rubrica para o Desporto por exemplo, diminui-se a dotação para os Espaços Verdes e Jardins.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Bem se compreende isso, é uma evidência. Srs. Deputados é que não há dinheiro, as receitas cada vez diminuem mais e as transferências do Orçamento Geral do Estado cada vez são menores.

Mas o mérito deste Orçamento vai ainda ao ponto de nos identificar e descrever as responsabilidades eventualmente decorrentes das acções judiciais em curso onde são peticionadas avultadas quantias ao Município. Responsabilidades contingentes que podem inelutavelmente e contra vontade de todos, aumentar a despesa e comprometer a execução orçamental. E lembramos aqui que na gestão de anos anteriores, que não o do presente Executivo camarário, o Revisor Oficial de Contas emitiram reservas a elas, às contas do Município, por não estarem evidenciadas tais contingências, que podem ser agora por todos conhecidas.

E para concluir, o orçamento que a Câmara aqui nos apresenta tem ainda duas outras relevantes virtualidades que ninguém de boa-fé pode ignorar.

Srs. Deputados, apesar de tudo, este orçamento não prevê o recurso ao crédito, não prevê a contracção de empréstimos para financiar despesa por um lado e por outro prevê ainda a diminuição do passivo da Câmara.

Orgulhamo-nos deste rigor e desta transparência. Da sua credibilidade em suma. Fomos responsáveis na oposição, somos agora também responsáveis enquanto governo municipal.

Os deputados do Partido Socialista, inequivocamente, votam favoravelmente o orçamento”

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):

“O poder local, vem sendo, como é público, vítima de política de sucessivos governos.

A bancada da CDU está perante um orçamento que não subscreve.

Consideramos que, a emissão de valores tem de ter correspondência em políticas e portanto um orçamento e as políticas que lhe dão corpo são o mais importante.

Não ignoramos que, de facto, este orçamento de 91ME sobre o qual nos debruçamos, está fortemente condicionado, quer pela lei das finanças locais e demais leis quer pelo Orçamento do Estado.

Fizemos uma apreciação e por exemplo, consideramos que:

-É positivo que, as GOP e Orçamento para 2015 da Câmara Municipal de Coimbra, preveja uma dotação significativa para sustentar o transporte público, SMTUC. Na realidade, nenhum apoio, do Estado, à mobilidade dos cidadãos, ao contrário do que acontece em Lisboa e Porto, a CDU considera que esta verba e da gestão deste importante serviço municipal, garante o seu carácter público, permitindo ainda investimento na frota.

-Consideramos positivo que se assumam compromissos anteriores como é o da requalificação da obra do Convento de S. Francisco na ordem dos 9ME. Conclua-se pois a obra! Mas inicie-se que é tão importante como a sua conclusão a urgente discussão pública e consequente definição do modelo de funcionamento deste tão importante equipamento, num território municipal que não tem espaço nenhum para elefantes brancos.

-Consideramos positiva a prossecução da reabilitação dos bairros municipais que vêm já do executivo anterior em que estão envolvidos cerca de 3ME.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

-É de todos conhecida a medida política de cessação pelo Estado, sem aviso, no âmbito do Programa Prohabita, lesando o Município em vários milhões de euros.

-Saudamos por isso, a prossecução da reabilitação dos bairros municipais, unicamente com dinheiros municipais, saudando também os autarcas que se vêm envolvendo na solução encontrada. Assim, estão em curso duas empreitadas de reabilitação de 24 fogos no Bairro da Fonte da Talha e de 34 no Bairro de Celas, perspectivando-se uma última empreitada referente a habitações no Bairro de Celas e no Bairro da Fonte do Castanheiro.

Outros camaradas meus referiram-se já, em maior detalhe ao que nos impede de votar favoravelmente as GOP e Orçamento para 2015 da Câmara Municipal. Optando nós, por uma abstenção que significa viabilizar o orçamento garantindo sustentabilidade, mas sem abdicar da luta permanente a favor de áreas que consideramos essenciais para o bem estar dos nossos concidadãos.

A CDU considera negativa a opção de secundarização de áreas importantes da vida municipal como a Cultura com menos 1 milhão e 245 mil euros, 2,5% das GOP; o Desporto com menos cerca de menos 2,6%; e ainda áreas de infraestruturas sanitárias, ambiente e espaços públicos e jardins com menos 5,8% no total.

A CDU considera um problema na relação do Executivo com as Freguesias, um problema que tem de ser resolvido, ultrapassando eventuais questões de estilo e relacionamento pessoal, respeitando a legitimidade das juntas de freguesia, cuja eleição corresponde à vontade das populações, dotando aqueles de meios financeiros, consideramos que no decorrer deste ano haverá oportunidade para resolver esta questão, nomeadamente, em sede de orçamento rectificativo.

O nosso compromisso é com uma solução capaz de saldar contas mas, mais de estabelecer um clima de empenho partilhado do poder local democrático respeitando as escolhas dos cidadãos e os compromissos assumidos no quadro da gestão autárquica, a saber, nomeadamente, a liquidação de compromissos da gestão anterior, a devolução de 1% do IMI sem diluições, o reforço do orçamento das freguesias com base nos valores de 2013.

A cultura política da CDU é do encontro de soluções, às vezes, no plano institucional, outras vezes no plano na luta de massas. Muito se fala no supremo interesse do país, no supremo interesse da cidade, às vezes dizendo isso, esses interesses não são os dos cidadãos que constroem tudo o que há e tudo lhes é roubado.

Nós estamos empenhados sem s arrogância na defesa destes cidadãos que não são coisas etéreas mas gente com rosto.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes:

“Não tencionava vir aqui hoje, no entanto, a intervenção do Ricardo Rodrigues, motivou-me a isso.

Eu sinto-me ofendido quando me tocam a mim e aos meus, em particular. Aí não concordo.

Ricardo, eu lembro-te que foste eleito para a União das Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela, não foste eleito para Brasfemes, nem para Souselas e Botão....e, falar das outras freguesias como tu falaste não é correto. Fomos todos eleitos, como tu, tu com maioria e eu também, cada um terá tido as suas dificuldades, em qualquer lado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Eu vou-te mostrar o meu documento das GOP deste ano e tenho um único ponto assinalado e fez agora outro.

Só assinalei a minha freguesia, que vi o valor que tinha, não fui ver os valores dos outros, se tinha mais ou menos. Tenho 3.591,00€. Perguntam-me é muito? Não, não dá para nada. Estou satisfeito? Não.

Não fui ver quanto tinhas a mais, nem a menos. Nem de ti, nem dos meus colegas. No entanto, sublinha-me aqui uma coisa que falaste.

Tu dizes que te faltam receber 192.000,00€ para obras das duas freguesias. Olhando para este mesmo documento, eu vejo aqui 58.995,00€ atribuídos este ano e, valor idêntico aquele do ano passado. Portanto, eu não matemático, nem contabilista mas, intriga-me saber como é que tu tens 192 mil euros. De qualquer modo, somando as duas freguesias, 58 mil de uma freguesia, da qual tu nem eras presidente, com a outra freguesia, dá cento e poucos mil euros, nunca os 192 mil como tu insistes. Sendo assim, tens dinheiro que não se sabe de onde vem! Eu não o tenho, o dinheiro que tenho é o do contrato inter-administrativo.

Confesso que não entendo esse dinheiro. Não sei de onde vem! Terás de explicar!

Recordo-me que, há duas sessões atrás, acusaste-nos a todos, que tínhamos “a cabeça entre as orelhas” e que nos sentamos aqui e não falamos e todos temos medo.

Medo! Não sei de quê? Eu não vivo disto, nem pouco mais ou menos,

No entanto, recordo-te que há duas sessões atrás disseste: “É a primeira vez que venho aqui...”

Eu estou aqui apenas há 13 meses. Tu estiveste aqui 12 anos e vieste, só agora a primeira vez. Ora se calhar quem esteve com “a cabeça entre as orelhas” foste tu! Não fui eu!

Quanto às obras do CEBES-Brasfemes teve um projecto de alterações que ainda não está aprovado pela Câmara Municipal, que visa que o Centro tenha um aumento de capacidade. Não foi pedido, ainda, qualquer apoio formalmente à Câmara Municipal, com certeza que será sensível a outros assuntos, porque todos temos.

Quanto ao Centro Desportivo de Coimbra Norte, isso era uma estratégia do PSD, com relva sintética, coberto, não sei para que serve? É a minha opinião. Seria mais útil, porventura, uma obra que foi iniciada pelo Dr. Manuel Machado que é a Associação Cultural de Vilarinho, situado para norte com infraestruturas feitas, coberto. O que é certo, é que, em 12 anos de governação do PSD, não houve nada, nem um tostão lá foi gasto. Não foi o pavilhão acabado e tiveram 12 anos para o fazer.

Portanto, não sei o que o teu Centro Norte pode ser estratégico.

Em relação

Ao Orçamento, há aqui muita coisa que gostei de ver. Mas, vejo bem que não há despesismo de dinheiro. Não há mais nenhum centro de congressos, não há mais relvados sintéticos para pagar, porque esses sim, são prendas envenenadas que um tal vereador andou por aí a distribuir por vários campos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Poderíamos falar de muita coisa, como por exemplo, o Parque Infantil que foi inaugurado em julho de 2003, pelo vereador Providência, fizeram um documento e não o assinaram. E não foi pago! O teu, pelos vistos, assinaram.

Durante estes anos todos apenas duas obras foram feitas e nenhuma delas paga pela Câmara. Ficou este Executivo para as pagar.

Por fim, Ricardo, só para te responder a ti, agradeço que algum problema, alguma coisa que seja dúvida sobre a minha freguesia, alias, tiveram oportunidade única de resolver a titularidade da rua da Xíxara, aquando da reorganização administrativa com o Prof. Manuel Porto aquando da agregação das freguesias, onde Logo de Deus é de 3 freguesias.

Aí, e só nesse caso, ainda te posso dar a hipótese de falar da minha freguesia.

Aquilo que puder colaborar contigo, colaboro. Mas tudo aquilo que diz respeito à minha freguesia, governo eu!”

O Presidente da União de Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela pediu o uso da palavra para intervir em defesa da honra, tendo o Presidente da Assembleia concedido 30 segundos para o fazer.

O autarca usou da palavra, no entanto, não deve ter ligado o microfone sem fio, pois a sua intervenção não está gravada.

Seguidamente o Presidente da Câmara pediu a palavra para fazer esclarecimentos sobre o Orçamento.

“Vou, de um modo breve, fazer esclarecimentos para a boa compreensão dos documentos.

Srs. Deputados, Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia

O compromisso que eu assumi, reafirmo, é para cumprir.

Não vou acrescentar mais palavras, porque eventualmente poderiam ser interpretadas como subterfúgio para não cumprir. Portanto, eu assumo o que digo.

Do mesmo modo, que é para cumprir, que a análise do processo reclamado nas Assembleias do Sr. Presidente da União das Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela.

No caso do Complexo Desportivo de Coimbra Norte é para analisar profundamente e tenho dúvidas, como já o disse noutras ocasiões, sobre a sua justificação, a sua sustentabilidade sobre projecto.

É importante que a Assembleia Municipal saiba que o que lá está feito, até pode estar bem feito, embora não pareça, corresponde a um processo que nem sequer foi analisado, verificado, fundamentado pela unidade orgânica chamada Divisão Desporto. Não foi!

Sobre as questões chamadas de equívocos e meias verdades, posso apresentar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o relatório sobre as questões que aqui levantou e pedi aos serviços.

Sobre as questões chamadas de equívocos e meias verdades, posso apresentar ao Sr. Presidente e a Assembleia o relatório que pedi aos serviços e me foi presente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

E ao ouvir aqui que, apresentou a declaração/certidão, para assinarmos o Protocolo, e o que apresentou foi a assinatura condicionada. O documento que fez chegar não está de acordo.

Uma obra que foi muito questionada, Rua do Talho, na Adémia. Foi analisada, foi visitada e foi assinada no dia 14 de agosto o auto de recepção provisória da empreitada. Está no processo uma cópia assinada por si. No dia x de novembro, propôs à Câmara por ofício e por si assinado que da dotação daquela obra, no contrato que firmámos, se retirassem dois mil e tal euros para reforçar rubrica noutra sítio, estando os autos de medição em processo de pagamento. E estando o empreiteiro, naturalmente, preocupado para receber o dinheiro que falta. Os documentos podem ser consultados.

Sobre as GOP, um ponto que já aqui foi referido e eu subscrevo: precisávamos de ter mais dinheiro!

Considerando as regras de construção de um orçamento, de rigor técnico, com profissionalismo, com pessoas que eu conheço há 25 anos, como excelentes profissionais desta Câmara Municipal, e a maior parte deles estiveram empenhados na sua produção. Quem diz que não tem rigor técnico, penso que é recomendável pedir esclarecimento complementar.

Segundo as regras aplicáveis que foram mudadas em Setembro do ano passado, que mudaram para as autarquias todas, o orçamento que se apresenta é imperativamente contido. A comparação de percentagens de orçamento a orçamento gerem um equívoco com o orçamento do ano passado que tinha uma dotação superior. O do ano anterior tinha uma dotação ainda superior. As regras não nos permitem fazer isso. As estimativas orçamentais têm de ser calculadas com base no efectivamente realizado, e portanto o que é efectivamente realizado com base na receita é de 92M€.

Feitas as contas com margem de erro como qualquer orçamento tem é essa dotação que podemos chegar.

Na questão social, sensivelmente sensível e importante.

A redução da dotação aqui preconizada resulta de termos conseguido um acordo melhor com a Casa do Pessoal.

A Casa do Pessoal rentabiliza alguns meios, tem alguma receita para a sua actividade normal e a Câmara pôde reduzir a transferência que fazia.

A questão do Lar de Idosos de Quimbres que estava em construção foi paga, foram 80 mil euros que não havia necessidade de estar aqui no novo orçamento.

À Fundação contra a Sida foi pago 25 mil euros. O que não está pago está em análise.

O Centro Paroquial de Almalaguês cem mil euros, está pago.

A Fundação Beatriz Santos está em análise, questão importante que tem de ser vista, não apenas no âmbito social mas, também na vertente dos transportes escolares.

A questão da “Telha Amiga” funciona num prédio da Câmara, na Rua Velha. A Câmara tem um contrato com uma entidade para acolher pessoas que vivem sozinhas na área do Centro Histórico. São 6 ou 7 pessoas, no máximo, que lá dormem.

Há um mapa com muitas técnicas, mas nunca as lá vejo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Câmara pagou todas as obras, e paga 84 mil euros por ano. Obviamente que, é um processo que, está em análise.

Na área social, a criação do passe “Contigo +” por 1 euro por mês. Uma pessoa carenciada de facto, desempregada pode e deve ter o direito de ser transportada nos transportes coletivos públicos.

Os transportes escolares, nós podíamos confinar a nossa atuação com aquilo que faz o Governo. Para nós, o ensino obrigatório deve ter direito ao uso dos transportes públicos e achei que poderíamos reduzir aquilo que está na portaria, para dois quilómetros e ser custeado pela Câmara Municipal os transportes para as crianças.

A Casa Municipal de Cultura, alguém aqui referiu que mete água. É verdade, e por isso é que está em obras.

Em parceria com a Obra de Promoção Social, há um projeto em curso que leva à mobilização de cem mil euros para estes fins sociais de emergência. Não está neste orçamento porque está na parceria com a Obra de Promoção Social. Há uma parte que é reduzida porque aparece noutra rubrica por razões que passo a explicar. Havia um protocolo com a Cáritas para o Fundo de Emergência Social. Transferimos essa missão para as Comissões Sociais de Juntas de Freguesia e as transferências são feitas noutra classificação económica. Não quer dizer com isto que, a Cáritas não fizesse bem seu trabalho, e faz. Mas achou-se preferível descentrar esta missão nas freguesias.

O Centro Social da Adémia e o de Torre de Vilela tinham um problema significativo, bem como o de Brasfemes que tinha a ver como interpretar e apreciar o RMUE no que se refere à isenção de taxas.

Levei à Câmara o licenciamento das obras e estamos a falar num total de mais de cem mil euros que a Câmara assumisse isentar de taxas.

Não foi esta deliberação aprovada por unanimidade na Câmara. E há quem votasse contra! Está registado em ata.

A Cultura, a aposta para o próximo ano passa por uma questão fundamental que é concluir o Centro de Convenções e Congressos e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco.

É uma obra complexa, são conhecidas as dificuldades e temos de a concluir e pôr a funcionar até ao final do ano de 2015. É para isso que estamos a trabalhar. E esse investimento é essencial para a cultura, economia e turismo. Não é só para a cultura porque ele vai ter necessariamente multiusos, vai ter diversas utilizações.

Vamos ter que mobilizar os fundos próprios correspondentes à contrapartida nacional, por via do financiamento comunitário.

Ainda, relativamente à Cultura, dizer que, o que antes foi afirmado sobre os apoios às coletividades e agentes culturais, a dotação encontra-se agregada e em função das propostas que apresentem. Será aprovado pela Câmara o respetivo financiamento municipal.

Quanto à rubrica dos dez euros é uma questão técnica fundamentada. Ao abrir a rubrica a obra pode ter realização, se não estiver com dotação zero não pode realizar-se. As obras como se vê em qualquer sítio daqui ou do País que têm dificuldades de concretização. A dotação de dez euros é uma dotação simbólica, mas é uma dotação importante porque se os regulamentos comunitários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

forem no sentido que nós preconizamos e à medida que vamos sabendo, as obras são aceleradas. Por exemplo, a intervenção neste edifício; a eficiência energética, as infiltrações neste edifício, que já é muito velho e está localizado no coração da Cidade, no centro histórico e é reabilitação urbana.

Portanto, essas dotações terão de ser reajustadas em função da disponibilidade de financiamento por parte dos fundos comunitários, os quais neste momento não conhecemos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados

Reafirmo que, um orçamento não pode ser confundido com uma conta de gerência.

É um orçamento que sendo contido, até por imperativo legal é um orçamento que merece ser aprovado.

Uma vez aprovado e entrando-se na fase de apuramento do saldo da gerência do ano atual para o novo ano de 2015, reafirmo que haverá um trabalho redobrado com as juntas de freguesia do nosso concelho”.

O Presidente da Assembleia deu por terminado o debate sobre este assunto e colocou os pontos à votação.

Ponto 2 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, da Câmara Municipal de Coimbra, e anexos:

-Autorização Prévia no âmbito da LCPA;

-Mapa de Pessoal para 2015;

-“Contratos de Delegação de Competências” e “Acordos de Execução” entre a Câmara Municipal de Coimbra e as Uniãos e Juntas de Freguesia

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria com 23 votos a favor 4 votos contra e 22 abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada de trinta de outubro, nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da lei nº75/2013, de 12 de setembro, da alínea b) do artigo 10º, do nº2 do artigo 12º e do artigo 14º, todos da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro e respectivas alterações, e da Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro, aprovar o seguinte:

Deliberação nº 58/2014 (26/11/2014)

Aprovar as “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015” da Câmara Municipal de Coimbra nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 33º - “Competências Materiais”, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico e no âmbito das competências materiais da Câmara Municipal, em conformidade com as disposições constantes do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, diploma que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e respetivas alterações introduzidas pela Lei nº 315/2000, de 2 de dezembro, Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 814-A/2002, de 5 de abril, os documentos previsionais para 2015, no total de 91.220.050€ na Receita e na Despesa, dos quais 80.655.679€ (88%) respeitam a Receitas Correntes e 10.564.371€ (12%) a Receitas de Capital e, quanto às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

despesas, 59.180.310€ (65%) a Despesas Correntes e 32.039.740€ (35%) a Despesas de Capital, totalizando o PPI 23.692.426€ as AMR 26.244.152€ e as GOP 49.936.578€.

Deliberação nº 59/2014 (26/11/2014)

Aprovar o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra para 2015, nos termos dos artigos 28º e 29º do Anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de Junho.

Deliberação nº 60/2014 (26/11/2014)

Aprovar a celebração de Contratos de Delegação de Competências e “Acordos de Execução” entre a Câmara Municipal e as Uniões e Juntas de Freguesia, nos termos da alínea k) do nº1 do artigo 25º - “Competências de apreciação e fiscalização”, da Lei nº75/2013 de 12 de Setembro.

Deliberação nº 61/2014 (26/11/2014)

Aprovar a Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), nos termos da Lei nº8/2012, de 21 de Fevereiro, (alínea c) do nº 1 do artº6º e Decreto-lei nº127/2012, de 21 de Junho.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos, dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Declaração de voto do deputado Nuno Freitas

“O nosso voto de abstenção ao Orçamento para 2015, resume-se em três palavras:

-Responsabilidade

Queremos dar condições políticas ao Executivo para o início do seu mandato poder trabalhar;

-Compromisso

Temos um compromisso eleitoral de baixar o IMI para 35%, uma vez aprovado pela Câmara, é central;

-Juntas de Freguesia

Durou um ano o desentendimento entre o Executivo e as Juntas de Freguesia, e abrir um capítulo onde conste um reforço do orçamento para os próximos anos.”

Declaração de voto de Rui Soares, Presidente da União de Freguesia de Botão e Souselas:

“Aproveito para chamar a atenção para a indefinição do meu grupo parlamentar. Talvez para o Dia da Cidade em 4 de julho, eu já possa ser convocado como um grupo municipal.

Queria dizer ao Senhor Presidente da Câmara que entenda este meu voto a favor deste Orçamento, como um voto de confiança, mas fico na expectativa de uma rectificação orçamental.

Estou e sempre estive para ajudar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Se me perguntar se estou satisfeito, não estou! As freguesias merecem muito mais e temos gente competente para trabalhar. E nós nos locais é que percebemos o que as pessoas mais necessitam.

Temos feito um trabalho excelente em Souselas e Botão. Herdámos uma dívida astronómica feita da aneira que todos sabem e até tenho vergonha de referir isso. E, neste sentido, também pedia ao Executivo camarário que me ajudasse a resolver isso.

Referir Também que já fizemos a intervenção no rio em Souselas e se não fosse isso, ao que tem chovido, haveria certamente, água dentro das casas.

Nós também zelamos pelo concelho de Coimbra onde o Senhor é Presidente.”

Ponto 3 – Derrama do ano de 2014 a liquidar e cobrar em 2015:

Deliberação nº62/2014 (26/11/2014)

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com 48 votos a favor e uma abstenção e sob proposta da Câmara Municipal datada de trinta de outubro, e nos termos da alínea d) do n.º1 do artigo 25º, conjugado com a alínea ccc) do n.º1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, 12 de lectrón, e nos termos do artigo 18º da Lei nº73/2013, de 3 de Setembro, aprovar o seguinte:

- a) O lançamento em 2015 de uma derrama de 0% para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000 euros;
 - b) A isenção da derrama em 2014 aos sujeitos passivos dos ramos de actividade de restauração e pequeno comércio, incluindo as farmácias, cujo volume de negócios no ano anterior ultrapasse os 150 000 euros, conforme CAE listados no Anexo I e que faz parte integrante da presente certidão, com exclusão do comércio a retalho em supermercados e hipermercados (CAE 47.1.1.1.)
 - c) A isenção da derrama em 2015, pelo período de 3 anos, às empresas que instalem a sua sede social no concelho de Coimbra durante o ano de 2015 e que criem, no mínimo, 5 novos postos de trabalho durante o mesmo período;
 - d) A manutenção de isenção referida na alínea anterior nos anos subsequentes à instalação depende da conservação do mínimo de postos de trabalho previstos no número anterior;
 - e) O lançamento em 2015 de uma derrama de 1,5% para os restantes sujeitos passivos sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.
- Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 4 – Participação variável no IRS para 2015:

O deputado Rui Campos neste momento apresentou verbalmente uma proposta de alteração à proposta de participação variável no IRS de 3%.

O Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer que só com boa vontade da Assembleia porque estas coisas são para ser conhecidas com um bocadinho de antecedência, têm de ser lidas, maturadas, justificadas e não é em cima da votação que se faz uma proposta de alteração.

Mas pergunta-se à Assembleia se aceita que o deputado Rui Campos apresente, neste momento e nestas circunstâncias, uma proposta de alteração à participação variável do IRS.

Posto à votação, obteve-se a seguinte resultado:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A favor: 14 votos;

Contra: 33 votos;

Abstenções: 3.

A Assembleia não aceitou discutir a proposta de alteração a este ponto.

Declaração de voto do deputado Pinto Ângelo:

“Pela primeira vez, votei contra a aceitação de uma proposta nesta Assembleia.

Pode ser francamente discutível se deve ser votada ou não deve, como era prática no mandato anterior e contra o qual me bati bastante.

Mas, acho que isto é efectivamente um insulto à inteligência das pessoas não permitir talvez por inoperância, inercia, incapacidade não ter entregue a proposta por escrito, para que os outros se pronunciem sobre ela.

Eu tenho uma posição sobre a proposta que está em discussão, se quiser intervir sobre ela intervenho, não tenho neste momento capacidade para discutir uma proposta alternativa. A não ser que o senhor deputado esteja aqui só para marcar uma posição pessoal, tem todo o direito de o fazer mas, não às minhas custas.”

Passou-se de imediato à votação da proposta apresentada pela Câmara.

Deliberação nº63/2014 (26/11/2014)

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria com 31 votos a favor, 14 votos contra e 5 abstenções, e sob proposta da Câmara datada de 30 de Outubro último, fixar a taxa variável de participação no IRS para 2015 nos 5%, mantendo-se a percentagem que vigorou no ano de 2014 e anteriores.

Ponto 5 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) 2015:

Deliberação nº64/2014 (26/11/2014)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor e 8 abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada de 30 de Outubro último, aplicar para o ano de 2015, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDT) no percentual de 0,25% através das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público em local fixo, nos termos do artigo 106.º da Lei n.º5/2004 de 10 de Fevereiro e tendo em consideração as disposições do Regulamento nº 38/2004 de 29 de Setembro e o artigo 152.º do RMUE – Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto do deputado Pinto Ângelo:

“Naturalmente que a CDU acha muito bem que se taxe os direitos de passagem. Mas, por princípio, consideramos perfeitamente inadequado que se mantenha no quadro legal, e que se repercuta o pagamento nos consumidores e não nas empresas que detêm o lucro da exploração destes serviços.”

Ponto 6 – Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) relativo a 2014, a liquidar e cobrar em 2015:

Deliberação nº65 /2014 (26/11/2014)

Intervenção da deputada Helena Mendes (CDS/PP)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“Fomos surpreendidos com um orçamento para 2015, pouco imaginativo e ainda menos ambicioso no que respeita ao interesse dos munícipes que continuarão a sofrer o enorme peso de algumas taxas que são aplicadas. Neste caso, quero especificar o IMI.

O CDS considera que apesar de o último rebate de consciência que fez descer à última hora uma centésima percentual, esta continua elevadíssima.

Atendendo à revogação da clausula de salvaguarda, em sede de Estado, fazem com que as receitas do IMI disparem muitíssimo.

Sabemos que a avaliação dos prédios foi feita muito acima dos valores normais. Em muitos casos há um aumento de 800%.

Consideramos que as receitas que a Autarquia vai arrecadar por via do IMI são muito significativas e esta redução de 1% acaba por ser quase nada. Porque não se baixa substancialmente?

O CDS é totalmente contra.”

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria com 46 votos a favor e 2 votos contra, com base em proposta da Câmara Municipal datada de vinte e cinco de novembro, nos termos da alínea d) do artigo 25º, conjugado com a alínea ccc) do nº1 do artigo 33º, da Lei nº75/2013, 12 de setembro, e da Lei nº67/2007, de 31 de Dezembro, aprovar relativamente ao ano de 2014 a cobrar em 2015, a fixação das seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e respectivas minorações e majorações:

PRÉDIOS SUJEITOS	Intervalo legal de fixação	PROPOSTA ATUALIZADA
Enquadramento no art.º112 do CIMI		Relativa a 2014 para liquidação e cobrança em 2015)
Prédios urbanos (n.º 1 alª c)	,3% a 0,5%	,35%
Prédios urbanos devolutos (n.º 3)	Majoração para o triplo	Majoração para o triplo
Prédios urbanos de freguesias ou zonas delimitadas de freguesias que se encontram objecto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação (n.º 6)	Majoração ou minoração até 30%	Minoração de 30% na área classificada como Património Mundial da Humanidade e para a respectiva zona especial de protecção, conforme perímetro indicado na planilha anexa, que faz parte integrante desta proposta (Anexo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Prédios urbanos arrendados (n.º 7)	Minoração até 20%	Minoração de 10% em toda a área do município (cumulável com a atribuída nos termos do n.º 6)
Prédios urbanos degradados (n.º 8)	Majoração até 30%	Majoração de 20% aos prédios urbanos degradados, a história técnica confirme essa situação e em que, a notificação, não tenham sido realizadas obras por proprietários.
Prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono (n.ºs 9 a 11)	Majoração até o dobro	Não deliberado
Prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou patrimonial cultural (n.º 12)	Minoração até 50%	Minoração de 25%

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 7 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e anexo:

-Mapa de Pessoal para 2015:

Intervenção do deputado Bandeirinha (CpC):

“Os transportes públicos são um sector charneira da actividade municipal. É no sentido que quisermos dar à sua evolução ou, por antagonismo, ao seu desaparecimento, que se jogam muitas das opções fundamentais para a qualidade de vida dos cidadãos e para o próprio carácter da cidade.

Não podemos ambicionar reduzir a proliferação absurda dos meios de transporte individual, ou conseguir mais e melhores lugares para estacionar, ou poder andar nas praças e nos passeios sem tropeçar nos automóveis estacionados, se não possuímos uma rede de transportes públicos rápida e eficaz, que garanta às pessoas suficiente maleabilidade de horários e possibilidades de acesso seguro, nas deslocações quotidianas da vida contemporânea.

As políticas de incentivo à densificação demográfica dos espaços urbanos centrais, que o CpC tem vindo a defender desde a primeira hora, são também essenciais para o êxito da implantação de um sistema de mobilidade estruturalmente assente no Metro Mondego. A sustentabilidade do sistema depende obviamente da procura, quanto mais gente for servida, maior é essa procura, mais sustentável se torna a grande capacidade de carga dos transportes.

Por último, mas não menos importante, são partes significativas do carácter de uma cidade, e da urbanidade que lhe está subjacente. Em muitos casos, assumem-se mesmo como símbolos, ou, pelo menos, como valores emblemáticos dessas cidades, chegando mesmo a actuar como mais valia turística e cultural.

Mas, no caso de Coimbra, este é, porventura também, o sector onde mais veementemente se sente a ausência de estratégias coordenadas de planeamento. Uma cidade que já possui uma das redes urbanas mais equilibradas do país, a única esperança que tem neste momento, para além das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

queixas generalizadas dos cidadãos que não vêem alternativas à utilização do automóvel individual, é a longínqua possibilidade de alteração da linha da Lousã para um sistema de circulação mais ligeiro, tipo metro de superfície.

A única certeza que temos, e a que triste e passivamente temos assistido, é a alienação gradual e paulatina das poucas infra-estruturas subsistentes, primeiro as dos eléctricos, agora as ferroviárias, futuramente, se calhar, a da própria concepção do serviço enquanto estrutura de oferta minimamente integrada.

Independentemente da questão do Metro Mondego, ou talvez não, os SMTUC têm uma responsabilidade muito grande, inerente à oferta dos transportes em comum na cidade de Coimbra e nas áreas circundantes. Para isso é absolutamente necessário perceber quais as vantagens e desvantagens da rede actual, quais as possibilidades de organizar o sistema, que meios estão disponíveis para esse efeito. Existe um sistema de transportes públicos pensado para Coimbra?

Como é possível adquirir material circulante sem se perceber se é a rede (ou o arremedo que dela temos hoje) funciona ou não funciona. Quais são as metas estratégicas (na oferta e na procura) que se estabelecem para o investimento proposto. Quais as possibilidades de integração (dentro do tal sistema que não existe) de outros operadores através de rebatimentos, da bilhética? Qual a estratégia para a bilhética, seja do ponto de vista interno aos SMTUC, seja do ponto de vista da sua integração num outro sistema, provavelmente aberto a outros operadores. Como se coordena toda esta estratégia.

Sei que o Sr. Presidente muito provavelmente me vai responder, como doutras vezes, que o caminho se faz, caminhando. Devo dizer, desde já, que não conheço qualquer cidade, nem localidade nenhuma no mundo, onde os transportes em comum funcionem minimamente, que defina e coordene as acções e os investimentos relativos a esse serviço integrado, segundo essa inovadora perspectiva metodológica, mas pode acontecer ser surpreendido (coisa que também acho difícil, senão impossível, dada a experiência dos últimos 20 anos, pelo menos).

O que nós, Cidadãos por Coimbra queremos dizer, meus senhores e minhas senhoras, é que antes de nos debruçarmos sobre documentos como este que agora é presente a esta Assembleia, temos de ter um plano estratégica de coordenação, que equacione de modo integrado todas as questões que lhe deveriam estar a montante:

- Definição de uma rede compatível com a realidade urbana actual (a cidade é hoje muito diferente do que o era há décadas atrás e a rede foi-se remendando, acrescentando, remediando, mas nunca houve uma redefinição da rede a partir de dados novos e contemporâneos);

- Integração dos operadores (cenário do Metro como possibilidade, respectivos rebatimentos; rebatimentos com outros operadores, particularmente os que actuam nas áreas peri-urbanas, integração de todas estas questões);

- Definição de um sistema de bilhética, atractivo e capaz de se afirmar em segmentos da procura até aqui radicalmente afastado da utilização dos transportes, trabalhar essa atractividade sob o ponto de vista do marketing, atrair sectores hoje radicalmente afastados da procura, nomeadamente para o centro da Cidade).

Assim, e só assim, é que acreditamos que o investimento público nos transportes em comum possa ter a capacidade de incentivar uma actividade que, pelas razões que acima descrevi, nos são imensamente caras. Correspondem mesmo a um dos alvos preferenciais da nossa acção política.

Coimbra está num ponto de gritante indefinição acerca de possibilidades estratégicas para a mobilidade urbana. Não se percebe muito bem se os decisores e responsáveis políticos estão cientes desse impasse.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Há já muito tempo (eu diria mesmo demasiado tempo) que Coimbra necessita de uma mudança estratégica que possibilite o aumento de atractividade para a oferta de transportes em comum.”

Intervenção de José Simão-Presidente da União das Freguesias de Castelo Viegas e Santa Clara:

“Se calhar por falha minha não encontrei neste documento novas linhas.

-O caso da minha freguesia, quem vem de Almalaguês por via do Hospital Sobral de Cid, onde há mais população que é nos Pereiros, não passa o autocarro. É um problema antigo, há dificuldades porque está concessionado a uma empresa privada, mas não cumpre os requisitos.

-Para quando o abrigo dos passageiros á beira do Centro comercial “Forum”?”

Intervenção do deputado municipal Mário Carvalho (PS):

“Queria relevar os aspectos positivos que encontramos neste documento:

1. Os SMTUC não recebem comparticipações do Estado.
2. Financia a sua actividade pelas transferências do Orçamento da Câmara Municipal e pelas receitas de exploração.
3. Mantém os preços do serviço que presta e ainda fornece transporte quase gratuito aos idosos e sectores mais carenciados e propõe-se renovar a frota, adquirir viaturas novas e outras reparações.

Merece, neste quadro, a nossa confiança e aprovação.”

Intervenção de Rui Soares-Presidente da União das Freguesias de Souselas e Botão:

“Só para dizer que em Souselas e Botão não temos autocarros dos SMTUC.

Reza a história que já lá não vai com diplomacia.

Atendendo aos antecedentes, já correm comentários que qualquer dia vão buscar o autocarro à Ribeira de Vilela que já fica perto de minha freguesia.

Gostava que vissem esta situação, que anda de campanha em campanha.”

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):

“Nós estamos de acordo com todo o investimento que seja feito nos SMTUC.

Consideramos que, de facto, o investimento que é feito na mobilidade dos nossos cidadãos é fundamental.

Queríamos chamar a atenção, sem querer fazer o papel de chato que esta longa história do “Metro Mondego” baralhou tudo aquilo que era uma perspectiva de intervenção na área da Cidade de Coimbra.

Nós continuamos a achar que é necessário repor os carris no sítio para restabelecer um princípio de electrificação da linha da Lousã e investir numa rede viária de transportes públicos em Coimbra para que vá ao encontro do que são as novas configurações da Cidade. Para que vá ao encontro dos cidadãos.

Nós consideramos que é positivo fazer o reforço a nível de transportes, poderá significar uma melhoria na qualidade de vida dos cidadãos e melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores dos SMTUC.”

Intervenção do Presidente da Câmara:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“Os SMTUC, como já foi dito, mas é sempre conveniente sublinhar, financiam-se exclusivamente a partir dos cofres da Câmara Municipal de Coimbra. É uma questão antiga, mas continua por resolver. O custo social dos transportes é exclusivamente suportado em Coimbra pelas transferências da Câmara Municipal e as receitas da exploração dos parques de estacionamento públicos.

A Câmara tem um plano estratégico de mobilidade e transportes mas porque isso nos parece insuficiente foi adotado na Comunidade Intermunicipal a abertura de um procedimento de contratação pública para a produção de um plano intermunicipal mobilitário de transportes. Está a decorrer e tem três fases. Vai ser analisada a evolução demográfica, os movimentos pendulares, os transportes rodoviários urbanos, suburbanos e inter-concelhios e regionais; as interfaces e intermodalidades. E nisso, por exemplo já foi introduzida a alteração ao plano municipal aplicável, dado que à luz de interface e inter-mobilidade não se mostraram eficazes.

Terá de ser considerado o transporte aéreo, entrou em funcionamento recentemente, é um operador privado que instalou um autocarro expresso entre a cidade de Coimbra e o Aeroporto Pedras Rubras.

Considerar o serviço de táxis, os corredores verdes e integração no território, a rede ciclável e os itinerários e os trilhos pedestres.

A questão da mobilidade eléctrica, os eixos viários e as acessibilidades, os estacionamentos nas áreas urbanas, o sistema de bilhética, a informação ao público e a monitorização.

Visa este plano também de estudar a possibilidade de se instalarem sistemas integrados de bilhética e gestão de redes de transportes.

A identificação dos problemas de exclusão social e maior vulnerabilidade social das populações em termos de mobilidade, a articulação entre o planeamento e as acessibilidades aos transportes e o planeamento do território.

Esta é a proposta de um plano a nível da Comunidade Intermunicipal, pronta para ir para concurso público.”

Terminado o debate foi o assunto colocado à votação.

Deliberação nº66/2014 (26/11/2014)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com 27 votos a favor, 2 votos contra e 12 abstenções, e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia trinta de outubro, nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da lei nº75/2013, de 12 de setembro, da alínea b) do artigo 10º, do nº2 do artigo 12º e do artigo 14º, todos da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro e respectivas alterações, e da Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro, aprovar as “**Grandes Opções do Plano e Orçamento**” dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2015.

Do mesmo modo, foi deliberado, aprovar o mapa de pessoal para o ano de 2015 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos, dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 8 – AC, Águas de Coimbra, EM – tomar conhecimento:

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Proposta do Plano de Actividades e Instrumentos de Gestão Previsional 2015 da AC, Águas de Coimbra, EM.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Paulo Coelho (CDU):

“Só para reforçar a posição da bancada da CDU, relativamente à manutenção da empresa “Águas de Coimbra” e naturalmente não estarmos de acordo com esta crescente privatização de bens que são públicos e que são do interesse de todos por demais não podem ser as gotas de água o lucro de alguém.

Portanto, é nesse sentido que subscrevemos, à pouco, a proposta apresentada pela bancada do Partido Socialista e portanto reforçar exactamente isso.”

Ponto 9 – Iparque, S.A – EM – tomar conhecimento:

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Plano de Actividades e Orçamento para 2015 do IParque, S.A., E.M.

Ponto 10 – Prodeso – Ensino Profissional, Lda. – tomar conhecimento:

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos Documentos Previsionais para 2015 da Prodeso – Ensino Profissional, Lda.

Ponto 11 – Contrato Interadministrativo/Protocolo Intercalar de Delegação de Competências de 2014-Freguesia de Almalaguês - Proposta de alteração:

Deliberação nº67/2014 (26/11/2014)

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, por unanimidade, e sob proposta da Câmara datada de 20 de Outubro, aprovar a proposta de alteração ao Contrato Interadministrativo/Protocolo Intercalar de Delegação de Competências de 2014 – freguesia de Almalaguês.

Ponto 12 – Contrato Interadministrativo/Protocolo Intercalar de Delegação de Competências de 2014-Freguesia de Santa Clara e Castelo Viegas – Proposta de alteração:

Deliberação nº68/2014 (26/11/2014)

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, por unanimidade, e sob proposta da Câmara datada de 20 de Outubro, aprovar a proposta de alteração ao Contrato Interadministrativo/Protocolo Intercalar de Delegação de Competências de 2014 – freguesia de Santa Clara e Castelo Viegas.

Intervenção do presidente da Câmara:

“Pedi para usar da palavra, neste ponto, a finalizar a questão dos contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia e GOP e todo este processo, para agora informar a Assembleia Municipal e naturalmente e em especial os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia que se encontram já processados e pagos os primeiros três trimestres do ano respeitante às transferências para limpeza, manutenção de escolas, etc.

Vai ser processado antecipadamente o quarto trimestre.

E até ao dia 31 de dezembro, o 1% do IMI que me comprometi, será processado para cada uma das Juntas de Freguesia.

A declaração faço-a, agora, para que ,fique claro que não quero praticar nenhum ato que possa parecer aqui ou noutro sítio qualquer, uma tentativa de comprar votos ou consciências.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Ponto 13 – Prémio Literário João José Cochofel/Casa da Escrita: Proposta de alteração ao Regulamento:

Intervenção do deputado municipal Jorge Seabra (CDU):

“Apenas chamar a atenção de um pormenor, para que possa ser melhorado: *limita-se a participação de trabalhos em formato A4, paginado e processado num espaço e meio em letra Times New Roman, tamanho 12 até 150 páginas.*

Na realidade 150 páginas, este tamanho não pode ser um grande livro. Penso que estabelecer um limite tão pequeno de texto para uma obra de ficção é naturalmente criar aquilo que o pai de João A. Ribeiro dizia: “*livro que não se aguenta em pé, seguramente não é livro*”.

Deliberação nº69 /2014 (26/11/2014)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara de 20 de Outubro último, aprovar a proposta de alteração ao Regulamento do Prémio Literário/Casa da Escrita, o qual dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma. Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 14 – Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra:

Deliberação nº70/2014 (26/11/2014)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara datada de 20 de Outubro de 2014, deliberou, por unanimidade, e em minuta para efeitos imediatos, deixar de ser associada da Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra.

Ponto 15 – Atas: 7 de Maio e 15 de Julho

Deliberação nº71/2014 (26/11/2014)

A Assembleia Municipal deliberou, aprovar as minutas das actas das sessões da Assembleia Municipal realizadas em 7 de Maio e 15 de Julho de 2014.

E sendo vinte e uma horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.